



Universidade de Évora

Escola de Ciências e Tecnologia

Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento

**Mestrado em Arquitetura Paisagista
(cód: 253) (sigla: B_M_AP)**

**RELAÇÃO CIDADE/CAMPO: UM CAMINHO PARA A
COMPLEMENTARIDADE**

Daniel Alexandre Ferreira Valente

Aluno nº 9621

Orientador: Prof^a. Doutora Rute Sousa Matos

Co-orientador: Arqt^a. Pais. Paula Maria da Silva Simões

Évora

2012



Universidade de Évora

Escola de Ciências e Tecnologia

Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento

**Mestrado em Arquitetura Paisagista
(cód: 253) (sigla: B_M_AP)**

**RELAÇÃO CIDADE/CAMPO: UM CAMINHO PARA A
COMPLEMENTARIDADE**

Daniel Alexandre Ferreira Valente

Aluno nº 9621

Orientador: Prof^a. Doutora Rute Sousa Matos

Co-orientador: Arqt^a. Pais. Paula Maria da Silva Simões

Évora

2012

Autor: Daniel Alexandre Ferreira Valente, aluno nº 9621

Título: Relação cidade/campo: um caminho para a complementaridade

Universidade de Évora

Escola de Ciências e Tecnologia

Orientador: Prof^ª. Doutora Rute Sousa Matos

Co-orientador: Arqt^ª. Pais. Paula Maria da Silva Simões

Évora, 2012

“A cidade são os homens e não as casas”

Santo Agostinho
Sermão sobre a devastação de Roma em 410 d.C.

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora, a Professora Doutora Rute Sousa Matos, pela disponibilidade, pela paciência, pela sabedoria e por não me deixar desviar do caminho.

À minha Co-orientadora, a Arquiteta Paisagista Paula Maria da Silva Simões, pelo incentivo, pela disponibilidade e pela crítica construtiva.

À minha Família:

À Sofia, pela enorme paciência e amparo. Ao Diogo, pelos pequenos momentos de turbulência. Ao David por ter chegado.

Aos Amigos:

Ao Sérgio, pelo incentivo e pela ajuda na formatação do texto.

Ao Zeca, pelo tratamento virtual das fotografias.

À Fátima, pela revisão do resumo e do abstract.

Ao Bouça, pelas conversas, pelos incentivos e pelas fotos da Prelada.

A todos os outros que, aqui ou ali, me incentivaram.

À Câmara Municipal de Évora:

Pela cedência de informação cartográfica e fotográfica em base digital.

Relação cidade/campo: um caminho para a complementaridade

Resumo

Durante séculos, o campo e a cidade mantiveram uma relação de dicotomia e de complementaridade que se desvaneceu com o progresso industrial e tecnológico, tendo os laços de complementaridade sido quebrados. O campo, em declínio populacional, esgotado em mão-de-obra e afetado econômica e socialmente, comprometeu a sua capacidade de gerar alimento, suficiente e de qualidade, para a cidade. Esta, apesar dos seus problemas sociais e ambientais, vem procurando soluções no seu interior visando a melhoria da sua vida, não parando, contudo, de alargar os seus limites e de consumir solo agrícola. Assim, da tradicional leitura do espaço urbano/rural evoluímos para uma paisagem global: urbano e rural misturam-se criando ruturas que importam superar. Acreditamos que a agricultura urbana, nas diferentes formas de implementação, é um caminho para essa superação, permitindo construir a paisagem de modo a recuperar os processos elementares de produção, recreio e proteção e, com isso, a complementaridade perdida.

Palavras-chave: Cidade. Campo. Complementaridade. Agricultura Urbana.

Relation town/country: a way to complementarity

Abstract

For centuries, town and country maintained a relation of dichotomy and complementarity, but, because of industrial and technological progress, this dichotomy had faded away and the complementary links were broken. The country, with less population and fewer labour, affected in its economic and social structure, lost the ability to produce enough and high-quality food for town that, besides its social and environmental problems, has been seeking for solutions inside itself to improve the quality of urban life, but never stopped to extend its limits and to consume agricultural soil. We evolved from the traditional approach of urban / rural into a global landscape: urban and rural get mixed, creating discontinuities needing to be overcome. We believe urban agriculture, in its different implementation forms, is a way to overcome them by allowing a landscape construction that will retrieve the elementary processes of production, recreation and protection and, therefore, the lost complementarity.

Keywords: City. Countryside. Complementarity. Urban Agriculture.

ACRÓNIMOS

CPULs	Continuous Productive Urban Landscape
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EEA	European Environmental Agency
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
EVM	Estrutura Verde Municipal
ESA	Escola Superior Agrária
CME	Câmara Municipal de Évora
CNROA	Centro de Reconhecimento e Ordenamento Agrário
FAO	Food and Agriculture Organization
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
IPB	Instituto Politécnico de Beja
IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal de Évora
PUE	Plano de Urbanização de Évora
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNDP	United Nations Development Programme

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	ABORDAGEM TEÓRICA DA RELAÇÃO CIDADE/CAMPO.....	3
2.1.	Relação cidade/campo: dicotomia e complementaridade.....	3
2.1.1.	Resenha histórica.....	5
2.1.2.	Reflexões.....	20
2.2.	Relação cidade/campo: a perda da complementaridade.....	22
2.2.1.	Revolução industrial: os problemas urbanos e a procura de respostas.....	22
2.2.2.	As novas propostas urbanas.....	26
2.2.2.1.	A cidade-jardim.....	26
2.2.2.2.	Broadacre City.....	28
2.2.2.3.	A Cidade Radiosa.....	30
2.2.3.	Reflexões.....	33
2.3.	Relação cidade/campo: a contemporaneidade.....	37
2.3.1.	O progresso urbano.....	37
2.3.2.	A cidade móvel.....	39
2.3.3.	O rural global.....	41
2.3.4.	Reflexões.....	43
2.4.	Relação cidade/campo: para o restabelecimento da complementaridade.....	44
2.4.1.	O novo campo.....	44
2.4.2.	Agricultura urbana.....	46
2.4.2.1.	O envolvimento comunitário.....	53
2.4.2.2.	Obstáculos e oportunidades da agricultura urbana.....	58
2.4.2.3.	Segurança alimentar.....	60
2.4.3.	Agricultura urbana: novas visões.....	62
2.4.3.1.	Constructive Productive Urban Landscapes – (CPULs). Paisagens Urbanas Contínuas e Produtivas.....	63
2.4.3.2.	Food Urbanism – Agriculture urbanism.....	66
2.4.3.3.	Campo Urbano.....	68
2.4.4.	Reflexões.....	72
3.	ESTUDO DE CASO-CIDADE DE ÉVORA.....	75
3.1.	A evolução da relação cidade /campo – história recente.....	76
3.2.	Determinação de um território para a implementação de paisagens contínuas produtivas.....	83
3.2.1.	Determinação das áreas a afetar à componente produtiva da paisagem.....	84
3.2.2.	Determinação das áreas a afetar à componente contínua da paisagem.....	95

3.2.3.	Áreas afetas à componente produtiva e contínua da paisagem para a construção de CPULs	100
3.2.4.	Soluções ilustrativas de espaços contínuos produtivos e recreativos para a cidade de Évora:	102
4.	CONCLUSÃO	105
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109
6.	ANEXOS	115
	ANEXO 1 – BROCHURA PROMOCIONAL DAS HORTAS URBANAS DE SANTO ANTÓNIO ...	117
	ANEXO 2 – INQUÉRITO AOS HORTELÃOS – Hortas de Santo António	119

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mitologia grega dando conta, por parte da deusa Atena, da entrega e dos ensinamentos de cultivo da oliveira.....	7
Figura 2: Representação artística documentando a criação de caprinos.....	7
Figura 3: Anfiteatro grego de Epidauro construído no século IV a. C.	8
Figura 4: ilustração idealizada por Tárrago da cidade de Tarragona, em Espanha, no século II d. C. É perceptível a racionalidade do traçado urbano, assim como a "centuriação" dos campos agrícolas.....	10
Figura 5: Cidade de Évora totalmente envolvida pelas suas fortalezas medievais.....	13
Figura 6: Obra de Ambrosio Lorenzetti retratando "A Vida na Cidade" e os efeitos do "Bom Governo"..	14
Figura 7: Obra de Ambrosio Lorenzetti retratando "A Vida no Campo" e os efeitos do "Bom Governo".	14
Figura 8: Pintura representando agricultura árabe na Andaluzia.....	15
Figura 9: Sistema de Parques proposto por Olmsted para a cidade de Boston, E.U.A., em 1887.....	25
Figura 11: Projeto da primeira Cidade-Jardim a ser construída - Letchworth, 1944.....	28
Figura 10: Esquema base da distribuição dos espaços e atividades no interior da Cidade-Jardim.....	28
Figura 12: Esboço de Broadacre City, 1934.....	30
Figura 13: Ilustração de Broadacre City, 1958.....	30
Figura 14: Esboço da visão Modernista das áreas habitacionais com a evidente separação da, circulação viária e pedonal, e implantação de edifícios envolvidos por amplas áreas verdes.....	32
Figura 15: Cidade Contemporânea, onde facilmente se identificam a separação entre funções.....	32
Figura 16: Hortas de Santo António em Évora, 2012 créditos.....	52
Figura 17: O projeto é comparado ao jogo do Farmville, mas com resultados reais.....	53
Figura 18: Equipa de projeto a trabalhar a horta.....	53
Figura 19: Antiga quinta agrícola da Prelada no Porto, envolvida por urbanização.....	54
Figuras 20 e 21: Ligação evidente entre os espaços abertos da Urbanização com as hortas nos terrenos da antiga quinta agrícola da Prelada.....	54
Figura 22: Cabaz de produtos hortícolas e frutícolas do PROVE.....	55
Figura 23: Núcleo de produtores exibindo os seus produtos.....	55
Figura 24: Antigos solos abandonados, agora reutilizados para a agricultura.....	56
Figura 25: Produtos a serem comercializados no mercado tradicional.....	56
Figura 26: Marca criada para a comercialização dos produtos.....	56
Figura 27: O regresso ao campo é já uma realidade que muita gente aceita como alternativa às difíceis condições de empregabilidade na cidade.....	57
Figura 29: Uma cidade estabelecida sem CPULs.....	63
Figura 28: Introdução de paisagens urbanas produtivas.....	63
Figura 30: Identificação de paisagens contínuas.....	63
Figura 31: Leisurescape projetada para a cidade de Londres, interligando vários espaços abertos existente, desde o centro da cidade até à periferia.....	65
Figura 32: Projeto do corredor verde Parque Eduardo VII – Monsanto – Plano Verde de Lisboa.....	65
Figura 33: Esquema de tipologia da rede de circulação.....	67
Figura 34: Esquema de compatibilização entre os diferentes tipos de circulação e os espaços produtivos	67
Figura 35: Campo Urbano pretende fazer da utopia uma realidade.....	71
Figura 36: Esquema de localização do concelho de Évora e respetivas freguesias.....	75
Figura 37: Mercado 1º de Maio na década de 60 recebendo os produtores das quintas da envolvente da cidade de Évora. Sem data.....	77
Figura 38: Mercado do Largo do Chão das Covas que funcionou de 1949 a1970. Sem data.....	77
Figura 39: Trabalhadoras do Fomento Eborense. Década de 60. Sem data.....	78
Figura 40: Fundidor a trabalhar peças, em cobre e latão, para fornecer às casas agrícolas do Alentejo. Década de 60. Sem data.....	78
Figura 41: Évora em 1975.....	79
Figura 42: Évora no final de 1984.....	79

Figura 43: Área de expansão dos Leões, prevista no PUE de 2000, onde se podem ver tipologias de construção em banda, formando quarteirões, numa atitude que assume a forma urbana clássica.	81
Figura 44: Espaços Agrícolas e Florestais selecionados	86
Figura 45: Solos com Potencial Agrícola	92
Figura 46: Hortas urbanas de Santo António.....	93
Figura 47: Componente Produtiva da Paisagem a afetar às CPULs	94
Figura 48: Sistemas Fundamentais da Estrutura Ecológica Municipal a afetar à Componente Contínua da Paisagem.....	97
Figura 49: Componente Contínua da Paisagem a afetar às CPULs.....	98
Figura 50: Percursos ambientais e valores patrimoniais que integram a Componente Contínua da Paisagem.....	99
Figura 51: Áreas a afetar à construção de CPULs	100
Figura 52: Paisagem Contínua e Paisagem Produtiva Combinadas. Leisurescape - Munton Road, Southwark, London.	101
Figura 53: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Urbanização do Monte dos Clérigos, Évora..	102
Figura 54: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Espaço aberto entre a av. Dinis Miranda e a rua Diana de Lis, Évora.	102
Figura 55: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Espaço aberto da ribeira de Alpedriche, Évora.	103
Figura 56: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Urbanização da Tapada do Matias, Évora.....	103

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Obstáculos e oportunidades da Agricultura Urbana	59
Quadro 2: Organização das categorias e subcategorias do Solo Rural	85
Quadro 3 Classes de capacidade de uso selecionadas na área de intervenção.....	90
Quadro 4 Unidades de solos de baixas aluvionares e coluvionares selecionadas na área de intervenção ..	91
Quadro 5: Componentes da Estrutura Ecológica Municipal.....	96

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um exercício onde procurámos retratar as relações entre o mundo urbano e o rural para assim determinar qual a importância e o papel que a agricultura desempenhou no passado e pode vir a desempenhar para as cidades de hoje e de amanhã.

O trabalho divide-se em duas partes.

Na primeira parte, procuramos demonstrar de que forma o tradicional paradigma dicotómico cidade/campo, assim como a multifuncionalidade e a sustentabilidade da paisagem a ele associados, se tem vindo a alterar desde a formação das cidades até aos nossos dias. Elaboramos, para esse fim, uma abordagem teórica das diferentes transformações que a relação cidade / campo tem vindo a ser sujeita ao longo da história da humanização da paisagem.

Na segunda parte, apresentamos um estudo de caso onde procuramos determinar corredores que interliguem a cidade de Évora ao espaço rural adjacente e constitua um território base para aplicação de conceitos teóricos associados à prática agrícola em espaço urbano e periurbano.

A parte teórica do trabalho aborda no primeiro capítulo a relação dicotómica e complementar ocorrida durante milénios entre dois mundos que surgiram da “negação um do outro” mas com a agricultura enquanto elo de ligação que lhes permitiu dialogar e estruturar a paisagem de forma comedida e equilibrada, uma atividade que está presente desde a fundação das cidades e esteve presente nas diferentes civilizações que contam a história da geografia humana. Elaborámos uma resenha histórica desde a fundação das primeiras cidades até ao final do século XVIII, procurando evidenciar a vincada dicotomia entre espaço urbano e rural, dois mundos acentuados por limites de ordem física mas também de ordem social e económica, gerando uma necessária complementaridade e encontrando nessa dicotomia o fortalecimento para a sua relação.

O segundo capítulo versa sobre o início das grandes metamorfoses que ocorreram no território, nomeadamente o processo industrial e os impactos que decorreram da sua implementação, do continuado progresso urbano/industrial do século XIX e da influência que tiveram para a relação cidade-campo. Apresentamos as “fórmulas” desenvolvidas pelos pré-urbanistas e fundamentalmente pelos urbanistas como Howard, Wright e Le Corbusier,

para fazer face aos problemas de degradação biológica e de insalubridade urbana das cidades industriais, propondo-se a construir as cidades do futuro para o homem moderno: um homem urbano necessitado de contactar com a natureza do mundo rural.

O terceiro capítulo transporta-nos para os nossos dias, onde as cidades da dispersão se apresentam ao homem contemporâneo como estruturas espaciais erráticas, com constantes mutações na ocupação do seu solo, sem aparente nexos e de difícil apreensão sensorial. Procuramos entender de que forma a agricultura e os processos comerciais que lhe estão subjacentes se comportam nas cidades estruturadas por eixos comunicacionais viários e tecnológicos de âmbito global.

No quarto capítulo procuramos o caminho para o restabelecimento dos processos de complementaridade. O cenário contemporâneo está munido de fatores que influenciam negativamente a simbiose urbano/rural mas também de aspetos positivos e encorajadores para a construção de um futuro promissor. Procuramos os sinais de uma sociedade desperta para os fatores ambientais e estéticos da sua paisagem e preocupada com a qualidade dos produtos que consome. Apresentamos qual o papel que a agricultura de proximidade representa para a construção de uma cidade mais sustentável e, conseqüentemente, de uma paisagem mais equilibrada. Destacamos as formas de agricultura urbana e periurbana que, por um lado representaram e representam a forma mais tradicional de agricultura de proximidade: a horta, para de seguida nos fixarmos nas novas propostas de transformação da paisagem de Viljoen e Donadieu, que apontam o caminho para a superação do antagonismo cidade / campo, com, respetivamente os conceitos de “Continuous productive Urban Landscapes (CPULs), Urbain Food / Agriculture Urbanism e Campo Urbano.

Na parte prática apresentamos o estudo de caso, o qual recai sobre a cidade de Évora e o seu espaço rural. Elaborámos uma breve descrição da evolução urbana recente da cidade, procurando enquadrar o impacto de fenómenos ocorridos de âmbito nacional, como o êxodo rural e agrícola, assim como as particularidades inerentes ao seu urbanismo. Tendo por base as noções teóricas e as reflexões apresentadas na primeira parte do trabalho, concluímos este capítulo apresentando uma das possíveis delimitações para a concretização de Paisagens Contínuas produtivas em Évora, assumindo-a como contributo para que a sociedade encontre um caminho para recuperar a complementaridade da relação na cidade com o campo.

2. ABORDAGEM TEÓRICA DA RELAÇÃO CIDADE/CAMPO

2.1. Relação cidade/campo: dicotomia e complementaridade

A teoria das três naturas é ilustrativa da relação do homem com a paisagem. A primeira refere-se à paisagem natural, numa fase anterior à presença humana na terra, ou em que o homem apenas representava um papel de espectador perante as alterações de ordem natural que ocorriam em seu redor. A segunda corresponde à descoberta de processos de subsistência gerados por intervenção direta do homem, onde se destaca a agricultura e a pecuária. A terceira é interpretativa da leitura que o homem faz do mundo, transportando-o para espaços de índole simbólica, para seu deleite e contemplação. Referimo-nos concretamente a diferentes etapas de evolução da paisagem e das sociedades que as construíram.

A Europa ocidental, e em particular a região do mediterrâneo, como veremos adiante, são palco desta profunda transformação, de uma paisagem natural numa paisagem humanizada, que transporta qualquer narrativa para uma “construção humana, artificial, multifuncional, onde a natureza e cultura se associam, conjugam, equilibram, subjugados à dinâmica do tempo” (Matos, 2011).

Para o homem pré-agrário a natureza era a fonte de recolção e obrigava a permanentes deslocções na procura de novos locais com alimento. O seu comportamento na procura de alimentos era quase semelhante ao de outro qualquer animal selvagem.

Terminada a fase do paleolítico, o homem nómada e recoletor tornou-se sedentário e produtor dando início a uma forma mais estável de apropriação do território. No cerne desta alteração de comportamento está a capacidade inventiva da espécie humana que lhe permitiu produzir o seu próprio alimento através da atividade agrícola.

A ligação do homem com a agricultura está profundamente enraizada e é justificação para o estabelecer das povoações no território. A procura de terra fértil e arável tornou-se fundamental para assegurar a sua subsistência. É por isso que a humanização da paisagem é mais profunda em zonas de antigas culturas agrícolas e pastorícias (Gonzalez Bernaldez, 1981). Durante séculos de experimentação, o homem conseguiu um importante equilíbrio entre as suas ações e os sistemas ecológicos semiartificiais por si construídos. Mas para isso, necessitou de se sedentarizar. A fixação a um local pode, em si, constituir um ato de

urbanidade? Poderá ser abusivo pensar que sim, até porque a urbanidade é mais que a fixação a um local. Representa para além da fixação e do aumento da concentração populacional, o início da transposição de um modo de vida rural para o modo de vida urbano. Concorde-se ou não, certo é que a cidade e a agricultura têm uma história conjunta¹ que passa pelo empenho e determinação das civilizações que se estabeleceram ao longo da bacia do mediterrâneo e que num esforço conjunto, ainda que não consciente, construíram uma paisagem equilibrada e tão diversificada quanto a heterogeneidade que caracteriza a região. Foi o esforço de várias gerações que permitiu construir os terraços, trabalhar a água, criar vinhas, montados, olivais, sistemas agrícolas ilustrativos de uma paisagem produtiva, sustentável e também ela lúdica. Um mundo rural ilustrativo da construção humana equilibrada, complexa, onde cultura e natureza se complementam. Esta ruralidade aporta uma riqueza paisagística e biológica que, durante milénios, influenciou e foi influenciada por práticas culturais tão diversas que nos remetem para o localismo enquanto forma de desenvolvimento. O localismo, que por sua vez, nos remete para a questão da identidade dos povos. Mas, nas diferentes formas que o homem encontrou para se organizar do ponto de vista social, cultural e económico, os sistemas de produção agrícola, com as suas especificidades, serviram de elo civilizacional. “Mas, por sobre a diversidade e o localismo, é legítimo falar de civilização agrária mediterrânica como de qualquer coisa comum a toda a bacia do mar interior” (Matos, 2011).

O homem produziu um mosaico cultural e seminatural que teve como suporte aquela que sempre foi a sua preocupação mais elementar, a alimentação. A atividade agrícola, em conjugada relação harmoniosa com a natureza e com os recursos existentes, à qual a estética não foi alheia, na necessidade que o homem tem de tudo organizar. Diferentes povos fizeram por atingir o sucesso, numa estreita relação com a atividade agrícola, encarada como fundamental para a organização social e económica das suas cidades. O resultado foi uma região mediterrânea unitária e plural onde o mundo rural competiu com uma ocupação urbana que até finais do século XVIII foi de pequena expressão sobre o território.

Como refere (Jellicoe, 1996 – nossa tradução), “O berço foi a paisagem agradável e diversificada do Mediterrâneo, a partir do qual as civilizações se espalharam lentamente para o norte distante.”

¹ “Com a agricultura sedentária surge a cidade. É primeiro um refúgio contra animais selvagens, contra pilhagens, defesa contra outros agricultores e pastores que cobiçavam as melhores terras” (Ribeiro Telles, 1975, cit. por Matos, 2011).

Os registos históricos indicam-nos que os primeiros assentamentos humanos ocorreram nas margens de rios, na região do Crescente fértil e no vale do rio Indo na Índia. Jellicoe (1996), afirma que “provavelmente” aconteceu por volta do oitavo milénio a.C. nos planaltos da Anatólia e nos sopés a leste das planícies da Mesopotâmia. Mas, foi a descoberta das margens férteis e aráveis dos rios Tigre e Eufrates que permitiram o estabelecimento dos primeiros assentamentos humanos com práticas agrícolas mais produtivas, conseguindo inclusivamente a domesticação de diferentes animais. É assim procurada a subsistência e proteção comunitária. A paisagem natural inicia uma milenar dinâmica construtiva que é o reflexo da interação do homem com o meio, alterando-o e por ele sendo condicionado.

Apresentamos de seguida uma resenha histórica exemplificativa de como na região do mediterrâneo, com diferentes povos e em diferentes períodos da história, o homem promoveu no seu quotidiano um conjunto de relações complementares entre o mundo rural e urbano.

2.1.1. Resenha histórica

Na Mesopotâmia, Babilónios, Assírios, Persas e Caldeus, entre lutas e conquistas pelo território estabeleceram as civilizações responsáveis pelas cidades mais antigas da história humana. A cidade antiga assumiu uma fronteira com o campo. O seu contorno era marcado pelo traçado de muralhas defensivas. Embora essa dicotomia entre o exterior (rural) e o interior (urbano) da cidade fosse patente, verifica-se que a atividade agrícola assumia um papel fundamental na organização urbanística. Fornecia a configuração da forma urbana, definida pela geometria dos campos de cultivo. Era a fonte de alimentos para consumo interno e fator gerador de economia para trocas mercantis com diferentes povos da região. A disponibilidade de água e alimento no seu interior conferia-lhes o estatuto de cidades autosuficientes². No campo, os povoados rurais permaneciam vulneráveis a pilhagens dos seus produtos agrícolas e eram alvo de ofensivas bélicas. Por isso, a reunião de pessoas sobre a proteção de sistemas defensivos, e de um conjunto de regras definidas e subjugadas

² A mítica cidade da Babilónia, do século sexto a.C., atravessada pelo rio Eufrates (ao qual foi imposta uma alteração do curso natural), dispunha de um engenhoso sistema hidráulico que distribuía água aos cidadãos e fundamentalmente permitia alagar os terrenos de cultivo, potenciando assim o desenvolvimento das produções.

ao poder do rei e da crença religiosa facilmente ganhava à rudeza, incerteza e escassez da vida rural. A cidade representava a melhoria das condições de vida³.

Na Grécia antiga, a cidade surge sob influência de uma ruralidade, sempre presente, fortemente enraizada e proveniente de uma ocupação territorial que inicialmente se estabeleceu em pequenos aglomerados independentes, nomeadamente aldeias localizadas em zonas elevadas junto a encostas e pequenas áreas planas e de terras férteis. Segundo Mumford (1961), as primeiras cidades gregas eram uma aldeia maior onde prevalecia a democracia⁴. A configuração política está na génese da cidade grega, promovendo uma clara separação entre a paisagem rural, aberta e produtiva, e a paisagem urbana, fechada e política. Escreve Goitia (1996), citando Ortega y Gasset, ao referir-se à cidade clássica que

A urbe – diz ele – é, antes de mais, o seguinte: praceta, agora, local para conversa, discussão, eloquência, política. Em rigor, a urbe clássica não devia ter casas, mas apenas as fachadas necessárias para delimitar uma praça, cena artificial que o animal político retira ao espaço agrícola. (Ortega y Gasset, s.d., cit. por Goitia, 1996)

A polis grega personifica o carácter político da cidade, da democracia, da discussão em local público dos assuntos que dizem respeito à comunidade. O campo personifica a natureza bucólica e o trabalho rural.

Cidade e campo assumem funções distintas e fundamentais para a sociedade. Ao campo cabe a função de desenvolver a agricultura enquanto atividade preponderante para a economia e fundamental para o fornecimento de alimentos à cidade. À cidade cabe a função de politizar e administrar os destinos da comunidade. No entanto, a atividade agrícola é exercida no campo não só pelo aldeão, mas também pelo habitante da cidade, os quais exercem o seu direito político e discutem os assuntos da comunidade na “Ágora”⁵.

³ “Surgiu a muralha... A religiosidade das populações agrárias transformou a cidade na residência do Deus-protector, surgindo o templo... O templo e a muralha são respectivamente o coração e a fronteira da cidade. O campo agricultado constitui a sua possibilidade de subsistir e de se desenvolver. O comércio e as trocas permitem a universalidade da sua presença” (Ribeiro Telles, 1975, cit. por Matos, 2011).

⁴ “A maior desculpa para a cidade, como uma aldeia maior, era a de que alargava o círculo dos possíveis oradores” (Mumford, 1961).

⁵ “No seu período formativo, as cidades gregas jamais perderam suas ligações com seus campos ou suas aldeias: havia sempre um poderoso fluir para dentro e para fora da cidade, segundo as estações” (Mumford, 1961).

Atenas foi a cidade que criou as referências para a construção das cidades-estado coloniais. A sua organização concedia especial atenção aos edifícios e elementos de índole pública, não reservando o mesmo nível de preocupação para as áreas residenciais. Presume-se que tal facto deriva da organização social (Lamas, 2000). As habitações eram um amontoado de construções dispostas fora do perímetro fortificado, reservado à acrópole Religiosa, o que se traduzia numa maior proximidade com o espaço rural.

Mesmo na crescente Atenas, era natural que Sócrates e Fredo num quente dia de Verão, passeassem fora da cidade, atravessando a vau o raso Ilisso, à sombra das paineiras, para encontrar a paz e solidão rural. As famílias possuidoras de terras mandavam seu azeite, seu vinho, seu mel, seus figos e sua lã do campo para a sua própria casa urbana (Mumford, 1961).

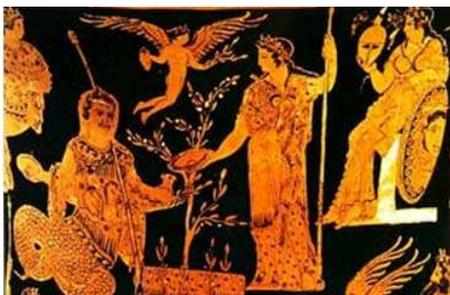


Figura 1: Mitologia grega dando conta, por parte da deusa Atena, da entrega e dos ensinamentos de cultivo da oliveira.
Fonte: www.planetaeducacao.com.br

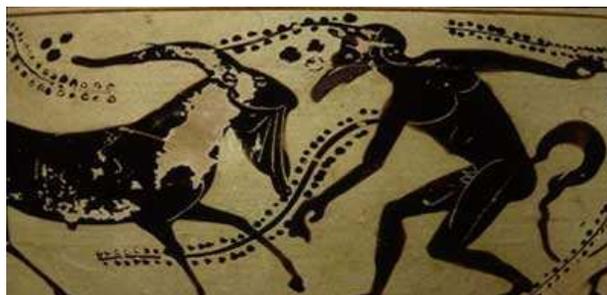


Figura 2: Representação artística documentando a criação de caprinos.
Fonte: www.planetaeducacao.com.br

Como as cidades-estado eram de dimensão reduzida, habitar a urbe era compatível com o trabalhar da terra no espaço rural envolvente (Cuenca Toríbio, 1992). Existia uma forte integração entre população rural e urbana. O ser cidadão grego consignava o direito a um pedaço de terreno para agricultural. Ser agricultor grego implicava ter inteligência e astúcia para contornar as dificuldades que a natureza impunha (Figura 1 e 2). Na Bacia do Mediterrâneo, para rentabilizar a produção era necessária uma elevada capacidade de adaptação às condições que a geografia impunha (morfológicas e climatológicas) e uma criteriosa gestão do solo⁶.

⁶ Por essa razão os gregos aplicavam o sistema de pousio, o que permitia salvaguardar a qualidade produtiva do solo mas diminuía a quantidade de alimento produzido. Para potenciar o espaço disponível, nos terraços, a cultura do cereal era com frequência cultivada por entre os olivais e vinhas (técnica fornecida pelos romanos), evitando também processos acelerados de erosão do solo. A criação de ovinos e caprinos era uma fonte de obtenção de leite e lã. A carne dos animais era consumida em pequenas quantidades, reservando-se o seu consumo essencialmente para rituais religiosos.

Não deixa no entanto de ser verdade que, independentemente do esforço, em períodos de redução de produtividade a segurança alimentar poderia ficar comprometida em algumas destas cidades. “As grandes polis gregas, nos seus melhores dias, não possuíam excedentes de bens: o que possuíam era um excesso de tempo, isto é, lazer, livre e sem peias, não comprometido” (Mumford, 1961).

Não sendo as condições para exercer a agricultura as mais favoráveis, os gregos usufruíam dos prazeres do campo realizando outras atividades. “De Janeiro a Março assembleias, os tribunais conselhos de direito e argumentos animadas por filósofos muitas vezes realizavam-se ao ar livre durante os meses de inverno, entre a sementeira e a colheita” (Pregrill & Volkman, 1993 – nossa tradução). A vida ao ar livre estimulava o grego, aguçava a sua sensibilidade e consciência dos elementos que o rodeavam. O respeito pelo espírito do lugar, enquanto expressão particular de um lugar: o «genius-loci»⁷. Qualquer intervenção deveria ser condicionada pelas características naturais do sítio, no qual a natureza se revelava como lugar fecundo, harmonioso, adorado e abençoado pelos Deuses. O cuidado com a integração da arquitetura de índole pública na paisagem (Figura 3), é reveladora de um espírito simples, contemplativo e respeitador da natureza.



Figura 3: Anfiteatro grego de Epidauro construído no século IV a. C.
Fonte: wikipedia.pt

Mas esta atitude perante o lugar, não renega a cultura urbana e cosmopolita dos gregos. O crescimento demográfico e as razões de ordem prática associadas à implantação das cidades-estado encarregaram-se de alterar a morfologia urbana e afastar o campo da “Ágora”. Os primados do planeamento helénico haviam interpretado que a cidade

⁷ O conceito de Lugar é “um conceito global, qualitativo, que não pode ser traduzido pelas suas características, através de métodos analíticos. O lugar significa muito mais do que a sua localização pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral.” (Magalhães, 1996)

constituía uma comunidade decidida, para seu próprio bem, a continuar pequena e que nem mesmo as cidades mercantes como Mileto, que poderiam ter enfrentado o problema de crescimento ampliando o alcance das suas exportações e compras de cereais, tomaram este caminho (Mumford, 1961).

No entanto, a expansão quantitativa que se veio a verificar para o final do período helénico deitou por terra estas premissas e “À medida que as grandes cidades cosmopolitas da época helenística substituíam as pequenas cidades-estado da Grécia, os escritores gregos começaram a sublinhar as superiores virtudes da antiga vida agrícola, quando mesmo os moradores das cidades estavam mais próximos da terra” (Ureña Prieto, 2000).

A necessidade de complementaridade entre vida rural e vida urbana tornara-se, mesmo para um grego do final do período helénico, uma evidente constatação. A solução em grande medida passava pelo campo. As beneficiações no interior das cidades⁸, não evitavam que os mais afortunados pudessem fugir para as suas vilas, vivendo de forma faustosa e rodeados de um cenário bucólico oferecido pela natureza.

Com o Império Romano, as cidades mantiveram o seu ascendente sobre o espaço rural. Roma, fundada por volta de 753 a.C. é a cidade-mãe. Gloriosa, em persistente crescimento e sempre necessitada de novos recursos para sustento da população. O processo de expansão foi uma inevitabilidade. A necessidade de gerar uma economia estável obrigou à procura de novas terras para exploração agrícola. Uma expansão que levou à ocupação e criação de novas cidades por toda a região da bacia do mediterrâneo.

Espalhadas por todo o império, as cidades-estado eram concentrações urbanas de traçado ortogonal⁹, podendo atingir um máximo de 50000 habitantes. Escreve Goitia (1996), citando Rostovtzeff, que “o império romano era um agregado de cidades gregas, italianas e provinciais, estas últimas habitadas por naturais, mais ou menos helenizados ou

⁸ “Para compensar a propagação da cidade, que tornara cada vez menos acessível o campo circundante, plantaram-se árvores dentro da área construída e até os vasos de plantas foram utilizados como uma forma de decoração de ruas.” (Mumford, 1961)

⁹ A solução urbanística provinha das cidades gregas do período helenista, mas as soluções de engenharia implementadas para a sua infraestruturação em muito ultrapassavam a capacidade grega. “Observava o filósofo grego Estrabão que, enquanto os gregos atendiam principalmente à beleza e à fortificação, aos portos e ao solo fértil, ao planejar suas cidades, os romanos eram notáveis pelo calçamento das ruas, pelo suprimento de água, e pelos esgotos.” (Mumford, 1961)

romanizados, da cidade correspondente. Cada cidade tinha uma área rural mais ou menos extensa, que era território seu.”

A dispersão de núcleos de população por várias cidades de pequena dimensão permitia melhor repartição das terras a explorar e um melhor equilíbrio entre o rural e o urbano. “O que faltava em tamanho às cidades novas, ganhavam elas em qualidade e, em passagem, em autossuficiência” (Mumford, 1961). Na periferia, hortas, pomares, vinhas, olivais, campos de cereais, assumiam o fornecimento de alimentos para gerar economia e suprimir as necessidades alimentares dos cidadãos. A paisagem rural era planeada, existindo uma ordem semelhante à da cidade nesse planeamento (Figura 4). Grandes talhões retangulares, divididos por estradas que desenhavam o campo, denominado sistema de “centurição” (Mumford, 1961; Pregrill & Volkman, 1993).



Figura 4: ilustração idealizada por Tárrago da cidade de Tarragona, em Espanha, no século II d. C. É perceptível a racionalidade do traçado urbano, assim como a “centurição” dos campos agrícolas
Fonte: Wikipedia.pt

Os romanos dividiram o território em 3 zonas. O ager, onde se pratica a agricultura continuamente; o saltus onde se praticava a pecuária (extensiva) e episodicamente a agricultura extensiva e a silva, que corresponde à mata, área não cultivada. E além destas 3 zonas existia a urbe. A urbe e o ager constituíam, no entanto uma unidade (Ribeiro Telles, 1999, in Documentos de Arquitetura, 2000)

Encontramos uma forma de pensar o território assente num sistema planeado, explorando os recursos de diferentes cidades e regiões de forma a alimentar o vasto império. A agricultura

servia para subsistência e para exportação para o império através da estruturada rede viária romana.

Para além da ocupação urbanística compacta das cidades e da sua relação dialética com o campo, os romanos disseminaram por toda a Europa Ocidental uma ocupação territorial denominada de “villae”. São, como refere Matos (2011), espaços de articulação do binómio cidade/campo. A classe rica romana, permitia-se a adquirir ou construir retiros em pleno espaço rural, para fugir ao “stress” da vida política e económica das cidades, usufruindo de jardins de generosas dimensões, espaços aprazíveis com vegetação variada, latadas e elementos de água, numa organização arquitetural. As obras poéticas deixadas por Plínio são exemplos da significância destas estruturas e o que representavam para o deleite, o usufruto da natureza e beleza da vida rural de quem delas usufruía. Existe no entanto um lado produtivo associado, o qual é evidenciado por Caldas (1994) quando se refere às “villae” deixadas pelos romanos aquando da ocupação da Península Ibérica:

As villae formavam uma espécie de ilhas implantadas em espaço rural onde se mantinha o direito comunitário céltico. A densidade das villae no Sul permite afirmar que as herdades do Alentejo representam a expressão atual das estruturas romanas, sendo comum encontrar no alicerce do “monte”, ou em lugar próximo, a ruína da villae rústica que há dois mil anos conduzia no local agricultura idêntica. (Caldas, 1994)

As “villae” romanas eram também unidades de exploração agrícola com o objetivo de produzir e comercializar produtos agrícolas e pecuários, para consumos de vizinhança e para alimentar a rede comercial do império. Podemos concluir que estas construções, do ponto de vista da ocupação territorial à época, representavam uma ocupação dispersa do território.

As técnicas agrárias romanas eram já notáveis, mas para isso lucraram com o conhecimento de outras civilizações como a grega e a etrusca. Os campos eram sujeitos a uma gestão diária, com um calendário preciso e tarefas bem determinadas. Os romanos fizeram tratados de agricultura, com detalhes de operações como a fertilização, o sistema de rotação de

culturas e os materiais necessários a uma agricultura de sucesso¹⁰. A atenção com os aspetos produtivos justificava uma apertada gestão dos recursos disponíveis¹¹.

Com a queda do Império Romano, termina a idade antiga da humanidade. Assiste-se ao desaparecimento das antigas “civitas” romanas e a uma disseminação da população pelas áreas rurais. Inicia-se um novo período da humanização da paisagem, marcante na ocupação territorial com efeitos não só sobre a região do mediterrâneo, mas por toda a Europa.

A migração populacional, orientada por organizações eclesiásticas e monásticas, é conduzida para zonas da Europa outrora bastante limitada a estes fenómenos. A humanização da paisagem europeia passa a ser feita a larga escala, por uma sociedade essencialmente agrária e necessitada de trabalhar a terra para garantir alimento. É esta dispersão da população pelo território, a par do crescendo comercial e industrial por volta do ano 1000, que está na génese do nascimento da cidade medieval. Após um período de fragmentação demográfica, a partir do século XI “a Europa começava novamente a recuperar o sistema que restabelecia uma clara distinção entre existência urbana e rural, um costume rastreável a anteriores sociedades” (Pregrill & Volkman, 1993 – nossa tradução).

Envolvida por algum sistema defensivo, como muros, fossos ou muralhas, a cidade medieval abandona o antigo traçado ortogonal romano, assimilando a forma orgânica adequada às condições físicas do terreno. Embora este cenário seja traduzível para a generalidade das cidades medievais, os diversos contextos paisagísticos onde estas se inserem obrigava a diferentes esforços construtivos e sempre pautados por preocupações de ordem defensiva (Figura 5). Também por isso a sua imagem é tão semelhante de local para local.

O perímetro defensivo marca de forma rigorosa a separação entre cidade e campo¹² e, é elemento fundamental para promover a concentração populacional, criando um sentimento

¹⁰ O bom agricultor era louvado, o mau era considerado indigno (Rodríguez López, 2002).

¹¹ É exemplo desse rigor a preocupação com a distribuição de água aos agricultores. Os córregos, sistemas de irrigação transportando água para os pomares e campos de cultivo, eram motivo de orgulho mas também razão para repreender o agricultor se a sua produção viesse a sofrer com excesso de água.

¹² “Não se pode deixar a muralha sem notar a função especial do portão da cidade: muito mais que mera abertura, era um “ponto de encontro de dois mundos”, o mundo rural e o mundo urbano, o mundo interior e o mundo exterior.” (Mumford, 1961)

de unidade e segurança, recuperando a sua vocação de grande centro de intercâmbio e troca comercial. A expansão urbana, quando necessária, promove a construção de nova muralha, redefinindo o contorno urbano e empurrando o campo para as suas imediações. De acordo com Mumford (1961), a muralha acabava por limitar a ocupação urbana quase sempre a um máximo de 40 000 habitantes. O número de habitantes estava sujeito, para além do espaço físico disponível no interior do recinto defensivo, à capacidade do campo de gerar alimento à população urbana.



Figura 5: Cidade de Évora totalmente envolvida pelas suas fortalezas medievais.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal Évora, não datado

A burguesia comercial instalada na cidade especializa-se no fornecimento à população de bens de consumo diferentes dos produzidos pela atividade agrícola. Este tipo de comércio fora do circuito agrícola torna-se possível porque o campo, subjugado ao regime feudal, suprime as necessidades alimentares da cidade. “A cidade medieval implanta-se, portanto, como uma área de liberdade no meio do mundo rural que a circunda, submetido a uma vassalagem quase absoluta.” (Goitia, 1996)

As práticas agrícolas medievais procuravam gerar o equilíbrio entre o ritmo de produção de culturas e manutenção da qualidade do solo. Eram aplicadas práticas como o pousio e a rotação de culturas, recorrendo à conhecida tríade de cereais, vinha e olival, de forma a assegurar as colheitas e gerar produções excedentárias o que, para além de permitir o armazenamento de produtos e assegurar a subsistência da população, permitia igualmente intensificar as trocas comerciais entre o campo e a cidade e desta com outros núcleos urbanos.

A constante necessidade de fornecimento alimentar à cidade, a par das limitadas condições de acondicionamento dos produtos, obrigavam à proximidade das áreas cultivadas. No entanto, o investimento na atividade agrícola a par da crescente procura de terras aráveis levou a que uma enorme área de território fosse agricultada, provocando fortes alterações na paisagem rural. Estas alterações da paisagem são retratadas nas obras do pintor italiano Ambrosio Lorenzetti (Figuras 6 e 7) que de forma poética nos revela um campo trabalhado pelo camponês em perfeita harmonia com a vontade política e religiosa dos senhores da cidade.



Figura 6: Obra de Ambrosio Lorenzetti retratando “A Vida na Cidade” e os efeitos do” Bom Governo”.

Fonte: www.ricardocosta.com



Figura 7: Obra de Ambrosio Lorenzetti retratando “A Vida no Campo” e os efeitos do” Bom Governo”.

Fonte: www.ricardocosta.com

O mundo Árabe também se deixou seduzir pelos encantos do mediterrâneo. Por volta do ano 700 d.C. os seguidores do profeta Mohamed prosseguiram as suas conquistas para o mediterrâneo ocidental. A sua evolução ao longo da Bacia do mediterrâneo, como nos refere Goitia (1996), ocorreu ao longo de territórios urbanizados, ocupando as cidades existentes, pelo que só de início criaram grandes cidades.

O árabe gere dentro de si um conflito permanente entre o seu lado urbano e rural. Por isso se pode explicar porque as suas cidades, embora em tudo diferentes das cidades clássicas, mantêm a característica de profunda dicotomia com o campo. Segundo o filósofo Abenjaldum, citado por Goitia (1996) a explicação para essa dicotomia está “na coexistência de dois modos de vida, o nómada e o sedentário. Estes modos de vida são irreduzíveis entre si e vivem em luta perpétua. O nómada é o camponês, o homem do deserto; o sedentário é o cidadão.” O homem rural passou diretamente a cidadão sem ocorrer um processo de transição. A cidade renega o campo envolvente, que a viu nascer, e vira-se para dentro, para o privado, para o secreto, para o hermético e sagrado.

As muralhas estabelecem o limite físico. Os mercados, não existindo o equivalente à “Ágora” grega ou ao “Fórum” romano, acontecem na sua maioria nas imediações das faustosas portas da cidade. A população acumula-se nas cidades. A agricultura nos campos envolventes resume-se no essencial a áreas de explorações intensiva.

A geografia completamente diferente das areias do deserto e as condições edafo-climáticas extremamente favoráveis aos aspetos produtivos que encontraram no mediterrâneo, foram fonte inspiradora para o forte incremento às práticas agrícolas e a novas culturas.

No ano de 711 d.C. invadiram a península ibérica. Em Espanha estabeleceram-se em diferentes regiões como a de Sevilha e a de Córdova, mas as suas raízes mais duradouras aconteceram na região de Granada. Conseguiram formar unidade com o povo indígena. Os assentamentos, de grande ou pequena dimensão, constituem locais dedicados à atividade agrícola (Figura 8). Granada viu nascer os palácios imperiais com os seus sumptuosos jardins que são até hoje uma fonte inspiradora na arte de jardins. Os povoados rurais, mais pequenos, albergando até um máximo de 100 pessoas, eram propriedades agrícolas, onde a casa, os jardins e pomares eram envolvidos por pequenas hortas e pelos campos de exploração intensiva de cereais.



Figura 8: Pintura representando agricultura árabe na Andaluzia
Fonte: bhumanas.com

Em Portugal, deixaram marcas mais rastreáveis na região sul do país. Tal como em Espanha ocuparam antigos núcleos urbanos, impondo-lhes uma nova dinâmica económica suportada em trocas comerciais. De acordo com Monteiro (2011), a cidade de Évora é exemplo dessa dinâmica comercial, tirando partido da proximidade de Badajoz e do porto marítimo de Sines, o qual era essencial para assegurar o transporte de produtos para o Norte de África.

A descrição efectuada pelo geógrafo muçulmano Edrici permite-nos entender hoje os atractivos, e ao mesmo fascínio, de um povo oriundo do deserto por um local como esta cidade, onde “o território é de uma fertilidade singular; produz trigo, gado e toda a espécie de frutas e hortaliças” (Monteiro, 2011).

Para a agricultura os mouros trouxeram novos métodos de cultivo, uma inteligente distribuição dos recursos aquíferos do subsolo, novos sistemas de irrigação e uma enorme variedade de frutos e vegetais. A horticultura foi fortemente impulsionada e para isso foi decisivo o domínio da hidráulica. Possibilitaram a criação de hortas em solos que outrora eram demasiadamente secos para produzir. Junto aos aglomerados urbanos era comum a existência de pequenas parcelas de terra irrigada denominadas “rahals”. Refere ainda Monteiro (2011), que o conhecimento muçulmano das práticas agrícolas era tão apurado que perdurou mesmo após a reconquista dos locais ocupados.

Com o fim da Idade Média, a Renascença imprime na sociedade uma nova forma de olhar o mundo. O homem do renascimento procura regressar ao caminho da luz, o qual abandonou quando se afastou da antiguidade clássica¹³. Recuperar o antigo, representa, ao contrário do espectável, uma atitude moderna e regeneradora para a aplicação de princípios absolutos. É um movimento intelectual, com influência sobre o urbanismo, a arquitectura, a pintura ou a escultura, cujo epicentro se situa em Itália.

Foram estudados e imitados monumentos antigos e recuperados parte dos estudos urbanísticos de Vitruvius. É com base nos textos do romano e na interpretação das antigas obras arquitetónicas que o homem do renascimento traça os planos para a cidade ideal. Assume-se uma nova configuração da muralha tradicional, a qual deixa de poder ser substituída em anéis concêntricos de acordo com as necessidades de crescimento urbano. As defesas renascentistas adotam um sistema estático, limitador do crescimento urbano, com consequências para o aumento da densidade populacional. O interior da cidade é idealizado de forma geométrica, em quadrícula, de ruas com traçado retilíneo tirando benefício do eixo perspetivo como elemento de forte componente visual. A praça deixa de ser um espaço vazio da cidade e passa a ser parte estruturante da cidade, onde se concentram os principais

¹³ “Etimologicamente, Renascimento significa «voltar a nascer», ou seja, voltar às formas de arte da antiguidade romana e grega, como motivos de inspiração.” (Lamas, 2000)

edifícios e monumentos. A expressão física geometrizada é a materialização de uma nova ordem visual urbana, que coloca o homem no centro do mundo.

A vida da cidade e o humanismo deram origem a um novo modo de ver e expressar as estruturas físicas da comunidade e a relação da cidade com a sua envolvente ... A paisagem envolvente encontra-se ausente, dando a entender que não é necessário para a compreensão da forma urbana (Pregrill & Volkman, 1993 – nossa tradução).

A cidade continua a assumir a sua tradicional dicotomia com o campo envolvente. A arte dos jardins reclama para si a interpretação dos prazeres do campo na cidade e do conhecimento científico da época, afirmando-se de forma autónoma. O aspeto lúdico do jardim ganha predomínio sobre os aspetos produtivos da agricultura, situação que não se havia verificado outrora. Esta transformação vem na esteira da atitude do homem renascentista que procura uma economia capitalista para garantir o bem-estar económico, social e cultural da época.

A Idade Média criara um regime mercantil, onde a igreja, desempenhando um papel fundamental na estabilidade da comunidade, também se imiscuía na rede de negócios instalada.

“Mas, pelo fim da Idade Média – e esse é um dos sinais visíveis do fim -, até mesmo as matérias piedosas assumem uma coloração mundana. A religião cedeu lugar ao comércio; a *fé*, ao *crédito*.” (Mumford, 1961)

No entanto, as cidades continuaram até cerca do século XV a depender da capacidade produtiva dos campos envolventes para fazer face às necessidades alimentares. Por variadas razões como a guerra, pragas ou simples escolhas pessoais de abandonar o campo para rumar às cidades, o sistema feudal foi substituído por novas formas de gestão das estruturas agrárias que por base tinham o sistema monetário. O feudalismo medieval abre as portas ao capitalismo mercantilista da renascença. As paisagens urbanas e rurais começam gradualmente a sofrer alterações tendo por base uma perspetiva de construção fundamentalmente mais tecnológica, industrializada e consumista dos recursos naturais (Pregrill & Vollkman, 1993). O lucro tornou-se um fim elementar e as produções, que outrora garantiam pouco mais que a subsistência, passam a ser controladas e quantificadas de forma a obter o rendimento necessário por exploração e a possibilitar o investimento em novas explorações e/ou novos ramos de negócio. No início do século XV instalava-se na

área rural, a indústria de manufatura da lã. A criação de ovelhas ganha forte expressão pela Europa, até porque se traduzia num investimento rentável, que quando comparado com o serviço árduo agrícola, necessitava de pouco investimento. Esta atitude comercial traz nova vida aos mercados das cidades e promove o contacto entre comunidades. Os aglomerados urbanos distribuídos de forma contínua pelo território (herança da Idade Média), são encarados como pólos de interesse de rotas comerciais fornecedoras de mercadorias provindas de diferentes partes do globo. Para isso foi fundamental a fase dos Descobrimentos, do conhecimento de novos mundos, de novos mercados, novos produtos alimentares e novos métodos de conservação. Como refere Caldas (1994),

não era fundamentalmente o Ouro que se procurava, nem somente as especiarias para o Comércio, mas as Plantas e os Animais diferentes dos conhecidos, nas terras sem fim onde tudo pudesse ser encontrado e cultivado. Na história da Humanidade, nunca sonho maior foi alguma vez sonhado, nem mais ajustado às esperanças colectivas de combater a fome, transformando o mundo através de uma revolução técnica que promovesse novo arranjo ambiental agrário, mais generoso e farto. (Caldas, 1994)

Mas esse “arranjo” agrário era tarefa a desempenhar pelo camponês. Aos proprietários das terras e restantes membros da aristocracia, cabia o prazer da fruição e da contemplação da criação destas paisagens agrícolas. A construção de “villas” em redor das cidades que tinham inicialmente o objetivo de gerir os terrenos agrícolas, rapidamente passou a assumir um papel semelhante às casas de campo dos gregos e às “villae” romanas. Espaço de lazer para a sociedade rica, que procurava fugir das cidades com as suas apertadas cinturas de muralhas, muito densas, com problemas de iluminação, ventilação, congestionamento e promiscuidade (Carvalho, 2003).

Foi esta leitura da cidade, feita à época que está na génese das transformações, entenda-se em grande parte demolições e renovações da cidade.

O movimento Barroco instituiu uma nova forma de encarar a cidade, não somente “apenas o lugar de vida e abrigo dos habitantes, mas também o campo de actuação político-social, o lugar de significações e da ostentação do poder.” (Lamas, 2000)

A cidade aponta ao infinito, não se circunscrevendo aos limitados eixos perspéticos renascentistas. A sociedade urbana abastada vive o seu quotidiano de forma faustosa,

consumista, representando um papel portador, para e com os seus, de elevado estatuto social. O sistema capitalista ganha maior expressão, a cidade vive para o lazer e entretenimento, construindo a sua relação com o campo através da já assumida arte dos jardins.

2.1.2. Reflexões

As comunidades humanas vivem na terra e vão construindo com inteligência e trabalho, o seu «eco» isto é a sua «casa», que é ao mesmo tempo a «casca de caracol» em que se abrigam, o «prato de lentilhas» de que se alimentam e a expressão mais viva da sua arte e engenho. (Ribeiro Telles, 1985)

O urbano provém do rural¹⁴. Nasceu da associação de indivíduos que perceberam que a sua união seria recompensada. A atividade agrícola está na génese dessa união e foi durante milénios o denominador comum para essa recompensa, contribuindo por isso de forma determinante para o valor da comunidade. A cidade assumiu a proteção dessa comunidade, que de forma progressiva, mas “natural”, se constituiu como oposição ao rural. O antagonismo a que esta relação se presta esteve na base do seu sucesso.

Ao longo das diferentes fases da humanização do território, a que viemos fazendo referência, a inteligência humana provou conseguir gerar equilibradas relações de interdependência e complementaridade entre os espaços rurais e urbanos. As continuadas transformações que ocorreram na paisagem desenvolveram-se vagarosamente, a um ritmo marcado pelas estações do ano, e portanto de forma consentânea com os diferentes ciclos biológicos.

A preocupação de gerar sistemas de exploração equilibrados, que não colocassem em causa a sua própria manutenção, justifica por si a qualidade técnica das soluções criadas, ou seja, soluções (de base empírica, mas devidamente testadas) que para além de retirar o máximo rendimento possível (ainda que escasso), não punham em causa a sua permanência ou dos recursos naturais disponíveis. O território foi aprendido a ser gerido como um mosaico, heterogéneo, polivalente e coerente. A Paisagem, enquanto produto dessa gestão da interação entre processos culturais e naturais, resultou multifuncional, incorporando as valências produtivas e fomentando novas atividades humanas de que é exemplo o artesanato oficial.

Consideramos que para a qualidade da relação urbana/rural foi determinante a pequena dimensão das cidades, cuja capacidade expansiva estava intimamente ligada à segurança

¹⁴ A transposição do modo de vida rural para urbana provém do aumento das concentrações de população rural e da gradual alteração dos principais focos de interesse das comunidades. A preocupação com a reprodução e a alimentação dão lugar a uma diferente estruturação das interações humanas, conferindo-lhe a urbanidade.

alimentar dos seus cidadãos. Até ao final do século XVIII, o mundo assistiu a uma relação harmónica do campo com a cidade, de uma paisagem predominantemente rural que se estendia de forma contínua, sendo pontuada por espaço urbano fortificado e, por isso, contido.

Por outro lado, a proximidade dos campos de cultivo, aspeto que a par da dimensão da cidade acompanhou este período, é sem dúvida outra das contribuições que intensificaram o processo de complementaridade. As deslocações entre o campo e a cidade representavam o quotidiano. A paisagem rural apresentava-se às portas da cidade, humanizada, agricultada, diversificada e equilibrada. Um importante sistema simbiótico em que o campo fornecia o alimento para a boca e espírito dos cidadãos e a cidade fornecia proteção, ascensão social e acesso a novo conhecimento e novos serviços.

2.2. Relação cidade/campo: a perda da complementaridade

O fenómeno de saída de população rural em direção às urbes não é novo e teve o seu início desde a fundação das cidades. Existe, no entanto, um ponto marcante que institui um aceleração dessa migração, o qual a história denomina de revolução industrial. Foi neste processo que cidades como Londres, Nova Iorque ou Paris se tornaram paradigmas da industrialização urbana¹⁵. Os limites físicos da cidade antiga quebram-se abrindo um novo ciclo expansionista da conquista urbana do homem sobre o território rural.

2.2.1. Revolução industrial: os problemas urbanos e a procura de respostas

Watt, em 1775 inventa a máquina a vapor, preconizando aquela que seria a maior alteração na organização do trabalho humano. A possibilidade de produzir muito acima das quantidades até então conseguidas estimulou fortemente os processos de manufatura. Não só a capacidade de produção em massa foi um fator extremamente aliciante como o local para implantação das indústrias que, alimentadas por energia hidráulica procuravam as margens de rios, poder-se-iam agora agrupar num único ponto, gerando aglomerados fabris e favorecendo essa mesma produção. É esta a génese das cidades industriais. Fábricas que se amontoavam junto a centros populacionais já existentes, garantindo permanente fornecimento de mão-de-obra, o que também permitia retirarem daí as evidentes vantagens no que diz respeito a vínculos laborais.

Certo é que a manufatura industrial empregava a larga maioria da população, uma vez que as máquinas ainda não dispensavam a presença humana. A sociedade agrária, convertia-se em urbana, os campos esvaziavam-se de mão-de-obra e a cidade absorvia o camponês.

¹⁵ “A última modificação fundamental que as cidades sofreram nos tempos modernos foi ocasionada por essa complexa série de acontecimentos a que se tem chamado a revolução industrial, embora, na realidade, não tenha sido só estritamente industrial, mas também uma revolução na agricultura, nos meios de transporte e comunicação e nas ideias económicas e sociais.” (Goitia, 1996)

Também é certo que estas cidades criaram fontes de energia e redes viárias para escoamento das produções. A atitude capitalista e liberal do “laissez-faire” justificavam a forte expansão urbana como necessidade para uma sociedade progressista, desenvolvida e com melhores índices de qualidade de vida. No entanto, esta visão económica do progresso veio a revelar que a par das virtudes produtivas continha também efeitos nocivos para a sociedade. As cidades ganhavam dimensão e tornavam-se cada vez mais densas e as condições económicas e habitacionais dos trabalhadores tornavam-se cada vez mais precárias. A indústria comandava os destinos da cidade sobrepondo-se a todos os interesses, secundarizando não só as questões de ordem social perante um proletariado cada vez mais enfraquecido, mas também as de ordem ambiental.

As fábricas tornaram-se senhoras do solo urbano e suburbano. Colocavam-se no ponto mais conveniente, e mais fácil de encontrar para o seu serviço. Se era necessário construir uma central térmica utilizavam logo as margens imediatas dos rios, mesmo que o fumo e o transporte do carvão destruíssem locais que podiam ter conservado uma grande beleza natural. (Goitia, 1996)

A preocupação com a forte tensão social e a degradação ambiental começaram a ganhar expressão junto dos pensadores da época. Por esta altura a ciência ecológica já oferecia contributos relevantes para a sociedade. Como contraponto existiam as cidades com os seus subúrbios insalubres em condições sociais insuportáveis. Foi em condições de forte pressão industrial, de cidades que continuamente recebiam nova população e empurravam cada vez mais, para lá dos seus antigos limites, a residência e a indústria, que os pré-urbanistas, como Robert Owen (1771 – 1858) ou Charles Fourier (1772 – 1837) procuraram as primeiras alternativas ao denso e contínuo crescimento urbano, avançando com soluções de pequenas concentrações urbanas autosustentáveis. De acordo com Rosenau (1988), os seus modelos baseavam-se essencialmente na agricultura e na manufatura. Pelas suas iniciativas sociais, com o objetivo de melhorar as condições de vida que o processo industrial tendia a agravar, ficaram conhecidos por socialistas utópicos. Uma utopia que procurava resolver as problemáticas habitacionais e laborais do homem industrial através de iniciativas de cariz individual e, portanto, dificilmente ofereceriam respostas aplicáveis à dimensão dos problemas que afetavam a qualidade de vida da população. Assentavam em modelos que essencialmente divergiam na conceção arquitetónica, uma vez que procuravam soluções

comunitárias de semelhante organização social onde, para além das questões habitacionais e de emprego essencialmente fabril, a agricultura procurava responder às necessidades alimentares destes pequenos aglomerados. Inevitavelmente estes modelos esgotaram-se por razões de ordem intrínseca, mas em muito devido à crescente afluência de população a estes aglomerados, tornando-os impraticáveis. A densidade habitacional explodia para registos nunca antes vistos. Os subúrbios cresciam ao ritmo do traçado das vias de comunicação que permitiam encurtar distâncias outrora demoradas de percorrer. As classes mais abastadas procuravam, repetindo o que a história já havia testemunhado, fugir às condições de insalubridade que se vivia no interior da cidade.

Mumford (1961), refere que o geógrafo Piotr Kropotkin, mesmo antes da invenção do automóvel ou do telefone, havia já compreendido que a proliferação das novas vias de comunicação, aliadas ao fornecimento de energia elétrica, colocaria

a pequena comunidade em pé de igualdade, em matéria de facilidades técnicas essenciais, com a cidade supercongestionada. Pela mesma razão, as ocupações rurais outrora isoladas e abaixo do nível cultural e económico da cidade poderiam ter as vantagens da inteligência científica, da organização de grupo e das actividades animadas, que a princípio tinham sido um monopólio da grande cidade; e com isso, a nítida divisão entre o urbano e o rural, entre o trabalhador industrial e o trabalhador do campo, também haveria de cair. (Mumford, 1961)

É de facto um prognóstico que a história se encarregou de provar. Os núcleos rurais outrora periféricos e dependentes da cidade ganharam novas infraestruturas adicionando-se à crescente urbanidade do território. A cidade expande-se de forma desregulada, alimentando-se do território periférico, tornando-o seu, urbano e cada vez mais distanciado do núcleo original, ao qual de forma consciente se chama “a cidade”. Mas esta contínua expansão urbana geradora de subúrbios cria, para além da distância física, um afastamento social e económico para com o centro. As suas funções são eminentemente habitacionais, obrigando a deslocar-se cada vez mais longas para o trabalho e apenas com ocupações em pleno aos fins-de-semana. Carecem de sentido de comunidade. Na sua larga maioria são depósitos de gente que ali apenas reside, ocupando bairros pobres, de edifícios sobrelotados e de baixa condição sanitária. Gente a viver em condições deploráveis e disponível para oferecer a sua mão-de-obra à manufatura da cidade industrial. O campo, também ele, passa a ser um cenário distante.

Enquanto a cidade permaneceu relativamente compacta e contida em si mesma, foi possível manter certo equilíbrio entre as ocupações rurais e urbanas: comer, beber, dançar, ... numa paisagem verdejante e ensolarada. Uma das primeiras penas da continuação do crescimento urbano foi o facto de deixar aquele agradável cenário a tal distância e de o haver confinado cada vez mais às classes dominantes. (Mumford, 1961)

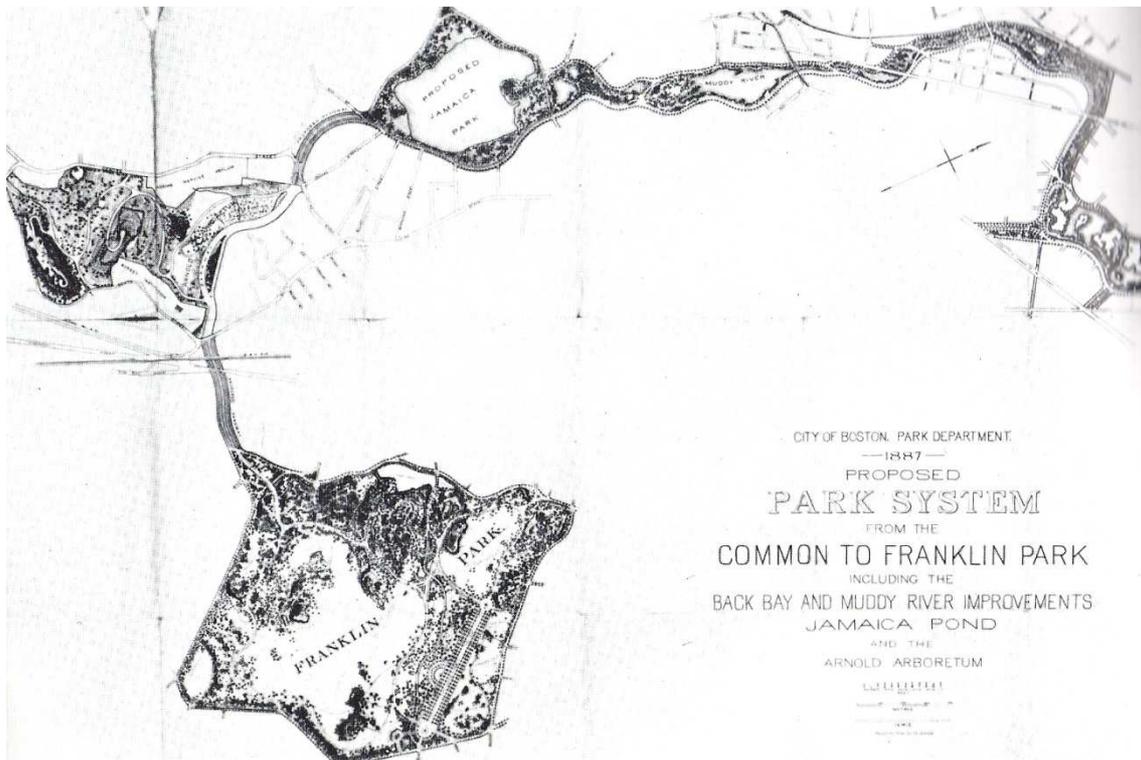


Figura 9: Sistema de Parques proposto por Olmsted para a cidade de Boston, E.U.A., em 1887
Fonte: The Landscape of Man (1996)

A integração dos espaços abertos no interior das cidades começa a ser encarada como preponderante para atenuar os efeitos massificadores da urbanização. Em Nova Iorque, Olmsted (1822 – 1903), influenciado pela situação europeia, propõe e concretiza o Parque Central de Nova Iorque, que para além de constituir um pulmão verde no espaço nuclear da cidade, estrutura o seu processo de formação. Do ideal de pulmão verde, o mesmo autor faz evoluir o conceito para uma conceção sistémica de parques (Figura 9), podendo assim daí retirar as mais-valias geradas pelo espaço aberto em si, mas também poder estruturar a malha urbana influenciando aspetos da sua organização mais básica como o tráfego pedonal e automóvel.

Os espaços abertos começam a fazer parte da organização estrutural da cidade e o jardim público é encarado como uma estrutura urbana com influência sobre o desenho da cidade.

Estava assim lançada a oportunidade para a criação de uma rede de espaços abertos (precursora do conceito de estrutura verde urbana) que “recriasse a natureza no interior da cidade.” (Ribeiro Telles, 1997)

A presença do elemento vegetal torna-se determinante para a conceção do ideal de cidade do homem moderno, e a sua manifestação no decorrer dos processos urbanísticos do século XIX e século XX, justificam opções determinantes dos modelos aí preconizados. A cidade orgânica e a cidade linear, fórmulas encontradas para responder aos problemas sociais, económicos, estéticos e ambientais do século XIX, são as respostas paradigmáticas do urbanismo industrial.

2.2.2. As novas propostas urbanas

O cenário produzido pela revolução industrial constituiu terreno fértil para novas aproximações ao fenómeno urbano. De um lado e outro do Atlântico, desenvolveram-se novas teorias, enquadradas em modelos que propunham alterações à forma física da cidade. Em comum tinham a recusa da cidade existente e a procura de novos paradigmas para a cidade moderna (Lamas, 2000; Carvalho, 2003). Justifica-se aqui apresentar aquelas que, por um lado representaram soluções inovadoras e até provocatórias quando comparadas com o modelo de cidade à época, que se reviam na necessidade de reaproximação complementar entre cidade e campo e/ou que, por outro lado, influenciaram determinadamente a morfologia da cidade do século XX.

2.2.2.1. A cidade-jardim

No final do século XIX, Ebenezer Howard (1850 – 1928) teorizou sobre problemas urbanísticos que afetavam as cidades industrializadas em Inglaterra. As precárias condições sociais e económicas existentes, constituíram para Howard a base de uma reflexão sobre o homem e a sua apropriação do território. O diagrama dos três ímanes, onde pergunta de uma forma muito pragmática, “para onde irão as pessoas?”, oferecendo as respostas possíveis

como “cidade”, “campo”, ou “cidade-campo”, contextualiza, por um lado o legado histórico da dicotomia urbano/ rural, apontando igualmente o caminho para as cidades do futuro. Para Howard, homem e natureza deveriam ser complementares, o campo e a cidade deveriam unir-se. Os dois ímanes - cidade e campo combinar-se-iam num só, assumindo o que de melhor tinham para oferecer (Mumford, 1961).

Um modelo pensado de forma a poder ser reproduzido em diferentes realidades geográficas e por isso considerado universal. No entanto, deveria ser considerado enquanto diagrama, o que lhe conferia a prudência necessária para estar sujeito às diferentes realidades locais.

Tal como Owen e Fourier procuraram criar um modelo comunitário, plenamente equipado e sustentável (Rosenau, 1988), Howard idealizava uma cidade

organizada para realizar todas as funções essenciais de uma comunidade urbana, negócios, indústria, administração, educação; equipada também com um número suficiente de parques públicos e jardins privados, a fim de guardar a saúde e manter a suavidade de todo o ambiente. (Mumford, 1961)

A particularidade de o solo adstrito para construção da cidade ser na sua totalidade municipal, tornava por si só o modelo diferente dos restantes e em oposição total com as práticas administrativas e urbanísticas existentes. O sistema fundiário assente na promoção privada, via assim o seu elevado lucro reverter de forma direta para o desenvolvimento comunitário.

Para Howard, as cidades tinham o seu limite de crescimento, o qual não deveria ser ultrapassado, sob pena de degradação da sua condição (Mumford, 1961; Arrabaça, 2003). Recupera este conceito dos planeadores gregos. Ao atingir esse limite, estipulado numa população de 32000 habitantes, outra cidade cresceria, regida pelos mesmos princípios organizacionais e funcionais (Figura 10), envolvida por uma faixa de campo, um cinturão verde agrícola limitador da sua dimensão e uma zona de interface urbano rural, onde estariam cerca de 2000 pessoas. Transportes públicos rodoviário e ferroviário assegurariam a mobilidade das populações entre cidades. Esta ideia é facilmente comparada a um “organismo”, constituído por várias células, sendo que cada célula corresponderia a uma “pequena cidade” limitada em número de habitantes, respetivas habitações, postos de trabalho, com comércio, indústria e agricultura ajustados à necessidade e capacidade urbana. As cidades-jardim funcionariam em rede, interligadas e com assumida hierarquia,

planeada. O ideal de cidade prevaleceria sobre qualquer plano específico. Apresentado como um modelo teórico, de base universal e portanto aplicável sem necessidade de conceção de um modelo físico previamente definido. O modelo em parte personifica o “American way of life”. Por base, cada família teria acesso a um talhão de terra, o acre, com direito a viver sob o seu teto. Carvalho (2003), associa este modelo à forma urbano-campestre¹⁶. “Caracterizando-se pela presença dominante da habitação unifamiliar dispersa e isolada e pela persistência de áreas agrícolas e florestais, poder-se-lhe-ia ter chamado rururbano¹⁷” (Carvalho, 2003). Uma procura do campo pelos urbanos gerando uma paisagem que mantém o seu carácter agrícola ou rural e alguns vínculos de pertença com a tecnocidade (Matos, 2011).

A estrutura seria determinada pela replicação de talhões dispostos numa malha ortogonal, desenhada por vias de comunicação devidamente hierarquizadas, permitindo facilidade de deslocação. O cidadão que habita na sua quinta poderá deslocar-se de forma cómoda e eficiente para qualquer ponto da cidade.

Edifícios marcantes na paisagem acentuariam o carácter público dos espaços e fortaleceriam a conexão comunitária. Constituiriam pontos de encontro, espaços públicos mas não com a mesma tipologia de uma praça europeia. A noção de um espaço central é algo que não faz sentido, num subúrbio sem ligação a nenhuma cidade e com uma comunidade em processo de transformação e adaptação ao modelo. Fazia sentido a existência de vários pontos de encontro, de acordo com a diversidade de situações que poderiam ocorrer na cidade. Característica determinante na conceção da cidade deveria ser a atenção a dar às características biofísicas e paisagísticas do local, preservando-as e integrando-as na estrutura funcional. Sobre as capacidades produtivas de Broadacre city, ficavam entregues ao agricultor, para que pudesse fazer aquilo que melhor sabia, na sua propriedade onde também residia com a família. A sua vida não deveria estar sujeita às constantes agruras económicas, da pressão para criar rendimento para fazer face às despesas, assim como da necessidade de procurar outras formas diferentes de gerar rendimento e eventualmente ter de abandonar a agricultura. “A pobreza estará, portanto, longe dele, se ele apenas trabalhar no trabalho que ele gosta e que melhor sabe fazer.” (Wright, 1958 – nossa tradução)

¹⁶ “A forma *urbano-campestre* é a denominação aqui adoptada para a ocupação periurbana dispersa, para a mistura cidade/campo que vai acontecendo em torno das antigas cidades contínuas.” (Carvalho, 2003)

¹⁷ “Expressão criada em 1976 por Gerard Baner e Michael Roux.” (Wiel, Marc, cit. por Carvalho, 2003)

Entendendo que a economia da agricultura industrial deixou de fora o produtor agrícola, Wright resgata-o para o centro do seu modelo da cidade do futuro. Vê-o como o grande alimentador dos cidadãos, com a função de fornecer à cidade (entenda-se à comunidade), tanto os produtos alimentares como a matéria-prima para a produção têxtil. Diz ele que “sem o agricultor, as nossas vilas e cidades, grandes ou pequenas, ficariam despidas e com fome” (Wright, 1958 – nossa tradução).

A sociedade urbana mesclar-se-á com os agricultores e, daí, todos retirarão as suas vantagens. O agricultor tomará o lugar da agricultura industrial, o consumidor ganhará a ligação direta ao produtor.

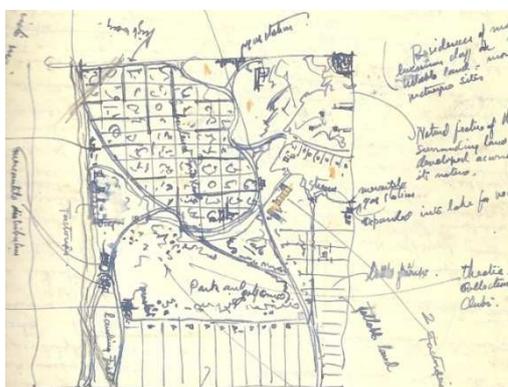


Figura 12: Esboço de Broadacre City, 1934
Fonte: Frank Lloyd Wright, Editora Taschen, 1991.



Figura 13: Ilustração de Broadacre City, 1958
Fonte: Public Domain

2.2.2.3. A Cidade Radiosa

Em Paris, Le Corbusier (1887 – 1965) avança com soluções urbanas para a reformulação da cidade contemporânea. Sistematiza um modelo baseado nas funções identificadas como estruturantes das atividades humanas do homem moderno. Em 1922 apresenta ao mundo o seu ideal de cidade, planeada para 3.000.000 de habitantes, a qual veio mais tarde, em 1933, a aperfeiçoar e denominar de Cidade Radiosa.

A cidade foi pensada como uma grande máquina, onde a funcionalidade determinaria uma organização padronizada e meticulosamente controlada de acordo com quatro funções essenciais: habitação, trabalho, lazer e circulação (Figura 15). A racionalidade, com a qual a linha reta se identifica enquanto elemento configurador de ordem, foi geradora da escala e

da organização humana da urbanidade do futuro. No fundo, Le Corbusier procurou uma nova ordem para a arquitetura e para o urbanismo. Uma nova ordem que incorporou as vantagens tecnológicas modernas e as mesclou com os elementares conceitos de composição clássica como o traçado regular com edifícios em banda, o espaço público aberto ou a aproximação à natureza.

As funções adstritas à cidade geram o seu desenho combinando padrões de elevada densidade no interior da urbe, com outros de baixa densidade na periferia. A leitura pragmática de Corbusier do conceito de Urbanismo e arquitetura, permite-lhe dividir as formas de ocupação espacial da cidade e, conseqüentemente as tipologias de urbanidade que lhes estão adstritas, em três formas. Os urbanos que residem no centro, em torres habitacionais e fazem curtas distâncias entre residência e trabalho; os suburbanos que, habitam na periferia e trabalham na indústria periférica; os mistos que, no quotidiano farão deslocações da periferia onde residem para o centro onde laboram (Arrabaça, 2003). A mobilidade será assegurada por uma mecânica oleada, capaz de dar resposta ao ritmo da vida moderna, com diferentes tipos de eixos condutores consoante a utilização a que se destinam.

Tal como na proposta de Howard, o solo pertenceria na sua totalidade ao domínio público, sem direito a qualquer apropriação privada. No entanto, recusa o modelo de cidade-jardim, de baixa densidade, com as suas hortas e pomares, que diz significar um terreno fértil para processos em

que os homens de negócios obtenham lucros substanciais no loteamento dos terrenos. Em oposição a essa grande dispersão de pânico, cumpre lembrar uma lei natural: os homens gostam de se agrupar, para se ajudarem mutuamente e se defenderem, para economizarem esforços. Quando se dispersam, como actualmente nos loteamentos, é que a cidade está doente, hostil, e não cumpre mais os seus deveres (Le Corbusier, cit. por Carvalho, 2003)

Le Corbusier defende acima de tudo a elevada densidade, a cidade liberta de espaço para utilização pública em redor dos edifícios e com amplos espaços abertos (Figura 14). Por ironia poder-se-lhe-á chamar cidade-jardim vertical. Ironia das ironias é que os subúrbios a que Le Corbusier se refere quando determina a tipologia das ocupações periféricas da sua cidade, tornaram-se “espaços ajardinados”, cuja origem proveio da cidade-jardim (Rosenau, 1988).

A função do campo é relegada para os espaços contíguos à cidade. A agricultura é vista com potencial para criar mais e melhores produções passando, segundo Le Corbusier (1961), dos típicos 4 km hora com que classifica as unidades agrárias, para a lei dos 50-100 km hora. Uma visão industrializada, mecanizada e coerente com as suas premissas de uma vida moderna, numa organização funcional

capaz de fazer florir de novo a vida camponesa. Primeiramente fixadas pela geografia natural, temos a ou as pastagens; em seguida nas proximidades da maior estrada (mas não rente à sua berma), o centro rural. Por último, as culturas justamente mecanizadas (mono ou policultura). (Le Corbusier, 1969)

Vertidas as premissas urbanísticas de Corbusier para o manifesto arquitetónico de que veio a resultar a carta de Atenas no ano de 1933, o modelo de Cidade Radiosa passa a ser encarado como doutrina do novo urbanismo.

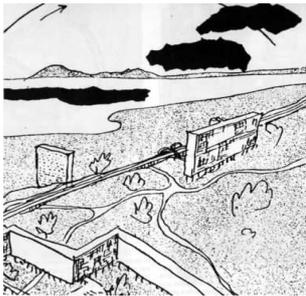


Figura 14: Esboço da visão Modernista das áreas habitacionais com a evidente separação da circulação viária e pedonal, e implantação de edifícios envolvidos por amplas áreas verdes.

Fonte: www.urbanidades.arq.br

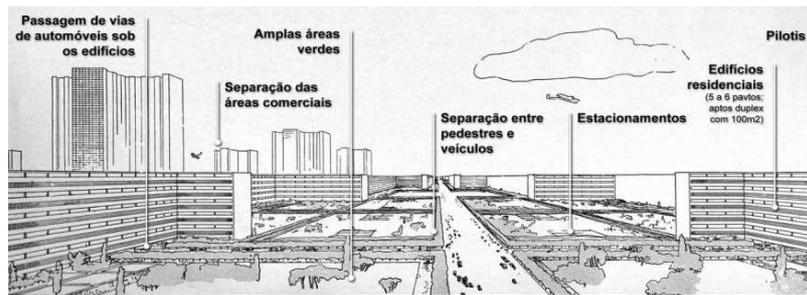


Figura 15: Cidade Contemporânea, onde facilmente se identificam a separação entre funções.

Fonte: www.urbanidades.arq.br

2.2.3. Reflexões

Howard, Wright ou Corbusier não apresentaram modelos apenas enquanto soluções para desenhar a cidade do futuro. Fizeram-no enquanto soluções de ocupação territorial de âmbito regional, com a clara percepção da extensão urbana provocada pelas experiências da revolução industrial. Perceberam o que Patrick Geddes já havia concluído: que as relações entre a cidade e o território são de fulcral importância para conseguir um ordenamento sustentável, e que a negação desta relação, se não feita com base na articulação entre espaço urbano e espaço rural trará consequências nefastas para a qualidade da vida humana (Fadigas, 2010).

Num contexto em que a tradicional dicotomia cidade-campo foi desaparecendo, os três modelos procuraram fornecer as soluções geradoras de equilíbrio urbano e rural, que conferissem respostas diretas aos problemas sociais, económicos, culturais, de mobilidade ou de saúde dos cidadãos.

Mas, ao contrário de Howard e Wright, o modelo de cidade de Corbusier, não advém da noção do esbater da dicotomia cidade – campo. A sua visão do urbanismo moderno preocupa-se com critérios de diferenciação das principais atividades humanas, ou seja, com um sistema de zonamento territorial que privilegia o enquadramento de tais atividades. Um planeamento urbano estandardizado com áreas predestinadas a determinadas funções. Fazer cidade, através de processos sectoriais, onde a preocupação com as questões arquitetónicas perigosamente se podem sobrepor às questões de preocupação urbanística.

Mesmo na obra de Le Corbusier, e apesar de estarem generosamente previstos os equipamentos de toda a espécie nos blocos de apartamentos, é frequente não haver uma definição do núcleo da cidade, cuja constante expansão se torna possível mediante o acrescentamento de mais e mais edifícios. (Rosenau, 1988)

Este crescimento por “pedaços” que, “aparentemente” feito sem preocupações de coerência urbanística e de ajustamento às necessidades da cidade e da sua população, é aliás, a par da necessidade de utilização do automóvel particular para as longas deslocações diárias, um dos grandes problemas com que nos debatemos na cidade contemporânea. Por sua vez, os espaços abertos urbanos surgem como resposta às necessidades do homem em contactar

com elementos da natureza, e não como preocupações de ordem ecológica. Ou seja, a motivação não é a procura de gerar os necessários equilíbrios ecológicos e garantir a segurança dos ecossistemas, mas sim de oferecer uma resposta às preocupações sociais e de salubridade pública (Fadigas, 2010).

O modelo de Wright, embora atento à crescente morfologia urbana e à cada vez maior promiscuidade entre espaço urbano e rural, organiza a cidade com base numa estrutura mecanizada, repetitiva e geometrizada e, por isso, em parte também sujeito às mesmas críticas de ordem funcionalista de Corbusier. Broadacre city, a ser construída, perpetuar-se-ia no território, sem conhecer limites à sua expansão. A solução de Wright constituía um apelo à ocupação periurbana, de baixa densidade, um subúrbio sem cidade. Por isso Carvalho (2003) a apelida de “anti-urbanismo”, e que “Para tal seriam necessários o estender das redes elétricas e das autoestradas, o total aproveitamento dos meios mecânicos, o que potenciaría uma ocupação linear de muito baixa densidade, ao longo dos eixos de infraestruturas.” (Carvalho, 2003). E, referindo-se aos processos de periurbanização que afetam as cidades atuais, acrescenta ainda que “O modelo, apesar de não consistente e de pouco defendido, vai sendo admitido e praticado.” (Carvalho, 2003)

O camponês estaria integrado na organização da cidade, no seu interior, e por isso não se colocaria a questão do afastamento do campo e dos seus espaços de cultivo tão necessários para alimentar a cidade. Aliás, concordamos que a maior virtude do modelo americano era o facto de assumir de uma forma clara a substituição da agricultura industrializada (embora constituindo uma completa utopia) pelo agricultor de proximidade. Situação que contrasta com o modelo industrial de Le Corbusier.

Ao contrário das restantes propostas, o modelo urbano de Howard incorpora na sua conceção a noção de que, tendencialmente, a cidade se estende para além dos seus limites, gerando variados aglomerados satélite de maior ou menor dimensão, mais autónomos ou mais dependentes da cidade de origem. Carvalho (2003), escreve que, “Do modelo de Howard vale a pena reter e sublinhar a perceção – tão atual – de que existe uma cidade – território, planeada ou não.”

Carvalho (2003), fala-nos do conceito de cidade região que, segundo autores como Ribeiro Telles (1994; 2003) e Donadieu (2006), representa a leitura atual da cidade que já não se circunscreve ao seu ponto geográfico no mapa. O modelo de cidade-jardim tem essa virtude de permitir uma leitura da cidade a nível regional, mas sem que esse facto ocorra por fenómenos de disseminação urbana desregulada. O conceito de cidade jardim preferiu

escolher a descentralização à concentração e a organização à extensão. Tem a capacidade de regular tanto a escala e o desenho da cidade, como a sua expressão a nível regional.

A contenção, organização socioeconómica e critérios de sustentabilidade são apanágio para atingir uma forma urbana capaz de produzir todas as vantagens de uma grande urbe sem perder a estreita relação com o campo. Cremos que para atingir esse objetivo é determinante a conceção do espaço agrícola envolvente à cidade, o interface urbano / rural, constituindo um elo de ligação e identificação da população com a sua paisagem, estancando o processo de expansão urbano antes que este se torne viral e contamine a qualidade de vida dos seus habitantes.

O significativo, com relação à cidade jardim, não era a simples presença dos jardins, e espaços abertos: radicalmente novo era o método racional e ordenado de tratar da complexidade, mediante uma organização capaz de estabelecer o equilíbrio e a autonomia e de manter a ordem, a despeito da diferenciação, e a coerência e unidade, a despeito da necessidade de crescimento. Essa é que era a ideia transformadora. (Mumford, 1961)

Em Portugal, nos anos 40 do passado século, os anteplos de urbanização, impulsionados por Duarte Pacheco incorporavam o espírito da cidade-jardim. No entanto, a ideia transformadora a que Mumford acima se refere foi limitada a aspetos de cariz habitacional. O resultado são expansões contínuas à cidade existente, com desenhos urbanísticos que desafiam a retidão urbana, através de alinhamentos curvilíneos com “pequenos edifícios alinhados ao longo de ruas, constituindo quarteirões visualmente abertos. (Carvalho, 2003). A opção decorre da tentativa de fazer a conciliação do desenho da cidade-jardim com a cidade existente, e não da criação de novas cidades como foi o caso de Inglaterra. Concordamos com Mumford quando afirma que se comete o “erro de chamar aos subúrbios cidades-jardins, ou ao plano aberto suburbano “plano do tipo cidade-jardim” (Mumford, 1961). Porque, esta “agradável imagem suburbana”, deixa de fora muitas das premissas de Howard para atingir a cidade social e autossuficiente.

Já a cidade moderna e a Carta de Atenas, viu a sua afirmação em território nacional ser atrasada em relação a outros países europeus. São duas as razões para esse atraso: a primeira decorre do fato das nossas cidades não terem sido submetidas à devastadora destruição decorrente da Segunda Grande Guerra. A segunda relaciona-se com regime político ditatorial que rejeitou o modernismo em prol do simbólico, representativo da

imagem do poder instituído. Ultrapassada esta resistência, a sua aplicação degenerou para uma aplicação “caricatural” ao modelo¹⁸. Fizemos, diria de forma exemplar, a repetição de processos urbanísticos sectoriais, “descomprometidos” com uma morfologia urbana estruturada e, por isso, comprometendo uma relação biunívoca das formas urbanas com o campo. Igualmente Carvalho (2003) refere que o modelo modernista tem “sido frequentemente utilizado de forma desfigurada relativamente ao modelo inicial, servindo objetivos de valorização fundiária.” E, embora o propósito da presença dos espaços abertos não fosse de ordem ecológica¹⁹, a redução dos mesmos a espaço residual dos edifícios é igualmente a negação do modelo inicial. É uma utilização Pós-Moderna do ideal de Modernismo, que incorpora no seu discurso algumas das críticas ao modelo exageradamente funcionalista e abusador de planos de zonamento mas que, de forma quase infalível, cai em práticas que se revelam mais fragmentadoras do território.

Quanto às influências do modelo de Wright, derivaram, como acima referimos, para mecanismos de especulação fundiária que, no fundamental, acrescentam mais crescimento periurbano ao território.

Sobre Portugal, podemos afirmar que o processo urbanístico é o resultado da influência de cada uma das visões modernistas que dominaram o movimento, sem que, na sua plenitude, tenham sido fidedignas às premissas do seu criador.

¹⁸ “Se esta paragem no processo histórico do Ordenamento do Território e do Urbanismo tivesse servido para se saltar por cima dos problemas pelos outros cometidos, ter-nos-ia apesar de tudo sido proveitosa. Mas não, atrasados, entregámos aos construtores civis o crescimento das nossas cidades, permitindo a perspectiva do maior lucro, ou seja, a edificação máxima do espaço disponível, sem regras, nem preocupação de qualidade.” (Magalhães, 1996)

¹⁹ “Este é um dos grandes paradoxos do Modernismo, patentes na corrente positivista representada por Le Corbusier, Loos, Gropius e Mies van Der Rohe. Se por um lado, as preocupações higienistas levavam à exigência de luz e *verdura*, por outro, o modo de fornecer estes elementos era desligado do suporte físico e biológico.” (Magalhães, 1996)

2.3. Relação cidade/campo: a contemporaneidade

Os modelos urbanos deixados pelos pensadores modernistas resultaram, na sua larga maioria, em adulterações ou utilizações parciais das soluções preconizadas e em movimentos contestatórios das suas premissas. As resoluções da Carta de Atenas foram o pano de fundo para a construção de uma morfologia urbana a retalho, sem a verdadeira estruturação de um sistema urbano/rural tradutor de preocupações de ordem ecológica necessárias à manutenção dos equilíbrios biofísicos e paisagísticos. Urbanizar tornou-se um desígnio, como se o progresso apenas pudesse ser explicado pelo número de licenças de habitação ou quilómetros de estrada ou saneamento. A globalização aproximou os mercados e estandardizou processos. Espaço urbano e espaço rural não se distinguem de forma tradicional.

2.3.1. O progresso urbano

De acordo com a EEA (European Environmental Agency), no seu relatório de Outubro de 2006, cerca de 75% da população Europeia vive em zonas urbanas. Prevê ainda que em 2020, a fasquia subirá para os 80%, sendo que em alguns países poderá atingir os 90%. Estes revelam-se números preocupantes que necessitam de uma profunda reflexão por parte da sociedade sobre as rápidas alterações que se têm verificado no uso do solo e na sua influência para a construção de paisagem. Chegámos a um nível de crescimento urbano que reflete a insustentabilidade do sistema desenvolvido. A cidade atual, enquanto reflexo dessa insustentabilidade, não é mais do que o resultado das opções tomadas e a que temos vindo a fazer referência.

Como característica elementar na definição das cidades que habitamos, apontamos a dispersão. Habitar a cidade é habitar a região. As muralhas caíram, os contornos assumidos pela cidade deixaram de ser facilmente apreendidos pelos cidadãos. A urbanização avançou sobre o campo e o interface urbano rural gera contradições quando olhado por quem procura ver refletido no território a tradicional dicotomia construtiva da paisagem. Uma

paisagem separada em urbano e rural. Duas paisagens para dois estilos de vida. A do cidadão e a do camponês²⁰.

Para vários autores como Ribeiro Telles (1994; 2003), Manuela Raposo Magalhães (1996), ou Pierre Donadieu (2006), com os quais concordamos, a paisagem deixou de poder ser considerada nesta perspectiva tradicional, que em nada reflete as enormes transformações ocorridas nos últimos dois séculos e, em particular no decorrer do século XX, em que as alterações morfológicas, ocorridas fundamentalmente nas periferias das cidades, aproximaram as partes do todo e desequilibraram os seus conteúdos. Poder-se-á afirmar, e para isso basta olhar para plantas de diferentes cidades europeias, que ocorreu uma forçada fusão entre estas duas realidades e que, em muito, aconteceu por força da capacidade aglutinadora e expansiva das cidades, mas também porque o campo ganhou funções que outrora não tinham expressão no território.

Todas estas alterações ocorreram sobre uma paisagem que outrora se definia por um contínuo de espaço natural que aqui e ali se preenchia com ocupação urbana, devidamente regrada e, por isso, confinada ao seu espaço próprio. A agricultura estava presente no espaço rural, intercalada por espaços florestais, pastagem ou mesmo terrenos abandonados. Atualmente assiste-se a uma inversão na morfologia dessa ocupação territorial, traduzindo-se agora a paisagem por uma presença contínua do espaço urbano, intercalado por espaço rural. A expansão urbana, para além de se fazer de forma contínua, criou formas de ocupação dispersa e gerou aglomerados satélite que vivem em estreita relação com a cidade, através de “cordões umbilicais” como são as vias de comunicação rodoviária e tecnológica. Construimos uma Paisagem para a qual Ribeiro Telles (1994; 2003) insistentemente nos chama a atenção: a Paisagem Global. Uma paisagem caracterizada por uma visão holística do território, assumindo a ausência de separação entre cidade e campo, e para a qual é necessário encontrar soluções que permitam integrar de forma sistémica as funções urbana e rural e os modos de vida contemporâneos do cidadão e do camponês. “A necessidade de defender uma nova qualidade de vida, principalmente nas periferias urbanas degradadas e

²⁰ “quanto aos modos de vida, valores e comportamentos, há muito que a coerência e clareza das sociedades camponesas se perderam. Trabalhadores da terra ou de outra coisa qualquer estão igualmente expostos aos valores culturais mais divulgados pelos meios de comunicação social e reagem desigualmente a essa exposição. Nos tempos da auto-subsistência e das sociedades fechadas sobre si, a ligação com a terra e com os lugares (os ciclos das estações e as suas rotinas, as calamidades, a entajuda, a família, o espírito comunitário, etc) era de facto importante para explicar culturas específicas; perdidos esses nexos, a família é a diversidade que essa palavra significa em todo o lado.” (Domingues, 2012)

no campo aparentemente inútil, passa por eliminar estas rupturas entre cidade e campo.”
(Magalhães, 2001, citada por Matos, 2011)

Esta citação, concordante com as afirmações de Ribeiro Telles, define bem a situação a que o progresso urbano nos conduziu e sobre qual necessitamos de intervir, de forma criativa, sem cairmos na tentação de olhar para dois mundos e fazer deles duas metades do problema. O que enfrentamos não é uma fatalidade. A solução, acreditamos estar no eliminar de ruturas entre cidade e campo a que Magalhães (1996), Ribeiro Telles (2003) e Donadieu (2006) se referem. E, tal como no modelo de Howard, acreditamos que a combinação entre cidade e campo assumirá o que de melhor têm para oferecer. Para isso temos que obrigatoriamente nos focar nas periferias, no interface urbano rural. É lá que o apetite imobiliário concentra a sua atenção. É para lá que o desenvolvimento urbano aponta. É lá que o binómio cidade / campo mais se revela. Porque esta dispersão dos elementos urbanos pelo território, num crescente consumo de solo tem enormes impactos sobre a paisagem, sobre a qualidade ambiental, obrigando a um maior dispêndio energético e a um elevado consumo dos recursos naturais, e por isso, a uma construção humana insustentável.

2.3.2. A cidade móvel

“Anuncia-se uma outra sociedade mais urbana, lúdica, comunicacional e tecnológica.”

(Ferreira, 2005)

A tecnologia criou novas possibilidades para construir a cidade. Podemos habitar as torres verticais que Le Corbusier e o seu movimento modernista idealizaram, percorrer grandes distâncias em curto período de tempo ou estarmos sempre em permanente contacto com o mundo através das redes de informação global. A cidade ganhou dimensão física, com uma área geográfica de influência regional, mas também dimensão virtual, nas ondas digitais que percorrem o ar. O homem tornou-se completamente móvel, e acima de tudo ganhou uma mobilidade individual. As relações pessoais ganham uma dimensão tecnológica, mais desligada da vizinhança e do sentido de proximidade e, ao mesmo tempo, mais personalizadas, onde a opção de escolha permite criar relações fora do nosso habitat. A

sociedade passou a ser superinformada, com elevada capacidade de mobilidade, de gestão do tempo pessoal e com uma nova relação com o espaço circundante, quer do ponto de vista da relação trabalho – residência, quer do ponto de vista lúdico. Os locais de residência, de trabalho, as infraestruturas e equipamentos recreativos e de apoio social, são ocupações de uma malha assimétrica que intercala espaços vazios com espaços edificados. A cidade cresce para o campo de forma desordenada e a ruralidade torna-se uma inconsequência. Os campos, na sua maioria, deixam de ser agricultados e esperam por outras funções.

A *forma urbano – campestre* ou *campo urbano* a que Carvalho (2003) e Donadieu (2006) respetivamente se referem focando as ocupações periféricas na cidade dispersa, são expressões que aportam comportamentos de uma sociedade que tolera, e até opta por viver fora das concentrações urbanas, optando pelo desafogo do espaço rural. Este comportamento de disseminação pelo território faz-nos crer que a sociedade procura resgatar a relação com a natureza. Por isso muitos deslocam-se para o campo. Para primeira ou segunda habitação. Procuram sossego, e a “qualidade da vida rural”, mais calma, mais lenta e mais próxima da natureza, ou por uma sensação de nostalgia para com a vida do campo. No entanto “O fenómeno periurbano, muitas vezes apresentado como um retorno ao campo, é antes de mais um novo processo de urbanização (Carvalho, 2003).” Esta forma de urbanizar o território, que atrás abordamos com o modelo de Wrigth, é uma atraente forma para tentar recuperar a ruralidade individual. O exemplo de Évora é paradigmático deste tipo de ocupação. As quintinhas, como são apelidadas, são espaços de pequena propriedade²¹ que constituem, essencialmente, ocupações para fins habitacionais, por vezes de forma bastante irregular, de um espaço de características rurais. Para além dos problemas de foro urbanístico que Carvalho (2003) refere (ver p. 34 deste trabalho), a exploração do solo com efeitos produtivos não é incentivada, provocando ao invés, um efeito contrário ao desejável.

²¹ De acordo com o n.º.1 do artigo 90º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME), “Esta subcategoria dos espaços agrícolas e florestais integra as zonas do Concelho nas quais a estrutura fundiária é constituída predominantemente por propriedades autónomas de pequena dimensão em resultado de um contínuo processo de parcelamento rural, predominando solos de mediana a alta fertilidade, com ocorrência e disponibilidade frequente de água para rega”

2.3.3. O rural global

Com as alterações sociais e económicas ocorridas ao longo dos últimos dois séculos, nomeadamente a industrialização, o regime de mercado aberto, a livre circulação de cidadãos e a evolução tecnológica, gerou-se um novo paradigma para os sistemas produtivos à escala global. Uma prática agrícola cujo sistema produtivo se encontra “capturado” pela dimensão de uma economia globalizante, geradora de processos de homogeneização da sociedade, de modelos standardizados, libertos de realidades locais, sem incorporação das suas características culturais e socioeconómicas. De acordo com Matos (2011) este processo de globalização de modelos “leva a que a relação próxima e de dependência entre a paisagem e os seus habitantes se vá diluindo”, o que por sua vez conduz à perda de autenticidade da paisagem transformada.

A agricultura moderna, de regime industrial, com uma economia exigente e dependente dos resultados, também ela sobre a pressão de responder às necessidades alimentares do mundo atual, subjuga o território a uma homogeneidade paisagística, simplificada, desinteressante e desqualificada do ponto de vista ecológico e cultural. Como resultado as paisagens perdem interesse. Tornam-se monótonas. As políticas induzidas pela Política Agrícola Comum revelaram-se contaminadas por medidas que não protegem a multifuncionalidade da paisagem, a proteção dos sistemas tradicionais e a preservação da biodiversidade, mas apontam sim a objetivos preponderantemente produtivos²². A persistente substituição de espaços florestais multiculturais por monoculturas intensivas, o insistente abate de árvores nos campos agrícolas, a eliminação de sebes vivas de compartimentação, a eliminação de linhas de água e galerias ripícolas, em grande parte para aumentar a dimensão dos talhões de cultivo, geram elevados desequilíbrios na paisagem rural.

A proximidade das explorações à cidade também deixou de ser um fator decisivo, uma vez que o mercado global, bem organizado, determina as regras para a produção e distribuição dos produtos. Pelt (1991) refere que, “o sector secundário, outrora completamente dependente do sector primário e do que este lhe proporcionava, inverteu o sentido da

²² Segundo Álvaro Domingues, “a produção de alimentos é uma produção que se regula pelos mercados, pela Política Agrícola Comum e pelos acordos globais de comércio. Produzir para o mercado exige culturas empresariais tão sofisticadas como as que caracterizam a indústria transformadora ou os serviços. Estes contextos sócio-territoriais são mais meios empresariais do que meios rurais.” (Domingues, 2012)

relação, ditando agora as regras de exploração em face do seu interesse e da economia que sustenta.”

As cidades estão dependentes desta economia industrial, onde o acesso à alimentação está intimamente ligado a uma rede de distribuição, também ela globalizada. As cadeias de distribuição dos bens alimentares posicionam-se tanto no interior da malha urbana como na sua periferia, na larga maioria das vezes de uma forma repetida. É o reflexo da produtividade de larga escala numa economia que explora a ideia, tão facilmente difundida, da dicotomia urbano/rural, criando um fosso aparentemente intransponível entre produtor e consumidor. Não deixa de ser interessante a narrativa empresarial de que o campo está pejado de explorações agrícolas e de agricultores satisfeitos e orgulhosos no trabalhar da terra para produzirem os melhores produtos que se podem encontrar. Tudo para proporcionar, aos cidadãos, o fácil e rápido acesso a todo e qualquer produto, dentro ou fora de época. Mas esta narrativa dicotómica e complementar esbarra na realidade de um mundo rural cada vez menos agrícola. Os campos estão cada vez mais ao abandono e o camponês já não vive lá. Mudou-se para a cidade. Procurou outra vida desligada da pobreza agrária e estabeleceu-se num qualquer bairro de subúrbio. De acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o espaço rural já não é definido pelo peso do sector agrícola mas sim pela baixa densidade populacional (Pinto-Correia, et al., 2008). A economia dependente da exploração agrícola tem vindo a perder preponderância a qual é acompanhada por perdas de ordem social.

Mas, se uns o abandonaram, outros procuram novas oportunidades no mundo rural. As novas economias posicionam-se para tirar partido de um território que se quer reinventar para fazer face às “novas” necessidades do homem - o pós moderno -, que tal como os gregos e romanos, procura o contacto com a terra, o autêntico, liberto da sofreguidão diária das cidades.

Não cremos, no entanto, que esta procura pelo autêntico se consiga atingir se o camponês abandona o campo e, se a agricultura mais tradicional é preterida e o património construído é, na sua larga maioria, deixado à sua sorte. Perdendo-se a matriz agrária perder-se-á igualmente a possibilidade de construção de uma paisagem rural multifuncional.

2.3.4. Reflexões

Atingimos a paisagem global. Uma paisagem “confusa”, onde prédios urbanos se intermedeiam com propriedades rústicas, onde a indústria se aconchega com o campo ex-agrícola e o terciário convive paredes meias com terrenos cheios de incerteza²³. A cidade parece estar imbuída de um espírito disléxico que permite a construção e manutenção de cenários contraditórios provocando sentimentos de muito difícil digestão. Parece-nos evidente que o evoluir deste cenário terá que passar pela superação do velho antagonismo cidade / campo. As ruturas têm que dar lugar às complementaridades e ao invés de assistirmos a uma crescente urbanização do território rural, devemos procurar um caminho que nos conduza a uma crescente ruralização do território urbano. Ao contrário de apenas seguirmos a agenda da globalização, devemos pensar em dela retirar o que de melhor tem para oferecer e, encontrar pontos de equilíbrio que nos permitam recuperar a autenticidade da paisagem e a “identidade perdida” do seu povo. Acreditamos que a globalização abre um espaço único para a diferenciação local que, se bem aproveitada por todos os atores que contribuem para a construção e gestão da paisagem, poderemos falar não apenas de paisagem humanizada, mas sim de uma paisagem verdadeiramente humana.

²³ No seu livro “A vida no Campo”, Álvaro Domingues (2012) retrata de forma infalível o cenário que descrevemos.

2.4. Relação cidade/campo: para o restabelecimento da complementaridade

A produção de bens alimentares deixou de ser o aspeto mais importante a considerar quando se fala de paisagem rural. Também, o campestino, viu o seu habitat e os seus valores deixarem de ser a referência para o mundo rural, saindo do cenário como se ninguém dissesse conta. Nesta rápida caminhada, quebraram-se antigos equilíbrios e, a paisagem, é o reflexo visível das perdas infligidas. O campo mudou, assim como as funções que lhe estão destinadas.

Por outro lado, o cidadão, procura uma ruralidade perdida. Um produto cristalizado na imaginação de quem se organiza com base num funcionalismo tecnológico e se move no interior de uma morfologia urbana confusa e produto da realidade global. Parece, no entanto, ser ele a assumir a agricultura na cidade e a procura de um novo paradigma rural. Na cidade, a horta, enquanto forma de agricultura urbana, não só se mantém resistente à pressão urbana, como parece beneficiar da sua ação. O campo vê sobre ele surgirem novas procuras motivadas por diferentes tendências dominantes.

Procuraremos de seguida demonstrar de que forma as práticas de agricultura em espaço rural e urbano poderão, em conjunto, contribuir para a restituição, manutenção e/ou descoberta de funções que conduzam à retoma dos processos complementares entre cidade e campo e, na construção de uma paisagem equilibrada.

2.4.1. O novo campo

Por toda a Europa, têm ocorrido profundas alterações no território rural. Essas transformações, advêm de novos comportamentos que o homem assumiu para si, num percurso que, cada vez mais, o distancia das suas raízes rurais. Um percurso que vai esquecendo memórias e tradições, mas também se permite a recuperar e até “reciclar” fragmentos da sua herança cultural. O decréscimo da expressão das atividades produtivas e principalmente da agricultura de cariz tradicional, é o resultado de uma crescente urbanidade do território rural que, se por um lado se confronta com a sua herança cultural

fortemente vincada pela atividade agrícola, por outro, confronta-se também com a alteração dessa identidade cultural, pela transposição de um modo de vida rural para urbano²⁴.

A preocupação com a produção alimentar de proximidade e, portanto, com a manutenção da economia campesina familiar, deixou de ser fundamental para assegurar a sobrevivência dos aglomerados populacionais. No entanto, como já referimos no capítulo anterior, o mundo rural tem vindo a ser sujeito ao aparecimento de novos usos e funções originadas por uma nova demanda social que perceciona o espaço rural como produto de consumo. Por isso Teresa Pinto-Correia afirma que “De um espaço essencialmente de vida e de produção até há umas décadas atrás, as paisagens rurais europeias transformaram-se progressivamente em espaços de consumo – mesmo se o padrão de uso do solo continua dominado pela agricultura” (Pinto-Correia, 2007). Constata-se que o mundo rural tem mais para oferecer ao homem que uma economia estritamente agrícola. Ou seja, atualmente falar de economia rural não significa obrigatoriamente falar de agricultura. Sectores como o do turismo, hotelaria e cinegético, procuram dar resposta a um aumento da procura pelo campo. Este aumento de funções representa um forte contributo no sentido de reintroduzir a multifuncionalidade na paisagem rural. No entanto, estas demandas por um novo campo deverão estar alinhadas com a presença do sistema produtivo. Não imaginamos uma ruralidade sobre um território ex-agrícola. Recuperamos as palavras que proferimos quando nos referimos ao rural global (ver p. 42 deste trabalho): “Perdendo-se a matriz agrária perder-se-á igualmente a possibilidade de construção de uma paisagem rural multifuncional.” Acreditamos que o denominador comum para essa multifuncionalidade está na atividade agrícola e que falar de agricultura é mais do que falar de bens alimentares. É falar de funções de equilíbrio ecológico interferindo nas características biofísicas e paisagísticas do território. O mesmo será dizer que o sucesso das atividades não produtivas, depende diretamente da presença das atividades produtivas e que, apenas perspetivando um futuro insustentável se poderá pensar num campo onde a agricultura lhe é negada. A “mercantilização das paisagens” Ferrão (2000) ou por outras palavras, a valorização da componente turística e recreativa que olha para o campo como fator potenciador de negócio

²⁴ Refere-se desta forma Álvaro Domingues à transformação que a paisagem rural Portuguesa tem vindo a ser sujeita com o esvanecer da agricultura tradicional, e à “reciclagem” de produtos da sua herança cultural: “Transmutado numa condição de objecto voador ou de adereço decorativo do frontão da entrada principal da casa, o arado sai da realidade e do museu para entrar no mundo do ready-made e dos programas simbólicos da arquitectura e do espaço doméstico. Junto com o arado e a roda, marcas do próprio processo civilizacional, tudo o que vem das artes e dos ofícios da agricultura ... se converte em objecto cujo registo simbólico se desdobra ao mesmo tempo em relíquia, exorcismo, identidade, recordação” (Domingues, 2012).

associado à componente lúdica e exploratória da vertente patrimonial, não poderá ocorrer de forma sustentada se o campo agrícola apenas for encarado como o cenário idílico para propaganda. Alguém o tem de realmente trabalhar. A agricultura é o elemento definidor da estrutura produtiva em solo rural e, por isso, domina-o. É sobre essa estrutura que as diferentes funções ocorrerão. O recreio e o lazer, a manutenção dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e a preservação da identidade cultural estão na sua dependência. Esta multiplicidade de funções será a fonte construtora da paisagem que, por definição é dinâmica e necessitará da interação entre as variadas funções em presença e da participação de diferentes atores para gerar uma multifuncionalidade mais abrangente que se unicamente gerada pelo sector agrícola. Encaramos este “upgrade” funcional como um enorme desafio para a construção da paisagem do futuro, onde a necessária sinergia entre as diferentes atividades poderá verdadeiramente contribuir para gerar coesão territorial, social, económica e ambiental.

Por isso, concordamos com Álvaro Domingues quando caracteriza a situação com base numa certa dose de indefinição ao dizer que

As paisagens e os territórios rurais encontram-se assim num jogo de expectativas e contradições onde se cruzam desígnios de protecção dos recursos biológicos e da biodiversidade, a canibalização turística, a protecção das paisagens e das culturas, a patrimonialização, a mitologia do regresso à terra, as mudanças climáticas, a produção de energia, a alimentação da população mundial, e o que mais vier. (Carvalho; Correia, In: Domingues, 2012)

2.4.2. Agricultura urbana

Como anteriormente verificámos, edificação e campos produtivos existiram em profunda complementaridade durante milénios. A necessidade alimentar está na sua génese e ainda a acompanha nos dias de hoje. Subsiste essencialmente de duas maneiras. Donadieu (2006), chama-lhes a forma herdada e a forma degradada. A primeira, encontramos-la na cidade através das hortas urbanas, a segunda refere-se à agricultura periurbana e à “desagriculturação” a que os campos se encontram sujeitos pelos processos de dispersão decorrentes do surgir das metrópoles. Porque, como também já referimos anteriormente, a

cidade consumiu no decorrer do seu crescimento terrenos agrícolas que a circundavam ou promoveu o seu abandono, mas também é verdade que obrigou à adaptação dos agricultores. Essa adaptação pode ser encontrada na forma de agricultura urbana²⁵, essencialmente pela presença da horta, que parece tomar o lugar da agricultura em espaço rural.

A horta em espaço urbano contém um carácter nostálgico. Representa a imagem de algo perdido, deixado lá atrás no tempo, onde a enxada cavava o solo, abria os sulcos, alisava a terra. O tempo onde as sementes deitadas à terra eram motivo de orgulho por uma produção “farta”. O tempo em que dali provinha muito sustento. Esta nostalgia enche de facto a alma, cria a ilusão de estarmos no campo agrícola e portanto, na presença de um cenário rural. Se por um lado cria a ilusão de estarmos no campo, tem igualmente a vantagem de produzir espaço urbano que embora resultante dos processos decorrentes de edificação, não é o convencional, e ademais, atribui função aos interstícios que permeiam a cidade. Falamos dos espaços intersticiais²⁶, gerados pela massa urbana que deixa para trás diferentes marcas temporais, diferentes formas urbanas, de acordo com as também diferentes realidades sociais, económicas e políticas de cada época. Foram também situações de crise que obrigaram à ocupação desses espaços livres na cidade e os tornaram verdadeiros fornecedores de produtos hortícolas para fazer face a carências alimentares das famílias, que os cultivavam a título individual. Por exemplo, no decorrer do processo industrial, a escassez de alimentos obrigou a que a população, de origem rural e transformada em operariado, recuperasse junto da sua área residencial o espaço da horta, tornando esta coabitação regular e de carácter urbano. Igualmente na Europa entre 1900 e 1945, os fatídicos episódios da Guerra, colocaram em evidência a necessidade de garantir a produção de alimentos que assegurassem o fornecimento alimentar às cidades. No entanto, esta visão doméstica do fornecimento alimentar viu o seu processo travado com o final de tempos de crise e com o regresso da prosperidade, a que a ciência e tecnologia não são fontes alheias. Se para a cidade de Le Corbusier foi fundamental a invenção do ascensor, para a sociedade consumista foi determinante a invenção do frigorífico. Permitiu uma maior capacidade de

²⁵ A Agricultura Urbana surge na maioria das vezes na forma de hortas, gerando mercados de produção de frutas e legumes de elevado rendimento. (Viljoen,2005)

²⁶ As mais-valias que os interstícios podem aportar para a intensificação dos sistemas ecológicos, no aumento da biodiversidade, da sustentabilidade da paisagem, na qualidade de vida do homem e da sua relação com a natureza, deverá ser exaustivamente explorada, não como um espaço a reconquistar, mas como um território a incorporar numa paisagem que se quer multifuncional.

conservação dos produtos alimentares e a sua deslocação para áreas afastadas dos locais de produção. A realidade é que a agricultura industrial ganhou terreno e, com isso, os espaços de produção de frutas e vegetais foram definindo. A “força construtora do progresso” foi alimentando o território com toda a panóplia de infraestruturas que preenchem o espaço urbano e o mercado submeteu-se à lógica global. Não obstante estas adversidades, a realidade é que a agricultura urbana, e em particular as hortas, sempre existiram nas cidades e suas periferias.

De acordo com a UNDP (cityfarmer.org – nossa tradução)

agricultura urbana é uma actividade que produz, processa e comercializa alimentos e outros produtos, na terra e na água, em áreas urbanas e periurbanas, aplicando métodos intensivos de produção, usando e reutilizando recursos naturais e lixos orgânicos para produzir uma grande diversidade de colheitas e seres-vivos.

A FAO (cityfarmer.org – nossa tradução), refere que “Agricultura Urbana e Periurbana são práticas agrícolas dentro e em redor das cidades, as quais competem por recursos (terra, água, energia, trabalho), que também podem servir para outras finalidades para satisfazer as necessidades da população urbana.”

Na definição clássica de agricultura urbana, Mougeot, refere que a

Agricultura urbana é uma indústria localizada dentro ou na franja da cidade, cujo crescimento, processa e distribui uma diversidade de alimentos e outros produtos, reutilizando largamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados dentro e nos arredores da área urbana, e fornecendo, por sua vez, recursos materiais e humanos, produtos e serviços para aquela área urbana (Matos, 2011)

Em cada uma das definições está implícita a dinâmica social e económica gerada pela atividade produtiva na cidade ou no território a ela eminente que, com habilidade engrena um conjunto variado de atores num fluxo que se autopromove e se autossustenta. A economia urbana integra uma atividade dita rural, promotora do equilíbrio dos sistemas ecológicos e assente sobre uma base social determinante para o seu sucesso. As diferentes formas que assume são em grande medida influenciadas pelo local e tipo de indivíduos que a pratica. Em espaço urbano pode, por exemplo, ser praticada em pequenos vasos ou depósitos em terraços ou varandas de particulares, em terrenos comunitários, áreas de

produção em espaços institucionais como as escolas, espaços abertos entre edifícios, antigas áreas industriais, etc. Em espaço periurbano surgem produtores de pequena e média escala, agricultores especializados com produção em estufa, viveiros, pecuária, piscicultura, etc.

No caso das hortas urbanas, são parcelas de pequena dimensão ou, se em situação periurbana, parcelas de maior dimensão, às quais os agricultores ou pessoas dedicadas à terra recorrem no essencial não como uma atividade de subsistência, mas como um complemento para consumo próprio, para fornecerem a terceiros e/ou para gerar rendimento. No entanto, é uma atividade com potencialidades do ponto de vista comercial e, por isso a ligação aos mercados locais é importante para escoamento de produtos e instalação de uma dinâmica que possibilite criar uma base económica capaz de potenciar novas soluções e novos negócios em interdependência com a exploração da terra.

A prática agrícola em espaço urbano e periurbano é um fator de grande influência para a sustentabilidade da cidade do ponto de vista socioeconómico e ambiental criando melhor qualidade de vida nas cidades²⁷.

A relação de proximidade entre produtor e consumidor, criando laços entre os intervenientes é igualmente uma vantagem a considerar²⁸. É uma vantagem que pode ser aproveitada por ambas as partes, contrariando o processo da indústria alimentar global, e da qual dificilmente as grandes superfícies conseguirão beneficiar.

A nível nacional, o caso mais paradigmático na prática de agricultura em meio urbano é o da cidade de Lisboa. O surgir de hortas, exploradas a título individual, em locais como as bermas de estradas municipais e nos dos taludes das vias-rápidas, em áreas desocupadas e paredes meias com edificação.

A sua presença não passou despercebida, tornando-se marcante na paisagem urbana, desafiando a lógica organizacional dos conteúdos normais das nossas cidades. Tornaram-se espaços fortemente associados a necessidades de sobrevivência e conotados com níveis

²⁷ Exemplos dos múltiplos benefícios que a agricultura urbana tem para oferecer nível: **social** (lazer; fomentando grupos locais; terapia para indivíduos com necessidades especiais); **ambiental** (renovação de espaços urbanos abandonados, diversificação do uso da terra, aumento da biodiversidade, redução da pegada ecológica); **Humano** (promoção da sociabilidade através do encorajamento das qualidades pessoais como o altruísmo, melhoria da qualidade de vida pelo contacto social); **económico** (estímulo das economias locais e ao mercado de emprego) e **emocional** (pela pausa que pode constituir no quotidiano monótono e cinzento dos cidadãos, possibilitando que se apercebam da dimensão real do tempo, fortalecendo laços de vizinhança)

²⁸ A proximidade torna-se um fator de decisão, uma vez que “O consumidor valoriza a relação com a terra, o produto e o homem” (Donadieu, 2006 – nossa tradução).

sociais que a sociedade em geral tende a ignorar. Ribeiro Telles (2003), pelo contrário, assumiu-as como uma necessidade de sempre e, atualmente, ainda mais forte que nunca. A espontaneidade e a simplicidade de processos destes “novos” agricultores, demonstra de forma inequívoca que é possível idealizar as formas urbanas da cidade em complementaridade com aspetos produtivos e de recreio, rejeitando dogmas e ultrapassando velhos antagonismos.

De acordo com Matos (2011), o reconhecimento da crescente procura de espaços para praticar horticultura na cidade de Lisboa, verificou-se no concurso lançado em 2004, pela Culturgest, com o objetivo de atribuir lotes para a prática de agricultura urbana. Os concorrentes procuravam não só retirar o benefício económico associado à produção, mas também garantir uma ocupação com fins recreativos beneficiando do contacto com os elementos da natureza e do contacto humano que esta atividade, solicitadora de atenção diária, potencia. A componente lúdica associada à agricultura urbana é, em grande medida, a razão pela qual muitos se tornaram hortelãos. Não deixa de ser curioso que, ao contrário do que se possa pensar, não é obrigatoriamente a questão económica que influencia a procura desta atividade, assim como a condição profissional também parece não ser determinante. Indivíduos reformados ou em condição profissional ativa, e até qualificada, optam pela agricultura urbana como um escape à velocidade da vida da cidade, pelo gosto de trabalhar a terra e para ocupação de tempos livres.

Amplamente reconhecida como uma prática urbana com vantagens para o território (promoção de espaços abertos, potenciação do contínuo natural e cultural, etc.) e para o cidadão (sociabilidade, ocupação dos tempos livres, benefício económico, etc.), Lisboa tem vindo a promover a manutenção das hortas submetropolitanas, debatendo-se, para o efeito, com questões de âmbito legal como é o caso do direito de propriedade dos lotes ocupados que, regra geral, não são de quem os usa.

Ultimamente, a agricultura urbana tem vindo a ganhar adeptos por todo o país. As hortas em solo urbano começam já a ser encaradas como um benefício comunitário, o que reforça a sua capacidade de gerar coesão social. Vários municípios, à imagem da capital, têm sido forçados a reconhecer realidade do benefício socioeconómico subjacente à presença das hortas. Esta tendência faz-se acompanhar pelo quadro de crise económica de nível internacional despoletada em 2008 e, por isso, o acesso a produtos alimentares por parte dos estratos sociais mais carenciados tornou-se uma preocupação dos governos locais.

Foi o caso da cidade de Évora que iniciou os primeiros passos no desenvolvimento da agricultura urbana com o incentivo da Câmara Municipal²⁹, neste ano de 2012. O projeto camarário, de acordo com os princípios gerais, visa contribuir para aumentar a autonomia alimentar das famílias incorporando, também, motivações sociais, potenciando a convivência familiar e comunitária, mas também motivações ambientais como práticas de consumo mais equilibradas, aumento da biodiversidade e a procura de um desenvolvimento mais sustentável³⁰.

Os talhões e respetivas infraestruturas foram disponibilizados aos cidadãos que, após inscrição puderam realizar, com o Município, um acordo de utilização válido por um ano, renovável se for entendimento de ambas as partes. A procura superou bastante as expectativas. Das mais de 200 inscrições, 80 cidadãos obtiveram resposta afirmativa, dos quais 76 se encontram efetivamente a cultivar o espaço que lhe foi destinado nas Hortas de Santo António (Figura 16), junto às Portas de D’Avis. Já estão em perspectiva novos lotes para fazer face à crescente procura de terra para cultivar.

De acordo com a Câmara Municipal de Évora (CME), o grupo de hortelãos que pratica agricultura urbana nas hortas de Santo António é bastante heterogéneo, quer a nível de idades, situação profissional ou razões para o fazerem. Embora sem suporte estatístico que o ateste, a edilidade aponta essencialmente razões de ordem cultural como o principal motivo para o sucesso do projeto. Trabalhar a terra foi algo que já fizeram e/ou com que cresceram. Uma vez proporcionadas as condições para o fazerem e, perto da sua área de residência, não desaproveitaram a oportunidade.

Procurámos entender quais as motivações que levaram estes cidadãos a optarem pela horticultura às portas da cidade. De acordo com o inquérito que realizámos³¹, verificámos que as razões pelas quais as pessoas aderiram a este projeto, tal como no caso das hortas atribuídas pela Culturgest que mencionámos, não se prendem unicamente com o fator económico. Nem tão pouco a procura é predominante por parte dos reformados ou indivíduos em situação de desemprego (18% dos inquiridos). Pelo contrário, a maioria encontra-se em situação profissional ativa (63% dos inquiridos). Confirma-se, de fato, a

²⁹ Ver anexo 1

³⁰ idem

³¹ Ver anexo 2. O inquérito foi realizado a uma amostra de 38 indivíduos num universo de 76 utilizadores das Hortas de Santo António, tendo sido determinada a média de idade de 48 anos.

heterogeneidade do grupo sendo que as razões que se prendem com a qualidade dos alimentos produzidos (33% dos inquiridos) e de ordem ocupacional (29% dos inquiridos) são as motivações que explicam a presença da maioria dos participantes. Quando lhes perguntado se equacionaram obter rendimentos com a venda dos seus produtos, a resposta foi unânime: não, só para consumo e para dar a família e amigos³².

Vemos igualmente confirmada a ideia por parte da CME de que existem motivações de ordem cultural: ou porque já praticaram; ou porque os avós e os pais o faziam; ou porque cresceu no campo, etc. (42% dos inquiridos).



Figura 16: Hortas de Santo António em Évora, 2012 créditos.
Créditos fotográficos: José Santos

Mas, esta forma tradicional de explorar a terra, aos olhos da tecnocidade, sugere a procura de novas soluções, mais amigas do utilizador e do produtor.

O Instituto Politécnico de Beja (IPB) lançou este ano, através de uma empresa criada para o efeito, um projeto que alia as novas tecnologias da informação ao trabalho do campo. O projeto “MyFarm.com” propõe-se a transpor para a realidade o célebre jogo de computador online: “Farmville” (Figura 17). Como funciona? Fácil. Como se de um jogo se tratasse. O utilizador regista-se. A morada é importante, uma vez que as hortas servirão unicamente os utilizadores em zonas urbanas da respetiva área de residência. Após o registo troca o valor dos seus pagamentos por créditos, os quais lhe permitem mandar efetuar todos os trabalhos na horta. A sua execução fica a cargo de equipas do projecto (Figura 18) que, para além de assegurarem a execução de todas as tarefas, fazem aconselhamento ao cliente. Os clientes

³² O acordo assinado com a C.M.E. não permite que os hortelãos possam obter rendimento com a venda dos bens alimentares que produzem. No entanto, quando confrontados com a eventual hipótese de o fazerem, não o vêem como um benefício.

controlam a sua horta na internet³³, sabem como os produtos são produzidos e sabem que lhes serão entregues em casa. Como se costuma dizer: tudo à distância de um click.

Os ganhos ambientais e sociais são importantes mas, para conseguir complementaridade no projeto tem de gerar rentabilidade. Só assim se poderá tornar sustentável e evoluir. De acordo com os responsáveis, um dos objetivos será que o negócio se estenda a áreas urbanas onde o mercado seja de maior potencial como Lisboa, Porto ou Setúbal.



Figura 17: O projeto é comparado ao jogo do Farmville, mas com resultados reais.

Fonte: www.cienciahoje.pt



Figura 18: Equipa de projeto a trabalhar a horta.

Fonte: www.flickr.com

2.4.2.1. O envolvimento comunitário

O espírito comunitário transporta para o território urbano a crescente preocupação com a gestão (ou a falta dela) dos espaços abertos da cidade contemporânea. As hortas comunitárias em espaço urbano, como acima tivemos oportunidade de referir (ver pp. 47 a 52 deste trabalho), são projetos que incentivam ao contributo dos locais para construção de espaços produtivos e de recreio que, com algum apoio por parte das autoridades locais, conseguem uma ocupação em benefício da comunidade. É uma atitude proativa por parte da sociedade civil consciente da realidade do planeta, com preocupações ambientais, mas também como resposta a necessidades básicas, das quais se destaca o contacto com a terra e a qualidade dos produtos que dela retiram. Produzir não como um fim, mas essencialmente para contrabalançar a aridez da vida urbana com a frescura e a apazibilabilidade que a

³³ Para além das informações disponibilizadas na área de cada cliente, a horta pode ser observada na internet, 24 horas por dia, através de câmara web.

combinação do recreio com produção hortícola permite³⁴. Esta tendência fez-se notar principalmente em Inglaterra e na generalidade do Norte da Europa. Em Portugal, ganha o apoio das entidades locais mas também de grupos de cidadãos que querem promover a produção alimentar local, o recreio da população, a educação ambiental e o empreendedorismo com fins comunitários³⁵.

Já são vários os exemplos de grupos de cidadãos que optam por praticar agricultura em áreas que, por razões históricas, eram tradicionalmente produtivas. As antigas quintas agrícolas³⁶, absorvidas pelo estender do território urbanizado, constituem locais de elevado património cultural e natural e de bolsas de solo agricultáveis que, a par com os restantes espaços abertos da cidade ganham preponderância no quotidiano da população.

Referimos como exemplo, a antiga quinta agrícola da Prelada, no concelho do Porto. A ameaça imobiliária que circunda a quinta e o estado de aparente abandono em que se encontra antevê um futuro incerto (Figura 19). É sob essa incerteza que alguns terrenos estão a ser aproveitados para a prática agrícola, paredes meias com os blocos de edifícios e os espaços abertos públicos e privados que preenchem a malha urbana (Figura 20 e 21).



Figura 19: Antiga quinta agrícola da Prelada no Porto, envolvida por urbanização.
Fonte: www.flickr.com



Figuras 20 e 21: Ligação evidente entre os espaços abertos da Urbanização com as hortas nos terrenos da antiga quinta agrícola da Prelada.
Créditos fotográficos: António Bouça

³⁴ Encontramos aqui um paralelismo com o que Aurora Carapinha refere ser a característica determinante em relação a todas as outras do espaço jardim em Portugal: “a conciliação entre a natureza entendida como objecto de pura e desinteressada contemplação e a natureza útil.” (Carapinha, 1995).

“Produção/recreio, recreio/produção é uma ligação cuja ordem é arbitrária e que se perpetua no devir histórico do espaço jardim em Portugal” (Carapinha, 1995).

³⁵ “Os projectos contribuem directamente para o desenvolvimento da comunidade gerando participação social e promovendo regeneração urbana” (Matos, 2011).

³⁶ As quintas agrícolas são estruturas de cariz rural, com funções directamente ligadas às atividades agrárias. Não devem ser confundidas com as quintas de recreio cuja essência é urbana.

Para além da componente produtiva, a complexificação da estrutura biofísica reverte a favor do aumento de biodiversidade em meio urbano. A presença humana no quotidiano destes locais, o entrar e o sair de cidadãos, reforça a identidade cultural do espaço e fortalece os laços do homem com o seu “habitat”.

Mas, o contributo que os locais têm a oferecer para gerar a coesão económica e social dos seus territórios não se esgota na cidade. O campo é cada vez mais um incentivo à mudança. No âmbito do empreendedorismo, as iniciativas “PROVE³⁷” ou “Querença”, são exemplos do dinamismo empresarial que pode contagiar as diferentes comunidades que com eles contactam.

O “PROVE”, parte de uma base de entendimento entre um conjunto de parceiros estratégicos e pequenos agricultores de diferentes regiões, de norte a sul do país, com a finalidade de rentabilizar as explorações e escoar os produtos diretamente ao consumidor. O projeto assenta numa rede de cooperação entre diferentes atores que participam na produção e distribuição de produtos hortícolas e frutícolas, nas diferentes regiões em que labora. Por isso, o seu potencial para o desenvolvimento local e regional, sobretudo na componente socioeconómica é encorajadora para a implementação das práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, de proximidade e de referência para a identidade do território e complementaridade urbano-rural.

O cliente recebe um cabaz em sua casa com produtos variáveis de acordo com a época e locais de produção, provenientes de agricultura orgânica, livre de produtos tóxicos (Figura 22). Aliás, um dos incentivos é o de estimular os pequenos produtores (Figura 23) a utilizarem técnicas amigas do ambiente.



Figura 22: Cabaz de produtos hortícolas e frutícolas do PROVE
Fonte: www.prove.com.pt



Figura 23: Núcleo de produtores exibindo os seus produtos.
Fonte: www.prove.com.pt

³⁷ “Promover e Vender”

Querença é um projeto que parte da iniciativa de um grupo de jovens universitários. Uma oportunidade para dinamizar o território rural carenciado de uma freguesia do concelho de Loulé. Diferentes áreas disciplinares, propõem-se a criar as bases para gerar uma infraestrutura comunitária que explore, de forma consciente e interligada, as valências culturais e naturais que a região tem para oferecer.



Figura 24: Antigos solos abandonados, agora reutilizados para a agricultura.

Fonte: www.naturlink.sapo.pt



Figura 25: Produtos a serem comercializados no mercado tradicional.

Fonte: www.naturlink.sapo.pt



Figura 26: Marca criada para a comercialização dos produtos.

Fonte: www.naturlink.sapo.pt

Essa infraestrutura passa, no essencial, por recuperar a matriz agrária da região e gerir de forma empresarial toda a componente multifuncional que esta promove.

De acordo com os dados disponibilizados pelos autores do projeto, ao fim de seis meses de trabalho, Querença viu renascer 30ha de solos agrícolas, que se encontravam vetados ao abandono e que constituem, agora, um banco de solos para o fomento da agricultura tradicional (Figura 24).

A produção iniciou-se e as primeiras colheitas já foram transacionadas, com recurso a marca própria, em mercado tradicional (Figura 25 e 26).

A semente lançada por Querença está igualmente a fazer germinar novas oportunidades. O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da Escola Superior Agrária (ESA-IPVC) apostou num projeto idêntico: “Geraz com Querença”. Aplicar metodologia semelhante ao projeto Querença com vista à dinamização do território. Um corpo técnico de jovens recém-licenciados ou mestres do IPVC irão residir nas quatro freguesias rurais de Castelo Branco e procurar soluções para potenciar os recursos da região. Os objetivos principais passam pela dinamização do território rural, valorizando os seus ativos endógenos e a cultura local, procurando ganhos de ordem económica e social, sem por em causa a sustentabilidade.

As doses de empreendedorismo têm vindo a aumentar. Com maior frequência nos últimos dois anos, certamente motivado pelo “clima” de crise instalado, têm surgido informações nos meios de comunicação social dando conta de uma “tendência” para a saída de pessoas da cidade para o campo (Figura 27). Um tímido movimento contrário ao êxodo rural, de pessoas que pretendem mudar o estilo de vida. Alguns fazem-no para se libertarem da cidade, outros para se tornarem agricultores. Vêm-no como uma alternativa válida à vida na cidade. A corrida aos fundos comunitários aumentou por parte dos jovens desempregados que vêem a situação financeira nas cidades tornar-se incompatível com o estilo de vida que “diz ter” para oferecer. Mas, trabalhar no campo não significa residir no campo. A cidade continua a ser convidativa, não para trabalhar mas para residir. Os “novos agricultores pós-modernos” de forma alguma se enquadram no ideal de família camponesa. Acreditamos sim, que existirão várias formas de trabalhar os campos agrícolas. Os que o farão de forma profissional, os que o farão por hobby, os que queiram por lá residir, outros que não, etc. O que retiramos destes exemplos, é que o envolvimento da comunidade tem vindo a crescer manifestando-se de diferentes maneiras, de forma mais recreativa ou profissional, mas contribuindo para recuperar antigos equilíbrios perdidos.



Figura 27: O regresso ao campo é já uma realidade que muita gente aceita como alternativa às difíceis condições de empregabilidade na cidade.

Fonte: Jornal Correio da Manhã, Fevereiro de 2012

2.4.2.2. Obstáculos e oportunidades da agricultura urbana

Os benefícios que a agricultura urbana aporta para o território e para as comunidades que o habitam, anteriormente enunciados e que no essencial evocam razões sociais, económicas e ambientais, embora de inegável qualidade, não se apresentam como suficientes para conquistar a unanimidade pública. Existem sentimentos contraditórios relativamente à presença de atividades agrícolas no interior ou na periferia de áreas urbanas. Evidenciamos (Quadro 1) aqueles que, de forma recorrente, são os obstáculos à manutenção da agricultura urbana, procurando para cada situação, encontrar as diferentes oportunidades que justificam a sua aceitação:

OBSTÁCULOS	OPORTUNIDADES
Especulação sobre os solos agrícolas, criando a expectativa por uma futura valorização que produza rentabilidade imediata, tornando a sua utilização para a agricultura menos apetecível	Implementação em solo urbano de uma economia produtiva, desenvolvimentista e permanentemente rentável
Eliminação de solos agrícolas consumidos pela materialização de processos edificatórios como a habitação ou a indústria	Criar uma rede de espaços abertos produtivos e recreativos que, não só penetre pelo sistema urbano, como lhe confira estrutura, numa visão sistémica da paisagem, com base nos conceitos de contínuo natural e cultural
O preconceito e a desconfiança para com a atividade agrícola, conotada por alguns com baixo rendimento e pobreza	Gerar estímulo às dinâmicas social e económica de âmbito local, criando oportunidades de emprego e integrando na rede de trabalho urbana pessoas pertencentes a grupos de risco ou em desvantagem, conferindo-lhes rendimento próprio, prevenindo problemas de ordem social.
Transformação constante que incute na paisagem, o que para alguns não é conforme com uma paisagem verdadeiramente urbana, tradicionalmente mais estática (entenda-se mais inerte)	Incorporar no espaço urbano as mais-valias ambientais do espaço rural, conferindo-lhe características biofísicas e paisagísticas decorrentes da manutenção de práticas agrícolas sustentáveis

<p>O transtorno que os meios mecânicos de apoio às atividades agrícolas causam no trânsito citadino, provocando engarrafamentos e limitando a velocidade dos restantes veículos, principalmente quando circulando às “horas de ponta”</p>	<p>Criação de uma estrutura viária rural para uso dos meios mecânicos de apoio às atividades agrícolas, nomeadamente para efeitos de processos de produção e escoamento de produtos</p>
<p>O vandalismo e o roubo a que os produtores se sujeitam em ambientes de maior densificação demográfica, onde comportamentos errantes e as necessidades básicas se podem revelar de forma mais intensa</p>	<p>A presença de atividades produtivas no interior e na periferia de áreas urbanas, geram benefícios que, entre outros, revertem em ganhos substanciais na segurança alimentar cidadãos locais</p>
<p>Eventuais riscos para a saúde pública, nomeadamente pela contaminação de fontes de água local, por contaminação das culturas proveniente da utilização da água poluída e/ou uso intensivo e prolongado de agroquímicos, contaminação das culturas e dos solos por metais pesados e a propagação de doenças aos humanos transmitida por diferentes animais e insetos atraídos pela atividade agrícola e por procedimentos na pecuária que eventualmente não respeitem as adequadas condições higieno-sanitárias</p>	<p>Da mesma forma que existem eventuais riscos para a saúde pública, isso significa que os mesmos serão a razão para a implementação de práticas de gestão ambiental urbana de elevada qualidade e validada por todos os atores envolvidos nos processos produtivos.</p>

Quadro 1: Obstáculos e oportunidades da Agricultura Urbana

Os obstáculos que acima focamos não devem, por um lado ser entendidos como processos inevitáveis, criando a desresponsabilização generalizada, e por outro, não podem ser argumentados de forma exagerada. Acreditamos que, no essencial, a aceitação pela sociedade da atividade agrícola em área urbana e, a redução dos impactos negativos que possa ter sobre o território, o indivíduo e a saúde pública, dependem essencialmente da capacidade política, da tomada de decisões que “facilitem e regulamentem a agricultura urbana com o objectivo de maximizar os seus benefícios enquanto previnem ou reduzem os riscos associados.” (Matos, 2011)

Temos ainda de entender que estes processos não são todos exclusivos da agricultura urbana. A questão da saúde pública que aqui foi colocada enquanto risco decorrente da agricultura urbana, e que deverá ser seriamente considerado por parte das entidades públicas e dos atores privados, apresenta na agricultura rural semelhante diagnóstico.

Por outro lado, como refere Mininni (2006)

É uma evidência que a viabilidade das actividades agrícolas peri-urbanas estão estreitamente ligadas ao ambiente urbano, que as pode influenciar negativamente. Se se conseguir que a continuidade das práticas agrícolas possa limitar a extensão urbana e produzir paisagens que são ambientes de vida, isso, na realidade, confere ao ambiente urbano um lado humano (Mininni, 2006, in Donadieu, 2006 – nossa tradução).”

2.4.2.3. Segurança alimentar

De todos os benefícios que a agricultura urbana aporta para a cidade, consideramos ser a segurança alimentar o que melhor espelha a necessidade da sua implementação.

O conceito de segurança alimentar não só considera a capacidade para fornecimento de bens alimentares ao mercado e as condições de acesso da população a esses mesmos produtos, como também integra, por definição, a qualidade dos alimentos disponibilizados. O carácter higieno-sanitário e a qualidade nutricional dos alimentos são fatores justificativos da saúde alimentar que se disponibiliza. Com o aumento da população em área urbana, tendência que, como já foi referido, prevê-se continuar nas próximas décadas³⁸, a pressão colocada sobre a economia alimentar centra a discussão na capacidade de gerar alimentação em quantidade e qualidade para toda a população urbana mundial. Não só garantir quantidade, qualidade, regularidade e segurança nos abastecimentos à escala global, mas também assegurar que a poluição inerente à atividade agrícola seja consideravelmente reduzida. Situação que contrasta por um lado, com a elevada quantidade de aditivos altamente poluentes que se introduz no solo e na água e, por outro, com as constantes deslocações de

³⁸ Atualmente existem cerca de 6,3 mil milhões de pessoas, estimando-se que em 2050 o número aumente para 9 mil milhões (FAO, 2009)

bens alimentares de áreas rurais remotas para áreas urbanas a milhares de quilómetros³⁹ e que, por isso, agravam consideravelmente a pegada ecológica no decorrer de processos de transporte e acondicionamento. Produzir localmente incentiva a utilização de práticas agrícolas amigas do ambiente e promove uma cultura de qualidade que diariamente é aferida pelo consumidor. Do ponto de vista energético, se considerarmos o gasto na realização dos processos de plantio em face do que representa o seu transporte de longa distância verificamos que, produzir localmente e consumir localmente representa uma enorme vantagem.

Outro fator de obrigatória ponderação é o de que, contrariando a tendência de aumento do fornecimento alimentar, a distribuição dos alimentos no interior das cidades tornou-se irregular e sujeita a uma clara diferenciação socioeconómica⁴⁰. Não só os processos sociais condicionam o acesso a alimentos como também a ocorrência de fenómenos naturais⁴¹ podem ter consequências imediatas sobre a segurança alimentar das populações. A exposição que a agricultura urbana tem a estes fenómenos é residual e pode auxiliar na diminuição dos impactos a que a restante rede de produção e distribuição do mercado global está sujeita.

Acreditamos que a agricultura urbana oferece respostas que, em complementaridade com a agricultura rural, permitirá reforçar a segurança alimentar das populações urbanas e garantir a construção de um território ecologicamente mais sustentável. Acreditamos igualmente que, a procura de uma solução local para garantir a segurança alimentar, poderá gerar a ignição necessária para criar a dinâmica que permitirá “resolver/alimentar” questões maiores como a sustentabilidade e a multifuncionalidade da paisagem.

³⁹ Veja-se o caso de Portugal, que apresenta de acordo com os dados, entre 2000 e 2004, uma balança comercial deficitária no que diz respeito ao comércio de produtos hortícolas. De acordo com um estudo de 2007 a importação de hortícolas era cerca de 426 mil toneladas e as exportações situaram-se em 90 mil toneladas, sendo os fornecedores do mercado nacional a Espanha, França, os Países Baixos, a Alemanha, Dinamarca, entre outros (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gabinete de Planeamento e Políticas, Horticultura, 2007).

⁴⁰ Em meio urbano, excluindo o auxílio das redes de solidariedade, a capacidade económica é fator determinante para o acesso a bens alimentares. Em meio rural, o acesso a produtos alimentares é mais facilitada, quer por questões sociais, como pela disponibilidade de recursos disponíveis.

⁴¹ Como terremotos ou cheias.

2.4.3. Agricultura urbana: novas visões

Alimentar as cidades num quadro de profunda globalização, onde as distâncias se medem na relação espaço/tempo, sujeita, como anteriormente referimos (ver p. 61 deste trabalho), o abastecimento alimentar dos cidadãos a um conjunto de externalidades de difícil ou até mesmo impossível controlo por parte do sector industrial.

A irracionalidade do sistema energético baseado em fontes fósseis e gerando variações no preço e abastecimento aos “motores” fundamentais da sociedade produtiva, afeta de forma determinante a indústria agrícola em todas as suas vertentes. Administrar práticas agrícolas de elevado impacto para a manutenção do equilíbrio biofísico das regiões tem já, no presente, responsabilidades ambientais, sociais e económicas indisfarçáveis. Continuar a apostar nestas fórmulas é esvaziar o futuro e comprometer a sustentabilidade do planeta.

A procura de soluções é, como também já vimos anteriormente, uma resposta social que diferentes indivíduos a título individual, grupos organizados da sociedade civil e instituições de responsabilidade pública perseguem⁴². A agricultura urbana tem assumido a sua expressão no espaço urbano e periurbano contemporâneo, produzindo e abastecendo localmente, contornando o sistema global energético, procurando novas fontes de energia (ex. energia solar) e, oferecendo qualidade alimentar. Mas, a esta resposta de enormes benefícios para o território e para a comunidade que o habita, são igualmente reconhecidas limitações que importam corrigir. Falamos concretamente da ausência, na sua larga maioria, de uma visão sistémica que traduza para o território uma ocupação estruturada com base nos valores ecológicos da paisagem. O fator ecológico associado à presença das “hortas” e demais espaços de cultivo e produção é algo que é inerente à presença dos mesmos. A potenciação ecológica do território urbano e periurbano que justifica o aglomerado dos espaços abertos das cidades, esse, fica por explorar. Ao mesmo tempo fica por explorar a componente da morfologia urbana, a qual deverá invariavelmente estar associada aos valores ecológicos presentes e, por isso, a estrutura de paisagem que se cria fica aquém do potencial desejável. Pensadores como Viljoen (2005) ou Donadieu (2006), atrevem-se a partilhar a sua visão para o contínuo urbano/rural, onde a visão eco-sistémica da paisagem promove um novo diálogo coerente entre as necessidades do homem urbano e a preservação

⁴² Consideramos que o contributo comunitário é essencial para garantir a construção e, fundamentalmente, a manutenção de paisagens sustentáveis (ver p. 53 a p. 57 deste trabalho).

dos valores rurais e dos recursos ambientais disponíveis. A Paisagem Urbana Contínua e Produtiva (CPULs) que Viljoen (2005) apresenta, a influência que teve no surgir do movimento americano food Urbanism/Agriculture Urbanism (Grimm, 2009), ou a proposta de um Campo Urbano por parte de Donadieu (2006), com as suas especificidades, pertencem à mesma face da moeda, àquela que se quer opor aos que insistem em percorrer o insustentável caminho do antagonismo cidade / campo.

2.4.3.1. Constructive Productive Urban Landscapes – (CPULs). Paisagens Urbanas Contínuas e Produtivas

A proposta que Viljoen apresenta baseia-se na combinação entre os processos produtivos inerentes às atividades agrícolas em solo urbano e periurbano, e a formalização de uma intervenção pensada de forma sistémica sobre o território urbano e rural. A sobreposição dos conceitos de paisagem produtiva⁴³ e paisagem contínua⁴⁴ sugerindo a construção de uma rede de espaços abertos, à semelhança dos conceitos de contínuo natural e contínuo

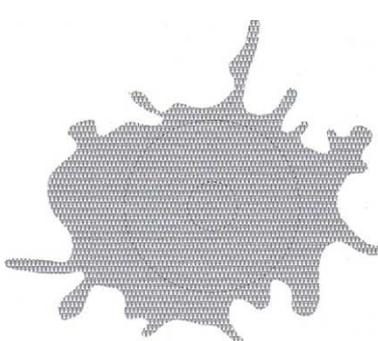


Figura 28: Uma cidade estabelecida sem CPULs.
Fonte: Viljoen (2005)

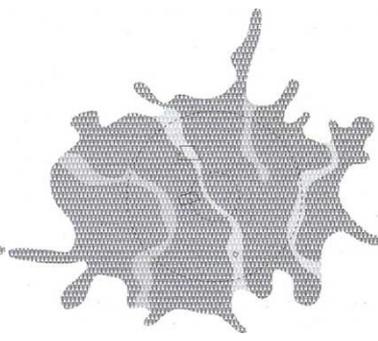


Figura 30: Identificação de paisagens contínuas
Fonte: Viljoen (2005)

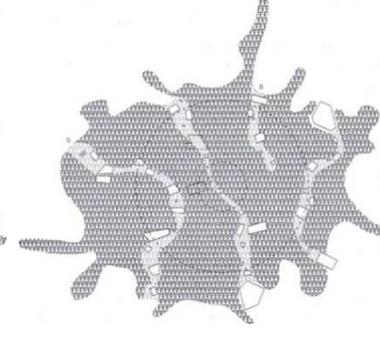


Figura 29: Introdução de paisagens urbanas produtivas.
Fonte: Viljoen (2005)

⁴³ “espaço urbano aberto com áreas plantadas, geridas de forma a ser ambientalmente e economicamente produtivo” (Viljoen, 2005 – nossa tradução).

⁴⁴ Francisco Caldeira Cabral introduziu, em Portugal, nos anos 50, o conceito de *Continuum naturale*. Manuela Raposo Magalhães refere que, “Em síntese, com o “continuum naturale” pretende-se que a paisagem envolvente penetre na cidade de modo tentacular e contínuo, assumindo diversas formas e funções que vão desde o espaço de lazer e recreio ao enquadramento de infraestruturas e edifícios, aos espaços de elevada produção de frescos agrícolas e à protecção e integração de linhas ou cursos de água com os seus leitos de cheia e cabeceiras.” (Magalhães, 1992)

cultural, mas cuja base assenta na implementação de processos produtivos para fins alimentares, potenciando para o efeito os ganhos sociais, económicos, culturais e ecológicos decorrentes da atividade.

Os pontos de contacto que a proposta de CPULs tem com os diferentes conceitos que norteiam a prática da arquitetura paisagista, não se esgotam com os ensinamentos de Caldeira Cabral, reconhecendo-se a incorporação dos conceitos de Paisagem Global⁴⁵ e de Landscape Urbanism⁴⁶ como fontes indissociáveis para a concretização desta proposta. O planeamento urbano, poderá incorporar uma estratégia de desenho que reflita, por um lado aquelas que já são as preocupações técnicas e estéticas associadas ao projeto de espaços urbanos de utilização coletiva, mas também a preocupação em garantir a continuidade entre os diferentes espaços abertos da cidade que estruturam a sua ligação com o espaço rural envolvente.

Mas que espaços usar? De acordo com Viljoen (2005), em qualquer espaço da cidade pode acontecer a agricultura urbana. Qualquer contexto urbano poderá ser sujeito à atividade. Olhemos por exemplo os antigos espaços fabris desativados, as bermas das estradas, lotes residenciais abandonados, espaços abertos de proteção, enquadramento e recreativos, espaços mais amplos ou mais apertados, etc. O que realmente interessa é querer fazê-lo. E porque fazê-lo? Por razões que estão ligadas com a segurança alimentar, mas essencialmente porque a procura dessa segurança potenciará ganhos que se traduzirão em aspetos nucleares para a paisagem como a sua sustentabilidade ecológica e a sua multifuncionalidade.

As CPULs difundirão as paisagens produtivas em termos económicos, sociológicos e ambientais. Serão posicionadas dentro do conceito de paisagem à escala urbana e, que no contexto actual se pode transpor para a escala territorial, oferecendo à cidade uma variedade de vantagens, estilos de vida, e poucos, senão nenhuns, inconvenientes. (Matos, 2011)

⁴⁵ Ver p. 38 deste trabalho

⁴⁶ As origens do Landscape Urbanism remontam ao período de maior crítica às soluções urbanísticas e arquitetónicas modernas. Constitui-se como uma atitude pós-moderna, argumentando que, o paisagismo é mais capaz na organização da cidade e de proporcionar melhor qualidade da experiência urbana, que a arquitetura.

Esta visão ecológica de continuidade entre o espaço urbano e rural tem vindo a ser testado por André Viljoen e Katrin Bohn (2005). *Leisurescape* (Figura 31), é um dos exemplos dos estudos que envolvem o conceito de CPULs. Através de desenho de projeto, procura-se uma articulação entre os diferentes espaços abertos e infraestruturas existentes (jardins, parques urbanos, parques infantis, ecopistas, ciclovias, diferentes espaços intersticiais, etc.), intensificando a paisagem contínua produtiva.

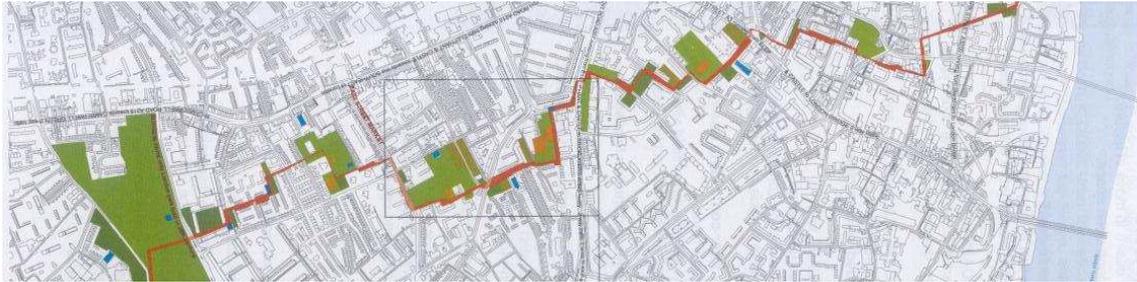


Figura 31: Leisurescape projetada para a cidade de Londres, interligando vários espaços abertos existente, desde o centro da cidade até à periferia.
Fonte: Viljoen (2005)

Em Portugal, o Plano Verde de Lisboa (Figura 32), da autoria de Ribeiro Telles (1997), é exemplificativo dos objetivos que se pretendem atingir - de continuidade, multifuncionalidade e equilíbrio biológico para a cidade. Tendo por base o amplo conceito de Estrutura Verde Municipal (EVM), a CPUL, tal como acontece com a Estrutura Ecológica Urbana (EEU), é integrada no seu interior.



Figura 32: Projeto do corredor verde Parque Eduardo VII – Monsanto – Plano Verde de Lisboa.
Fonte: Ribeiro Telles (1997)

Uma leitura sistémica associada a corredores ecológicos e percursos pedonais e cicláveis, integradores da leitura contemporânea da relação cidade / campo, criando no território uma

infraestrutura essencialmente construída com elementos naturais mas de acordo com uma visão urbana.

Assim, o argumento que pensamos ser verdadeiramente inovador na abordagem aos espaços urbanos produtivos é o facto de passarem a ser encarados como parte de um sistema maior. As hortas urbanas que ocupam pontualmente os interstícios e os espaços abertos da cidade, assumirão um papel estruturante na paisagem, construindo uma rede contínua de apoio às atividades produtivas e de lazer. Tratar-se-á de uma atitude projetual, técnica e esteticamente enquadrada através do desenho urbano e assumindo-se como rede infraestrutural de ação comunitária, ganhando a dimensão pública que lhe é devida. A agricultura elevada ao patamar de infraestrutura pública, geradora do bem comum, criadora em complementaridade com outras infraestruturas urbanas (estradas, abastecimento de energia e água, telecomunicações, etc.) de cidades sustentáveis.

2.4.3.2. Food Urbanism – Agriculture urbanism

A força inspiradora das CPULs marcou, em grande medida, o surgimento de uma visão planificadora do território, diferente da até então assente nas consideradas como habituais infraestruturas urbanas. A qualidade da alimentação e do ambiente urbano são para as comunidades e, em particular para os profissionais que as estudam, preocupações que se vêm traduzidas em novas formas de pensar o urbanismo. Food Urbanism ou Agriculture Urbanism são dois nomes que de forma eficaz traduzem essas preocupações. O movimento surgiu muito recentemente nos E.U.A. e no Canadá e tem por base o mesmo entendimento que Viljoen faz da presença das atividades produtivas em espaço urbano: que a

agricultura contínua em solo urbano tem o potencial para se tornar um segmento de mercado, tecendo uma malha através de toda a comunidade, criando uma espinha dorsal rígida e ecológica, influente para o crescimento dos bairros, conectando os espaços abertos e mercados urbanos (Grimm, 2009 – nossa tradução)

O objetivo fundamental do Food Urbanism é o de garantir um sistema alimentar saudável, controlado por uma comunidade socialmente produtiva, determinada em garantir a manutenção de critérios que promovam o crescimento económico e a qualidade ambiental

sustentáveis. Propõe-se a planejar as cidades do século XXI. Para o Urbanismo Alimentar⁴⁷, a perspectiva é a de antever as cidades do futuro e planeá-las de raiz. Como fazê-lo? Através de um conjunto de regras que no essencial se baseiam na compatibilização entre as diferentes tipologias de circulação (Figura 33) no interior malha urbana (estradas, caminho de ferro, percursos pedonais, ecopistas, etc.) e os diferentes espaços (Figura 34) que estruturam o sistema de produção alimentar (hortas em jardins privados, hortas comunitários, avenidas com espaços de produção, quintas agrícolas urbanas, explorações agrícolas em espaços institucionais, etc.).

Reflete uma visão eco-sistémica da malha urbana onde a atividade produtiva é componente determinante da infraestruturização da cidade. “Ao utilizar o desenvolvimento da produção urbana de alimentos enquanto critério para a expansão urbana, a comunidade poderá beneficiar desse crescimento enquanto se mantém num caminho sustentável.” (Grimm, 2009 – nossa tradução)

Trata-se de um compromisso assumido por todas as partes envolvidas no processo e que

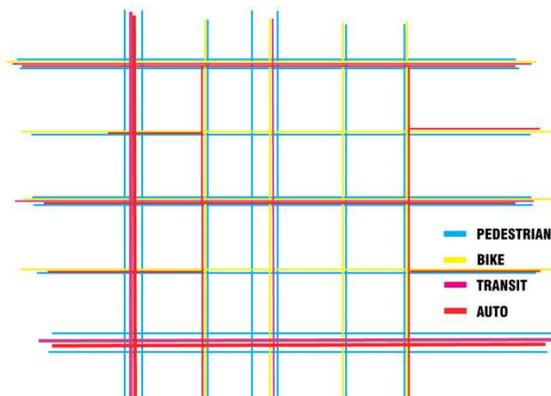


Figura 33: Esquema de tipologia da rede de circulação.

Fonte: Grimm (2009)



Figura 34: Esquema de compatibilização entre os diferentes tipos de circulação e os espaços produtivos

Fonte: Grimm (2009)

baseiam o seu êxito na utilização solidária entre os diferentes recursos disponíveis. A comunidade é a peça fundamental para assegurar a manutenção da produção urbana de alimentos, cabendo-lhe a distinta tarefa de participar no quotidiano da “cidade agrícola”, desde a produção ao processamento e à distribuição dos alimentos.

⁴⁷ O Urbanismo Alimentar – Food Urbanism, é uma teoria desenvolvida recentemente nos EUA e no Canadá com base nos ensinamentos da CPUL. Define-se como uma opção de projeto sustentável para gerar comunidades urbanas. É uma solução urbanística assente num design que procura organizar as cidades através da incorporação de uma infraestrutura de produção alimentar, transformando-a, assim, numa experiência urbana.

Residir, trabalhar e praticar atividades recreativas, isto é, habitar, são funções intrínsecas ao conceito de CPULs, que o Food Urbanism integra no planeamento das suas cidades.

2.4.3.3. Campo Urbano

Donadieu (2006) evoca, através do seu conceito, a paisagem contemporânea portadora de tensões e a insistente procura de soluções que permitam vencer a barreira do antagonismo secular que a caracteriza. Provocativo no nome que apresenta, campo e urbano, dois estilos de vida reunidos para criar um projeto de sociedade que habite qualitativamente o seu território, compreendendo-o e aceitando-o como um espaço multifacetado, povoado de novos hábitos e novas funções necessárias ao homem contemporâneo.

Donadieu (2006) defende o conceito de campo urbano como solução a uma periurbanização que ameaça tomar conta do território. A crescente periurbanização onde o urbano e o rural existem, ainda que sem um se sobrepôr ao outro na definição de uma identidade. Mininni (2006, in Donadieu, 2006) diz que existe o perigo deste processo contribuir para a crescente contradição entre uma cidade cada vez mais parecida com uma periferia e uma ruralidade cada vez mais urbanizada, construindo uma sociedade onde os valores do urbano e do rural acabarão por se tornar confusos. Uma sociedade indiferente tanto à cidade como ao campo. É por isso, no mínimo, curiosa a forma como Donadieu se propõe a resolver a questão basilar que ocupa diferentes profissionais dedicados às questões da paisagem como Ribeiro Telles e Andre Viljoen: o esbater da dicotomia urbano / rural, o campo que se parece infiltrar na cidade e/ou a cidade que cresce para o campo. A sua proposta não aponta para a solução do problema mas sim para a sua superação. Superar o antagonismo cidade / campo por eliminação do problema. Ou seja, não pretende resolver o conflito, mas sim simplesmente ignorá-lo. Não é propriamente um estado de negação. É uma inversão da lógica da contraposição (Donadieu, 2006).

Esta forma de olhar para a organização territorial, é consentânea com a noção de que a tradicional separação entre camponês e cidadão diariamente se autodestrói na cidade contemporânea e que, como contraponto a sociedade passou a ser mesclada e não quer renunciar nem à cidade nem à possibilidade de usufruir do contacto com a natureza que o campo lhe proporciona. É uma sociedade que habita uma ruralidade urbana e que, como

refere Matos (2011), se posiciona entre a agricultura do espaço urbano e a “desagricultura” do espaço rural. Faz a autora um paralelismo com a quinta de recreio em Portugal, com o qual concordamos, uma vez que se trata de um espaço na sua essência urbano, com funções de recreio mas que não rejeita a produção agrícola. Aponta ainda o paradoxo em que assenta a construção da ruralidade do campo urbano que é o de “perder a agricultura mas não a forma da horta, ou conservar o campo sem agricultura à semelhança da ideia de um jardim que evoca a imagem agrícola, sem produzir.” (Matos, 2001)

Esta combinação será o motor para a construção de uma nova paisagem, definida por uma sociedade móvel, pronta para habitar não num território mais urbano ou mais rural, mas numa urbanidade ruralizada. No entanto, a paisagem da cidade contemporânea não aporta a qualidade de vida que o campo urbano se propõe atingir. Em parte porque o cidadão não compreende o campo, as suas funções e o conteúdo da sua diversidade. Como tal, não o sabe interpretar e muito menos com ele dialogar para atingir uma relação sustentável. Por outro lado porque os símbolos e os estímulos a que o homem moderno está sujeito não são suficientemente claros e convincentes do modo de o fazer. Donadieu (2006) atribui assim a responsabilidade ao projeto de paisagem para reconduzir a sociedade para a urbanidade sustentável. De acordo com Mininni (2006),

Deverá ser a cidade a assumir a responsabilidade de proteger o campo, garantindo permanência de vazios, portadores de valores da natureza, propondo a atividade agrícola. Só nesta condição o espaço agrícola poderá fazer parte do novo território urbano, através de um projeto que lhe dê forma. (Mininni, 2006, in Donadieu, 2006 – nossa tradução)

O projeto que estruturará a paisagem estabelecendo os valores segundo os quais Donadieu (2006), citando Augustin Berque, determinam a condição do habitat humano: a ecologia e o simbólico. Os eco-símbolos da paisagem rural serão a inspiração para a identidade da cidade que se tornará a protetora da paisagem rural. Ultrapassando as barreiras do dogma urbano, poder-se-á construir uma cidade habitável, associando de forma convicta o vazio agrícola e o espaço edificado para criar a unidade e, por isso, uma paisagem de relativa perenidade, perante a qual a sociedade munida dos valores coletivos poderá assim reconhecer e identificar-se com o espaço que ocupa.

No entanto, a proposta de campo urbano não é uma fórmula científica, não é um projeto acabado. Tem tanto de determinação como de incerteza, podendo conduzir a um futuro surpreendente, cujo caminho a percorrer será determinante para a qualidade de vida da

sociedade. O próprio o afirma referindo-se-lhe como “A utopia boa, visionária e criativa, não é uma profecia nem uma perspectiva científica, mas uma esperança: a construção de um futuro auspicioso, mas não necessariamente previsível – em poucas palavras um projeto de sociedade.” (Donadieu, 2006 – nossa tradução)

A sociedade no seu mais amplo termo poderá total ou parcialmente recusar ou aceitar o campo urbano, moldando-o e sendo moldada pelas transformações que ocorram na paisagem decorrentes da tensão social instalada que a normalidade dos processos humanos incute em períodos de transformação. Por isso, “Alguns participarão e reconhecer-se-ão neste projecto, outros não, pois a tensão construtiva do projecto é essa mesma fonte de diferenciação social, de adesão, de expectativa ou de recusa.” (Matos, 2011)

O território, à disposição de quem o queira apropriar, criará novos nómadas e sedentários. Haverá quem queira permanecer no território periurbano, afastado do núcleo denso da cidade e construir aí o seu estilo de vida. Haverá também quem opte por habitar a cidade densa e, com regularidade, faça deslocações para o território agrícola periurbano, dedicando-se à agricultura de uma forma profissional, ou por hobby ou com fins recreativos. Haverá quem se dedique a novas atividades económicas como o turismo, a produção e comercialização em estufa, a produção e comercialização animal, entre outras. Haverá quem queira usufruir dos prazeres do campo pelo campo. Sem a necessidade de um palco que intermedeie uma regular e pacífica relação de complementaridade entre o homem contemporâneo e o seu território.

Estará a sociedade contemporânea preparada para aceitar o campo urbano? Não temos a resposta, e acreditamos que ninguém a tem, pelo menos com suficiente determinação e capacidade mobilizadora para comprometer tanto a sociedade civil como o poder governativo. Como refere Matos (2011), “As virtudes do diálogo são seguramente conhecidas mas, a sua realização depende, em grande parte, da capacidade da sociedade reconhecer os seus próprios horizontes míticos, antigos ou modernos.” A apropriação territorial inerente a este processo, altamente provocativa, implica desafiar a atual lógica social de ocupação do território, envolvendo diferentes atores com diferentes estímulos e propósitos de ação (cidadino, agricultores, associações, governantes, etc.). Para Donadieu (2006), a administração comunal deverá assumir uma posição proativa adquirindo, por exemplo, terrenos agrícolas para que o cultivar desses campos se perpetue e garanta continuidade produtiva no território, ou integrar nesses espaços percursos de lazer e encontrando fórmulas que permitam aos agricultores não abandonarem as explorações face

a outras oportunidades mais vantajosas do ponto de vista individual. Apenas a condução de processos exploratórios poderão auxiliar as políticas de intervenção territorial e gerar o comprometimento comunitário. O processo será demorado mas contará certamente com uma sociedade mais esclarecida quanto aos efeitos que a presença humana teve e tem no planeta, e que por isso, deveria estar altamente comprometida com este objetivo. A procura do bem-comum.

O campo urbano é uma impressionante proposta de construção e gestão da paisagem que, não tendo como fim principal garantir a produção alimentar, complementa-a com os restantes processos de construção que ocorrem no território, suplantando a preponderância dos elementares processos socioeconómicos com o envolvimento de uma nova sociedade portadora de um modo de estar e de uma filosofia de vida assente na profunda convicção da sua qualidade cultural e ecológica (Figura 35). Uma visão futurista da sociedade.



Figura 35: Campo Urbano pretende fazer da utopia uma realidade
Fonte: Donadieu (2006)

2.4.4. Reflexões

A aparente descoberta de que a paisagem é uma construção humana que se quer multifuncional e que, por isso, devemos incentivar a ocorrência de novos fenômenos exploratórios do mundo rural que incrementem essa multifuncionalidade, leva-nos a três considerações.

A primeira é a de que a multifuncionalidade que hoje se atribui à paisagem já lhe pertence por conceito e, portanto, a “novidade” só serve para justificar opções tomadas ou a tomar.

A segunda é a de que o potencial que hoje se reconhece ao campo ultrapassa largamente a sua capacidade agrícola, e as mudanças que ocorrem na paisagem rural, provêm desse reconhecimento e/ou, abandono do sistema de produção de proximidade.

A terceira é a de que a crescente urbanização da cultura ocidental, obriga o Homem pós-moderno a procurar, como já fez noutros períodos da história, soluções que lhe possibilitem gerar os necessários equilíbrios para a manutenção da sua urbanidade.

Embora concordemos com a premissa de que a multifuncionalidade da paisagem rural deverá ser explorada e por isso enquadrar novas demandas sociais, acreditamos que o papel a desempenhar pela agricultura deverá ser ativo e não de uma referência sociológica do passado. A prática agrícola, para além da produção de alimentos é detentora de um grande potencial recreativo, económico, ecológico, cultural e estético. Assim, deverá ser assumida, tanto em espaço rural como em espaço urbano e periurbano, contribuindo de forma obrigatória para o restabelecimento do interface urbano/rural. Este “projeto”, onde a agricultura é estruturante, pode reassumir-se como uma convicção paradoxal e voluntariamente provocatória – a melhor forma para conservar um campo agrícola vivo e dinâmico, é fazer a paisagem para e com os cidadãos. Essa paisagem implica compromissos, e são esses compromissos que Viljoen, Grimm e Donadieu estabelecem nas suas propostas.

O conceito de CPULs e Food Urbanism são a encarnação do espírito produtivo na construção de paisagem urbana. O que os diferencia não é o contributo que procuram por parte da comunidade, apesar de Grimm o fazer de forma mais assertiva. Embora partam de

idênticos pressupostos⁴⁸, a metodologia de aplicação diverge. Este fato deve-se em grande parte às diferentes realidades geográficas e históricas que estão na gênese dos conceitos.

CPULs enfrenta um desenho urbano resultante da utilização desfigurada do modelo internacionalista encabeçado por Le Corbusier, cujas consecutivas leituras segmentadas da morfologia urbana, deixaram pelas cidades espaços intersticiais livres de utilização. São esses espaços que vão constituir a rede contínua de produção urbana. Por isso, determina que todos os espaços abertos da cidade moderna são válidos para fins produtivos. O Food Urbanism, incorpora o modelo urbano expansionista americano. Concebe a articulação dos espaços produtivos da cidade pós-moderna com base numa morfologia urbana que se assemelha à cidade futurista de Wright, assente num desenho geometrizado de percursos que influenciam determinantemente o grau de eficácia do sistema. Uma cidade sempre em crescendo, remetendo a sua sustentabilidade para a consecutiva reprodução dos elementos produtivos que a constituem. O paralelismo com Wright é evidente e, a sua aplicação na Europa, apenas nos parece que serviria para continuar a explicar processos de periurbanização.

Também, pelos mesmos motivos, encontramos pontos de contacto entre o Campo Urbano de Pierre Donadieu e a Broadacre city. Em comum assumem de forma natural a disseminação das atividades humanas pelo território, sem que daí retirem qualquer fator negativo e limitador das suas visões. Duas utopias que se tocam pela esperança de integração harmónica entre homem e meio. Ambos perspetivam a tecnocidade, a capacidade de mobilidade individual e a liberdade que lhe está associada. É, no entanto, essa liberdade e a capacidade de fazer escolhas pessoais, que diferencia, de forma radical, aquela que é uma visão de cidade da que se apresenta como uma visão de sociedade. Broadacre City dispõe de todo um conteúdo programático pensado, à época, para recriar uma vida relacionada com a terra, propiciando lares, zonas de trabalho e lazer de acordo com critérios programáticos para potenciar qualidade de vida numa fusão entre cidade e campo. O Campo urbano, ao contrário da cidade de Wright, não é uma utopia que se estabelece com base em critérios físicos. Aí reside a verdadeira essência da utopia de Donadieu. É, no essencial,

⁴⁸ A necessidade de implementar um sistema urbano de proximidade para produção e fornecimento de alimentar às cidades.

uma opção pessoal que determina o crer pertencer a uma visão diferente do futuro para lá da objetividade material ou de qualquer estatuto que se possa adquirir⁴⁹.

Diferencia-se de Wright, também, pela preponderância atribuída aos processos produtivos e, não os vendo como elementares para construir a sua paisagem, não os renega, como aliás também não renega, à partida, qualquer atividade urbana sobre o território⁵⁰.

A visão de Donadieu parece-nos a mais ambiciosa, mas também a mais complicada de operar. Retiramos, no entanto, como já anteriormente referimos, uma forte analogia entre o conceito de campo urbano e a quinta de recreio portuguesa. Intercalar espaços recreativos com áreas produtivas permitirá operar no território como uma enorme quinta de recreio, na qual ocorrerão valências essencialmente urbanas, como é da sua génese.

As novas visões apresentadas contêm essencialmente, características concordantes.

Resumimos de seguida aquelas que, independente da morfologia urbana existente, entendemos serem complementares e, por isso, constituírem as premissas para a construção sustentada de uma paisagem contínua produtiva:

- I. Visão sistémica da paisagem, materializada por uma rede de espaços abertos contínuos de apoio às atividades produtivas e recreativas;
- II. Equiparação das atividades produtivas em solo urbano ao nível de uma outra qualquer infraestrutura pública;
- III. O envolvimento das diferentes comunidades, imbuídas de um espírito capaz de gerar novos mitos e símbolos criadores de novos valores culturais e ecológicos para uma sociedade habitável;
- IV. A construção de paisagem assumida por uma atitude projetual que, à semelhança da quinta de recreio portuguesa, assegure uma urbanidade ruralizada, dotando o território de valências que vão para além da componente produtiva.

⁴⁹ “No conceito de campo urbano estão envolvidas mais variáveis para a sua concretização, nomeadamente as subjectivas que implicam um modo de estar e uma filosofia de vida.” (Matos, 2011)

⁵⁰ O campo urbano ocorrerá quando a população partilhar “a alegoria e a cosmogonia através de um rito de apropriação que o transforme num território habitável.” (Mininni, 2006, in Donadieu, 2006 – nossa tradução)

3. ESTUDO DE CASO-CIDADE DE ÉVORA

O exercício de delimitação de uma paisagem contínua produtiva que nos propomos a elaborar nesta fase final do trabalho, tem como objetivo aplicar o conceito CPUL a Évora, mais concretamente, à cidade e ao espaço rural que lhe é adjacente.

O concelho de Évora (Figura 36) ocupa uma área superior a 130 700 ha na Região Alentejo, no sul de Portugal continental, divide-se administrativamente em 19 freguesias, 12 delas de cariz rural sendo Évora a capital de concelho e de distrito.

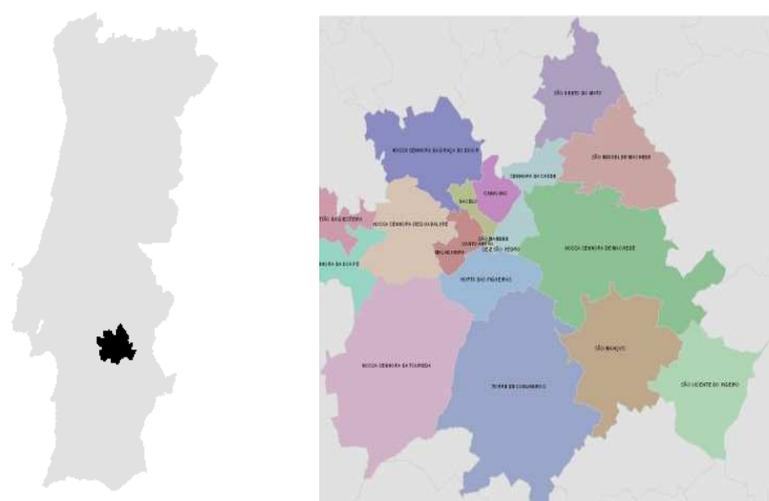


Figura 36: Esquema de localização do concelho de Évora e respetivas freguesias
Fonte: CAOP (2012)

A cidade de Évora contemporânea é constituída pela designada cidade Intra-muros, correspondente ao Centro Histórico muralhado, classificado como património da humanidade pela UNESCO, e pelos bairros periféricos que formam um todo, de um modo geral descontínuo, que constituem a cidade Extra-muros.

Os restantes aglomerados, sede das freguesias rurais constituem povoações de pequena dimensão, com baixa densidade populacional.

O concelho evidencia as características gerais do território alentejano onde se insere, caracterizando-se pelo relevo predominantemente plano, com algumas ondulações suaves e um clima tipicamente mediterrânico marcado por um regime hidrológico torrencial, onde as precipitações são fracas e concentradas nos meses de inverno e os verões são quentes e secos.

Neste território confluem três das principais bacias hidrográficas portuguesas – Tejo, Sado e Guadiana - na cabeceira das quais se situa a cidade de Évora. Esta posição privilegiada, em

termos da transitabilidade natural conferida pelas linhas de água e de cumeada, foi certamente determinante na excecionalidade do megalitismo eborense e no cruzamento milenar de vias e rotas comerciais da península, atribuindo a Évora uma importância política, social e económica para todas as civilizações que marcaram o atual território português⁵¹.

3.1. A evolução da relação cidade /campo – história recente

Centramos a nossa atenção na história mais recente, desde o término da primeira metade do século XX, até aos nossos dias.

O final da década de 40 fica marcado em Portugal pelo início do abandono dos campos agrícolas e pelas primeiras saídas da população rural para as cidades⁵². Évora não foi exceção e, embora não se sujeitando a fluxos de migração tão elevados como no caso dos grandes centros urbanos nacionais, viu a população rural largar os campos⁵³ e procurar a cidade e a sua envolvente⁵⁴. A tendência crescente das áreas habitacionais, mantém-se na

⁵¹ “Os monumentos megalíticos assumem particular relevância, destacando-se os cromeleques de Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio, as antas do Zambugeiro e Barrocal e a necrópole de Vale Rodrigo. Dos períodos Calcolítico e da Idade do Bronze destacam-se os povoados fortificados do Castelo do Giraldo, reutilizado na Idade Média, e da Coroa do Frade. Do período romano evidenciam-se as villae da Tourega e da Fonte Coberta e a villa ou vicus do Monte das Paredes. Nos períodos medieval e renascentista conventos e solares vieram imprimir um cunho muito próprio à paisagem eborense. Dos primeiros destacam-se os conventos de S. Bento de Cástris, Cartuxa, Santa Maria do Espinheiro e Bom Jesus da Mitra. Dos segundos, os solares das quintas da Manizola, Inquisitor, Solar da Oliveira, Azinhal e Barrocal. Sistemas hidráulicos elaborados que permitiam abastecer de água conventos e solares e irrigar os seus hortos e jardins merecerem também alusão. Destacam-se, em particular, os sistemas do Bom Jesus da Mitra, de S. Bento de Cástris, da Cartuxa, e das quintas da Manizola, Azinhal e Provença”. BARATA, F. Th. & LEITE, A., cit. por BARATA, F. Th & MASCARENHAS, J. M., 2000.

⁵² Portugal rural viveu até à primeira metade do século XX, convicto da sua realidade agrícola, empregando cerca de metade da população ativa e assegurando cerca de 1/3 do produto interno bruto (Ministério da Agricultura - Portugal Rural, 1992). Foi, a partir do final dos anos 40 e na década de 50 que a situação se começou a alterar. O apelo das cidades fez com que muitos largassem os campos esvaziando a agricultura tradicional da sua mão-de-obra. Ao êxodo agrícola juntou-se o rural, o que originou processos migratórios domésticos com a área metropolitana de Lisboa como destino preferencial, mas também movimentos para o exterior, para várias zonas da Europa. O sector primário perdera preponderância social e económica para um sistema urbano e industrial emergente e, o Portugal rural, começava a sofrer grandes alterações nas suas paisagens.

⁵³ A mecanização da agricultura diminuiu a necessidade de mão-de-obra nos campos contribuindo para o êxodo rural

⁵⁴ A cidade, não tendo capacidade para absorver toda a nova população, obrigou que parte se estabelecesse em aglomerados periféricos.

década de 60, dando essencialmente continuidade a processos de origem clandestina⁵⁵. Segundo Cascais (1993), neste período o movimento migratório em direção à cidade “sofreria uma quebra acentuada”, em grande medida porque as condições de trabalho no campo melhoraram significativamente⁵⁶.

Desta forma, no período de 60 até meados da década de 70⁵⁷ a cidade, por um lado, continha um lado sedutor, apelando à vinda de novos habitantes e criando a expectativa de melhoria da qualidade de vida, por outro, mantinha na sua envolvente os campos agricultados, por recurso a meios mecanizados e mão-de-obra tradicional.

Os mercados tradicionais da cidade (Figuras 37 e 38) recebiam os produtos frescos do campo para venda à população essencialmente urbana.



Figura 37: Mercado 1º de Maio na década de 60 recebendo os produtores das quintas da envolvente da cidade de Évora. Sem data.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora



Figura 38: Mercado do Largo do Chão das Covas que funcionou de 1949 a 1970. Sem data.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

A cidade oferecia novos empregos (Figura 39) e serviços especializados (Figura 40) às necessidades do trabalho do campo.

⁵⁵ O Plano de Urbanização de Évora de 1945, concebido por Étienne de Groër e inspirado no movimento cidade-jardim, apenas teve aplicabilidade para a denominada Zona de Urbanização n.º 1, situada a Nascente da cidade intramuros. No entanto, mesmo que a sua aplicação tivesse sido total, a abrangência territorial do Plano não seria suficiente para contrariar o aparecimento dos loteamentos clandestinos na envolvente da cidade.

⁵⁶ “a alteração do período laboral para oito horas diárias, como a substituição das funções sociais das Casas do Povo pela efectividade de Previdência para a população agrícola, terão sido factores importantes” (Cascais, 1993)

⁵⁷ Após a revolução de Abril de 1974, a tomada de terras gerou uma nova levada de trabalhadores para o campo.



Figura 39: Trabalhadoras do Fomento Eborense. Década de 60. Sem data.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora



Figura 40: Fundidor a trabalhar peças, em cobre e latão, para fornecer às casas agrícolas do Alentejo. Década de 60. Sem data.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

Os processos de complementaridade aconteciam de uma forma natural, numa conjuntura que propiciava à reciprocidade de benefícios e de uma cidade que ainda não estava preparada para quebrar os laços com a sua ruralidade.

No final da década de 70 (Figura 41) e principalmente durante a década de 80 (Figura 42), a cidade atravessa uma fase de grande expansão urbana alicerçada no aumento dos setores secundário e terciário da economia. Évora, capital distrital do Alentejo, absorve população de outras cidades e, o crescimento extra-muros ganha maior expressão com o surgir de novas zonas habitacionais⁵⁸.

⁵⁸ “Uma parte desse crescimento ficou a dever-se ao crescimento natural, outra à atração sobre as zonas envolventes por parte de uma cidade que começava nessa altura a acolher “quadros” e técnicos provenientes de outras cidades. Cremos que a origem urbana da maioria desta população determinou a sua fixação em verdadeiros prolongamentos de uma cidade em que o centro tinha o exclusivo da generalidade das funções comerciais e dos serviços; o poder aquisitivo de uma classe média nascente permitiu-lhe substituir a casa velha no interior da cidade, ou a potencial casa própria num bairro distante, pela garantia da melhor acessibilidade relativamente ao centro.” (Cascais, 1993)

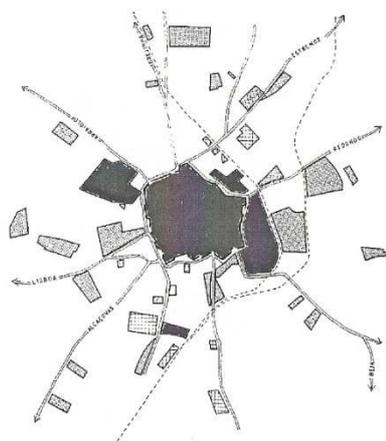


Figura 41: Évora em 1975
Fonte: Carvalho (1990)

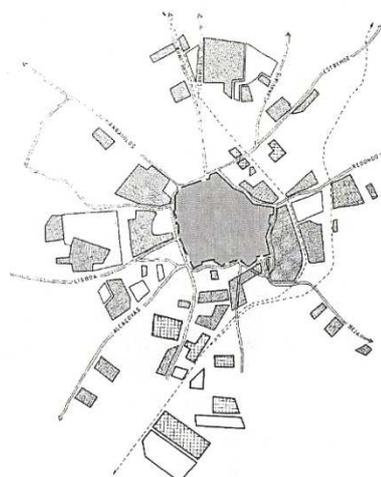


Figura 42: Évora no final de 1984
Fonte: Carvalho (1990)

O ganho de uma autonomia administrativa democrática proporcionada pela Revolução de Abril, abre um novo caminho para a gestão local do território. Évora encabeça a liderança nacional dessa nova gestão, assumindo a concretização do primeiro Plano Diretor Municipal (PDM) em Portugal. As orientações de ordenamento e desenvolvimento local são plasmadas neste documento, que complementado com o Plano Geral de Urbanização (PGU), materializa, de forma autónoma, as premissas para a gestão territorial do concelho.

As transformações urbanísticas que se seguiram⁵⁹ confirmaram, ainda que de forma estruturada quando comparado com a maioria dos restantes concelhos do país⁶⁰, o apetite/necessidade de fazer crescer o tecido urbano nacional.

⁵⁹ “Nos últimos 20 anos, operou-se em Évora uma enorme transformação urbanística: o número de fogos aumentou de 10.000 em 1970 para 15.000 em 1991; a cidade cresceu muito, sobretudo a oeste (zona da Malagueira/Fontanas), mas também a norte (Bacelo/Frei Aleixo) e a sul (Horta das Figueiras); os antigos “bairros clandestinos” foram recuperados; construíram-se eixos viários que vieram criar novos acessos e abrir novas fontes de crescimento da cidade; a taxa de motorização cresceu fortemente e o centro histórico, classificado Património da Humanidade, continuou a ser o centro inequívoco de toda a cidade.” (CME, Riscos de um Século, 2001)

⁶⁰ O acelerado desenvolvimento urbano no País tem vindo a negligenciar a morfologia do território e os sistemas ecológicos, assim como os valores culturais e tradicionais urbanos e rurais. Manuela Raposo Magalhães afirma que “...perceber que o homem com determinada cultura “construída” através de gerações de conhecimento empírico, resultante do melhor aproveitamento de determinadas condições ecológicas, deu origem a uma paisagem sustentável que é preciso entender, antes de nela produzir alterações, continua a ser uma miragem em Portugal.” (Magalhães, In: Ribeiro Telles, 2003)

A esperança colocada na Reforma Agrária, desvaneceu pela falta de uma política agrícola preocupada com a “saúde” do mundo rural. Com ela, os empregos anteriormente gerados, assim como a economia gerada nos setores comercial e industrial foram fortemente afetados. A crise económica que se atravessava em 85, não deixava espaço para crescimento do terciário e indústrias.

Não obstante o cenário nacional, a cidade continuou a crescer. De uma lógica de ocupação territorial materializada por zonas como vinha ocorrendo até meados dos anos 80, a cidade começa a ser estruturada com base em assumidos arruamentos urbanos que chamam si a responsabilidade pelo avançar dos processos de urbanização.

Esta “urbanização por eixos” acontece sobre um território que, durante várias décadas, alimentou descontinuidades entre o espaço edificado e o campo. Estas descontinuidades, não se manifestam apenas por questões de urbanismo, mas também ao nível arquitetónico e do estilo de vida das comunidades⁶¹.

A par desta ocupação por bairros, que têm vindo a ser submetida a processos de consolidação e integração na morfologia urbana, ocorreram parcelamentos de propriedades em solo rural na envolvente da cidade, constituindo fenómenos novos fenómenos de periurbanização. As denominadas “quintinhas” são, como refere Carvalho (1990), um

conceito romântico de regresso ao campo, crescente nas classes médias altas e intelectuais, com uma origem rural ... Põe-se então agora a questão de saber se a constituição das “quintinhas” se deverá manter pura e simplesmente travada ou se, para responder a essa procura, pelo menos em parte, se deve procurar uma solução de compromisso. Para Tal, e após a realização dos estudos necessários, talvez se pudessem seleccionar áreas onde esse parcelamento fosse permitido ... talvez fosse ainda útil estudar e concluir sobre a possibilidade de instalação de unidades agrícolas de cultura intensiva, talvez fruticultura e limitar a possibilidade de fracionamento à instalação efectiva de tais explorações.

⁶¹ “A origem diferenciada das populações que constituíram os vários bairros, como a sua distribuição mais ou menos aleatória no terreno, são determinantes da diversidade das unidades residenciais. Têm feito, enquanto têm subjacentes movimentações distintas, que o crescimento de Évora reflecta descontinuidades em termos de periodicidade, da semelhança e da eventual localização relativa dos bairros.” (Cascais, 1993)

A dinâmica edificatória imprimida na década de 80 tem a sua continuidade nos anos 90⁶², mas em grande medida pela iniciativa privada que, assumiu a responsabilidade de urbanizar que, anteriormente era fortemente assumida pelo município

A cidade continua a viver muito em função do centro-histórico, elevado pela UNESCO em 1986 a Património da Humanidade, mas também do seu tecido industrial que ganha expressão na economia local. A vida rural tornara-se desinteressante para fins de empregabilidade e como modo de vida. De acordo com dados de 2001(PDME, 2008), a população residente no concelho era de 56519 habitantes. Destes, 41278 residiam em área urbana.

A crescente dinâmica edificatória imprimida pelos processos de urbanização tendem a esgotar os solos previstos para expansão. É realizado novo plano com vista a colmatar esta necessidade.

Foi constituída uma bolsa de terrenos na zona norte (Figura 43), perseguindo a lógica de urbanização com base em eixos viários estruturantes (e não por zona) e, com intenção assumida de orientar o ímpeto privado de acordo com uma visão esclarecida quanto à morfologia urbana a desenvolver.



Figura 43: Área de expansão dos Leões, prevista no PUE de 2000, onde se podem ver tipologias de construção em banda, formando quarteirões, numa atitude que assume a forma urbana clássica.

Fonte: CME – Riscos de um Século (2001)

⁶² “a elevada taxa de urbanização do concelho era já patente em 1991, com 82,5% da população a residir em freguesias urbanas (68,3% em 1960).” (Domingues,2006)

Os anos que se seguiram assumiram no entanto outras opções quanto à localização de novos processos edificatórios na cidade, não se efetivando assim premissas que justificaram as sua opção.

Évora do século XXI é urbanisticamente caracterizada não só pela inquestionável centralidade do seu centro-histórico e pelos diferentes aglomerados de edificação concentrada mas, também por ocupações lineares contínuas e descontínuas ao longo de eixos estruturantes e, pela já significativa presença de edificação dispersa.

O campo, embora às portas da cidade e preenchendo espaços abertos entre discontinuidades no interior do perímetro urbano, ganha uma importância que se prende com a presença dos valores naturais, negligenciando em grande medida as suas características produtivas. As manchas de espaço agro-florestal, conservam alguns espaços agricultados mas, a imagem do desaproveitamento desse solo, faz antever a espera por melhores dias⁶³. E, embora o ímpeto edificatório tenha sido resfriado pelo período de crise que atravessamos e, a dinâmica territorial concelhia sugira uma previsão austera, a realidade é que o PDM em vigor determinou o aumento de solo para esses processos edificatórios⁶⁴.

Acreditamos que, ao invés de prosseguir uma política de uso do solo que insista na sua crescente edificação, excluindo das áreas de expansão o potencial produtivo do solo, a solução possa passar por encontrar uma complementaridade. A agricultura urbana pode e deve ser assumida pelo poder local como uma infraestrutura essencial para a urbanização do território, cabendo, nomeadamente, ao ordenamento territorial e à administração urbanística assumirem a superação do velho antagonismo urbano/rural.

A sociedade dá recorrentemente mostras da necessidade da presença das atividades produtivas e da agricultura de proximidade. As hortas urbanas de Évora são disso o reconhecimento. Acreditamos que estamos no começo de um novo ciclo responsável por uma nova maneira de pensar a urbanidade. A presença das hortas, enquanto forma de praticar agricultura urbana, não pode ser encarada como um processo passageiro que o “levantar” da economia fará esquecer. Os benefícios são vários e vão muito para além de eventuais ganhos económicos que lhe podem estar associados. Por isso, a possibilidade de

⁶³ Nota de ironia: referimo-nos concretamente à pressão especulativa exercida sobre a administração pública e os proprietários dos referidos lotes em espaço agro-florestal.

⁶⁴ O relatório técnico da DGOTDU (9/2011) refere que “Os perímetros urbanos dos PDM revistos cresceram na maior parte dos casos, sendo este crescimento significativo e aparentemente desligado das dinâmicas territoriais demográficas e económicas”. Évora apresentou uma tendência de variação do seu perímetro urbano contrastante com a síntese das suas dinâmicas territoriais (População, Alojamentos, Empresas; Poder de Compra)

se vir a encarar a CPUL como um instrumento de gestão municipal, representará só por si, uma mudança de paradigma.

3.2. Determinação de um território para a implementação de paisagens contínuas produtivas

Pretende-se com este estudo determinar uma base territorial que permita aferir quais as áreas do território a afetar à construção de Paisagens Contínuas Produtivas que articulem a cidade de Évora com o espaço rural, interligando-os.

A continuidade subjacente aos conceitos deverá ser encontrada com base num entendimento sistémico da paisagem, assumindo que, diferentes sistemas dentro do sistema definem uma estrutura que se quer complexa e, por isso, com níveis de intensificação ecológica elevada. É com base neste entendimento da morfologia da paisagem que se procurará delimitar as duas componentes da Paisagem Urbana Contínua Produtiva (CPUL):

Paisagem Produtiva – Áreas do espaço urbano e rural a gerir de forma a serem ambientalmente e economicamente produtivas.

Paisagem Contínua – Rede contínua de valência ecológica, de apoio às atividades produtivas e recreativas e de ligação entre espaço urbano e espaço rural.

As áreas a incluir neste conceito de CPUL, terão como base a informação contida nos Instrumentos de Gestão do Território atualmente em vigor para o concelho de Évora, designadamente o Plano de Urbanização de Évora (PUE) e o Plano Diretor Municipal de Évora (PDME), particularmente no que diz respeito ao zonamento e qualificação do solo e às diversas componentes da estrutura ecológica municipal.

3.2.1. Determinação das áreas a afetar à componente produtiva da paisagem

A delimitação da “Componente Produtiva da Paisagem” consistirá na determinação das áreas com potencial agrícola em Espaço rural e urbano, abrangendo a Cidade de Évora e o espaço rural contíguo. Para atingir este objetivo recorre-se a informação proveniente do modelo de ordenamento preconizado pelo PDME e PUE e à potencialidade agrícola dos solos, tendo-se considerado as seguintes áreas para a sua determinação:

1º. AREAS SELECCIONADAS COM BASE NO MODELO DE ORDENAMENTO

Nesta primeira fase selecionam-se as áreas a integrar na “Componente Produtiva da Paisagem” com base no modelo de ordenamento.

PDME - O solo classificado como rural, ocupa a maior parte do território concelhio. As suas funções principais são as de salvaguardar, proteger e valorizar o património natural e construído, assim como, a utilização sustentada dos recursos naturais associados, nomeadamente, solo, água recursos minerais, faunísticos e vegetais. Para além das preocupações ambientais e patrimoniais, o modelo de classificação adotado pelo PDME para o solo rural (Quadro 2) teve em consideração a dimensão da propriedade, originando uma qualificação do solo distribuída pelas seguintes categorias e subcategorias de espaço:

ESPAÇOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	Espaços Rurais Envoltentes da Cidade de Évora		
	Espaços de Pequena Propriedade		
	Espaços de Média e Grande Propriedade	<i>Áreas Agrícolas e Florestais Indiferenciadas</i>	
		<i>Zonas Agrícolas de Regadio</i>	
	<i>Zonas de Proteção ao Aquífero de Évora</i>		
ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA			
ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS			
ESPAÇOS DESTINADOS A INFRAESTRUTURA S E EQUIPAMENTOS	Infraestruturas	<i>Parque de antenas e telecomunicações</i>	
		<i>Estação de tratamento</i>	
		<i>Subestação elétrica</i>	
	Áreas Especiais de Comércio e Equipamentos	<i>Espaços de comércio de média e grande extensão;</i>	
		<i>Unidades desportivas e turísticas e áreas complementares;</i>	
		<i>Aeródromo;</i>	
		<i>Expo Évora;</i>	
		<i>Termas da Ganhoteira</i>	
		<i>Plataforma logística de apoio a estação de comboio de alta velocidade</i>	
	<i>Equipamentos Diversos</i>		
ESPAÇOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Zonas de Especial Valor Patrimonial		
	Zonas de Proteção das Bacias de Alimentação de Albufeiras		
	Espaços de Proteção da Avifauna		
	Zonas de Parada Nupcial das Abetardas		
	Áreas Envoltentes às Albufeiras de Águas Públicas		

Quadro 2: Organização das categorias e subcategorias do Solo Rural

Uma vez, que o objetivo desta componente de CPUL é delimitar um espaço produtivo, considerou-se que apenas os Espaços Agrícolas e Florestais (Figura 44) serão objeto de análise, sendo que, no âmbito desta categoria, apenas os Espaços Rurais Envoltentes da Cidade de Évora e de Espaços de Pequena Propriedade preenchem o critério de proximidade à cidade de Évora na determinação da vocação produtiva e, constituindo espaços especialmente vocacionados para o desenvolvimento de uma policultura mais ou menos intensiva.

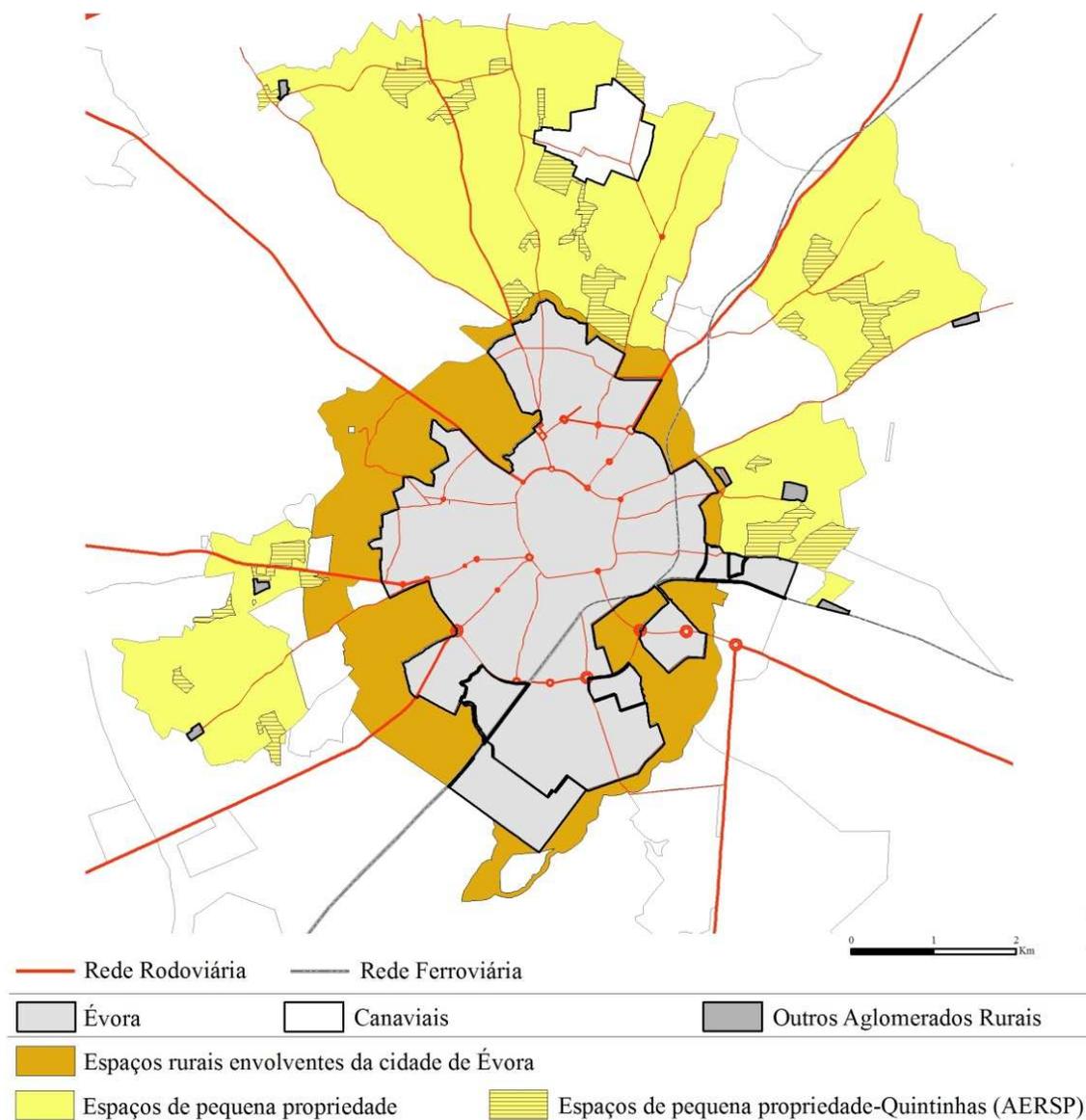


Figura 44: Espaços Agrícolas e Florestais selecionados
Fonte: Cartografia do PDME, 2008; Cartografia PUE, 2011

De acordo com o regulamento do PDME, enunciamos a caracterização dos espaços escolhidos:

Espaços Rurais Envolventes da Cidade de Évora: Desenvolvem-se em territórios contíguos ao perímetro urbano e asseguram a contenção do espaço urbano e, simultaneamente a manutenção da sua aptidão para a expansão, quer em termos de edificação, quer para alargamento de espaços verdes urbanos.

Além desta funcionalidade, devem ainda manter e valorizar a paisagem envolvente da cidade de Évora, bem como, as importantes estruturas rurais construídas que albergam, designadamente, todo o conjunto monumental do Aqueduto da Água da Prata / Forte de Santo António / Convento da Cartuxa / Convento de S. Bento de Castris.

No entanto, de acordo com o relatório que fundamenta a proposta de PDM o uso agrícola e florestal também é privilegiado, elegendo este, como um espaço em que esta atividade se poderá manifestar em hortas urbanas, viveiros e outros tipos de produções especializadas e de grande qualidade.

Espaços de Pequena Propriedade: Trata-se de um espaço desenvolvido na periferia dos aglomerados urbanos de Évora, Nossa Senhora de Machede, Azaruja, São Miguel de Machede e Vendinha, onde existe um número significativo de edificações dispersas, mas onde se pretende manter o carácter rural e o uso fundamentalmente agrícola, florestal e pastoril, assim como, as funções de proteção e valorização de recursos naturais e dos elementos patrimoniais existentes.

São solos agrícolas e florestais de alta e mediana fertilidade, com disponibilidade de água para rega, cujas características resultaram num espaço dividido em propriedades de pequena dimensão, de um modo geral com menos de 10 ha, usado no passado por pequenos agricultores que cultivavam hortas, vinhas, pomares e pequenos ferragiais e onde atualmente, os novos residentes não desenvolvem a potencialidade agrícola associada a este espaço uma vez que pretendem sobretudo viver no “campo” e desempenhar a sua atividade profissional na cidade.

De acordo com o modelo de ordenamento preconizado pelo PDME, a ruralidade associada a estes espaços é mantida com regras que contrariam o parcelamento em pequenas propriedades edificáveis assegurando que a edificação não se transforme numa densificação tal, que implique a instalação de infraestruturas. De acordo, com a primeira revisão do PDME, em 2008 a admissão de nova construção para habitação e instalações de apoios à atividade agrícola é apenas de admitir em propriedades com área superior a 7,5 ha, no entanto são reconhecidas duas situações de exceção:

- Nos Espaços de pequenas propriedades pertencentes a uma malha cadastral estabilizada anteriormente a 1985, correspondentes a pequenas quintas onde a construção de habitação é permitida. Esta exceção, foi revista em 2010 com a alteração por adaptação ao PROT-Alentejo, passando estas propriedades a ter de possuir uma área mínima para admissão de

construção para habitação (2 ha para as freguesias de Canaviais, Bacelo e Malagueira e 4 ha para as restantes freguesias)

- Nos 20 “Conjuntos de Quintinhas” em que 50% das propriedades estão edificadas, permitido a edificação nas restantes parcelas nelas integradas. Esta medida teve como objetivo travar o crescimento periurbano que resultou de parcelamentos rurais em propriedades de 5 000 m² (área mínima de parcela em terreno de regadio) cujo objetivo era satisfazer a procura de lotes para construção de habitação isolada.

PUE – O solo classificado como urbano encontra-se regulamentado para a Cidade de Évora pelo Plano de Urbanização. Neste sentido, com base no regulamento e na Planta de Zonamento selecionaram-se as áreas correspondentes a espaços zonados como expansão Habitacional, Industrial, Terciária e de Equipamentos, que ficarão afetas a processos de complementaridade entre edificação e áreas de produção comunitária. Consideraram-se ainda as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que, de acordo, com o modelo de ordenamento preconizado no PDME e PUE são consideradas como estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento da Cidade.

PDME (Canaviais) – Da análise das áreas selecionadas nos passos anteriores concluiu-se que a área urbana dos Canaviais, situada a norte da cidade, deverá ser incluída na delimitação do espaço produtivo uma vez que estabelece a continuidade no interior de toda a mancha do Espaços de pequena propriedade. Neste sentido, com base na planta de ordenamento do aglomerado urbano de Canaviais, constante no Plano Diretor Municipal (PDME) selecionaram-se as áreas zonadas como expansão habitacional e de equipamentos propostos.

2º. DETERMINAÇÃO DAS ÁREAS POTENCIALMENTE AGRICOLAS

Uma vez selecionados os espaços rurais e urbanos que, de acordo com a caracterização e organização do solo conferida pelo PDME e PUE, possuem potencial para integrarem um corredor produtivo contínuo, procurou-se determinar as áreas coincidentes com solos potencialmente agrícolas. Neste sentido, não se considerou a RAN delimitada para o concelho, uma vez que não existe no interior dos perímetros urbanos. Optou-se por elaborar uma nova delimitação dos solos com potencial agrícola, tendo por base a atual legislação da RAN e os dados cartográficos existentes, uma vez que a carta de solos e a carta de capacidade de uso do solo possuem informação para a maior parte do espaço urbano da cidade de Évora e canaviais. Neste sentido, com base decreto-lei 73/2009 de 31 de março e, uma vez que não existe para o concelho de Évora informação cartográfica relativa à classificação da aptidão das terras baseada na metodologia recomendada pela FAO, a seleção dos solos com potencial agrícola deve ter por base os critérios alternativos definidos na atual legislação, tendo por base a carta de capacidade de uso do solo, que classifica os solos de acordo com a metodologia definida pelo ex-Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (CNROA) e a carta de solos.

A determinação destes espaços com potencial agrícola foi elaborada para uma área envolvente dos espaços selecionados nos pontos anteriores (espaço urbano e rural- cidade de Évora, Canaviais, Espaços de pequena propriedade e Espaços envolventes da cidade de Évora) consistiu, em termos práticos, na seleção dos solos seguintes e posterior junção numa mancha única transversal ao espaço rural e urbano (figura 45):

• CARTA DE CAPACIDADE DE USO DO SOLO

As áreas com solos das classes de capacidade de uso (Quadro 3):

- A —capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, suscetíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações;
- B —capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão moderados, suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações;
- CH —apresentam excesso de água ou uma drenagem pobre, que constitui o principal fator limitante da sua utilização ou condicionador dos riscos a que o solo está sujeito em

resultado de uma permeabilidade lenta, de um nível freático elevado ou da frequência de inundações;

As áreas em que as classes referidas anteriormente sejam representadas em maioria, quando em complexo com outras classes.

As áreas em que as classes de capacidade de uso do solo referidas anteriormente estão representadas em complexos de igual proporção com outras classes, coincidem com classes de solos que integram a RAN.

As áreas em que as classes de capacidade de uso referidas anteriormente estão representadas em complexos de igual proporção com outras unidades de solo, coincidem um uso agrícola na carta de uso do solo.

CLASSES DE CAPACIDADE DE USO	CLASSES DE CAPACIDADE DE USO EM COMPLEXO COM OUTRAS CLASSES	
A 10,0,0	A+Bh 7,3,0	Bs+Ce 6,4,0
Bh 10,0,0	A+Bs 5,5,0	Bs+Ce 7,3,0
Bs 10,0,0	A+Bs 6,4,0	Bs+Ch 7,3,0
Ch 10,0,0	Be+Bs+A 3,3,4	Bs+Cs 5,5,0
	Bh+A 6,4,0	Bs+Cs 6,4,0
	Bh+Bs 5,5,0	Bs+Cs 7,3,0
	Bh+Bs 7,3,0	Bs+Cs 8,2,0
	Bh+Bs 8,2,0	Ch+Bh 6,4,0
	Bh+Ch 5,5,0	Ch+Bh 7,3,0
	Bh+Ch 6,4,0	Ch+Bh 6,4,0
	Bh+Ch 7,3,0	Ch+Cs 5,5,0
	Bs+A 6,4,0	Ch+Cs 6,4,0
	Bs+Be 6,4,0	Ch+Cs 7,3,0
	Bs+Be 8,2,0	Ch+Cs+Bh 3,3,4
	Bs+Bh 6,4,0	Ch+Dh 5,5,0
	Bs+Bh 7,3,0	Ch+Dh 7,3,0
	Bs+Ce 5,5,0	Cs+Ch+Bh 4,3,3

Quadro 3 Classes de capacidade de uso selecionadas na área de intervenção

• **CARTA DE SOLOS**

As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais (Quadro 4):

- As áreas em que as unidades de solos referidas anteriormente sejam maioritariamente representadas, quando em complexo com outras unidades de solo.
- As áreas em que as unidades de solos referidas anteriormente estão representadas em complexos de igual proporção com outras unidades de solo, são coincidentes com classes de solos que integram a RAN.
- As áreas em que as unidades de solos referidas anteriormente estão representadas em complexos de igual proporção com outras unidades de solo, e correspondem a um uso agrícola na carta de uso do solo.

SOLOS DE BAIXAS ALUVIONARES E COLUVIONARES	UNIDADES DE SOLOS DE BAIXAS ALUVIONARES E COLUVIONARES EM COMPLEXO COM OUTRAS UNIDADES		
A 10,0,0	A(h)+Ca 5,5,0	Al+Al(h) 5,5,0	Sb+Pgm 7,3,0
A(h) 10,0,0	A(h)+Ca 6,4,0	Al+Arg 7,3,0	Sb+Pmn 7,3,0
A(h)+A 6,4,0	A(h)+Ca 7,3,0	At(p)+At 6,4,0	Sb+Pvx 7,3,0
A(h)+A+Al 5,3,2	A+A(h) 5,5,0	Sbl(h)+Atl+Sbl 5,3,2	Atl+Arg 7,3,0
A(h,i) 10,0,0	A+A(h) 7,3,0	Sbl(h)+Cal 6,4,0	Sbl(a) 10,0,0
Al(i) 10,0,0	A+Al 7,3,0	Sbl(h)+Cal 7,3,0	Sbl(h)+Pg(h) 6,4,0
At 10,0,0	A+Arg 8,2,0	Sbl(h)+Pg(h) 7,3,0	Sbl(h)+Pg(h) 7,3,0
Sbl(a,h) 10,0,0	A+Arg 9,1,0	Sb(a)+Sb(h) 7,3,0	Sbl(h)+Pmh+Cal 5,3,2
Sbl(a,p) 10,0,0	Al(h)+A(h) 7,3,0	Sb(h)+A(h) 6,4,0	Sb+Ca+Cac 5,3,2
Sbl(h) 10,0,0	Al(h)+Al 6,4,0	Sb(h)+Ca 6,4,0	Sbl+Pg 6,4,0
Sb 10,0,0	Al(h)+Sbl(h) 6,4,0	Sb(h)+Ca 7,3,0	Sbl+Pg+Arg 6,3,1
Sb(h) 10,0,0	Sbl(h)+Pg(h)+Pmh 4,3,3	Sb(h)+Ca 8,2,0	Sbl+Pgm 6,4,0
Sbl 10,0,0	Al+A(h) 6,4,0	Sb(h)+Cd 6,4,0	Sbl+Pmh 7,3,0
	Al+A(h) 7,3,0	Sb+Ca 7,3,0	Sbl+Pmh 8,2,0

Quadro 4 Unidades de solos de baixas aluvionares e coluvionares selecionadas na área de intervenção

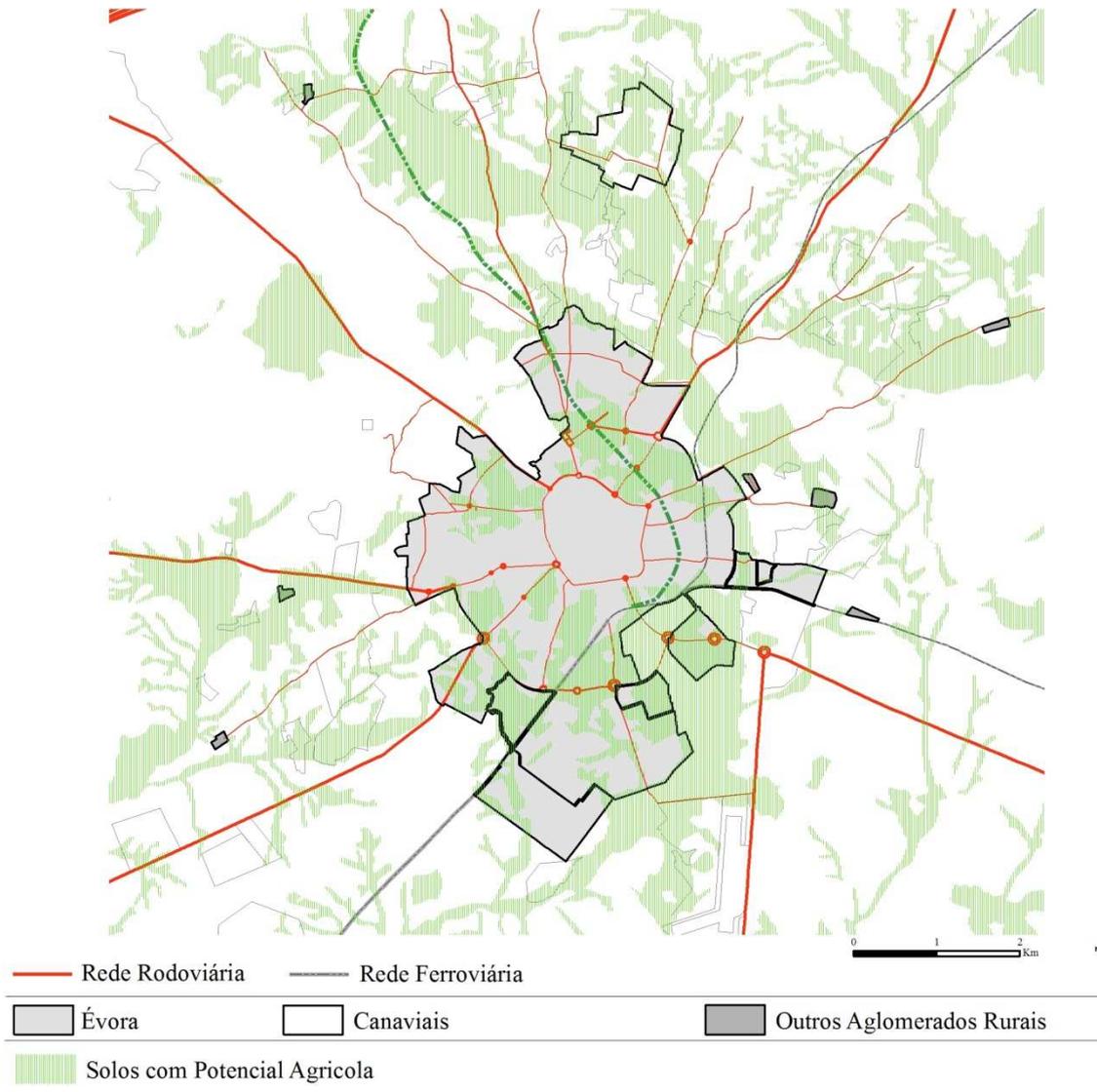


Figura 45: Solos com Potencial Agrícola
Fonte: Carta de solos e Carta de capacidade de uso do solo

3º. DELIMITAÇÃO DA COMPONENTE PRODUTIVA DA PAISAGEM

De acordo com o método de delimitação proposto para o caso de estudo de Évora, as áreas que segundo o modelo de ordenamento estão vocacionadas para o aproveitamento agrícola em solo rural, acrescidas das áreas de expansão não ocupadas no interior do solo urbano da cidade de Évora e da área urbana de canaviais, quando conjugadas com a mancha de solos com potencial agrícola constituem parte da “Componente Produtiva da Paisagem” (Figura 47). Considera-se que a componente produtiva encontra a sua delimitação final, acrescentando à área anterior, as hortas urbanas comunitárias recentemente criadas em



Figura 46: Hortas urbanas de Santo António
Créditos fotográficos: Autor, 2012

Évora e já parcialmente consideradas por via da potencialidade dos solos conjugada com o zonamento do solo urbano.

As hortas de Santo António (Figura 46), dada a sua localização, funcionam como um elemento catalisador de uma atitude de apropriação do solo urbano para fins produtivos. A relação de proximidade com o centro-histórico, verdadeira centralidade de Évora, imprime na paisagem o reavivar de uma relação histórica de séculos. No entanto, é para a história mais recente, e para isso basta recuar umas décadas, o estabelecer da mediação entre uma vida rural recentemente abandonada e a vida urbana (Magalhães, 1996). A sua implementação por parte da CME e a continuada afluência por parte dos “novos” hortelãos, gera confiança para uma aposta em soluções que não só incorporem necessidades elementares do homem, como criem boa qualidade ambiental na cidade.

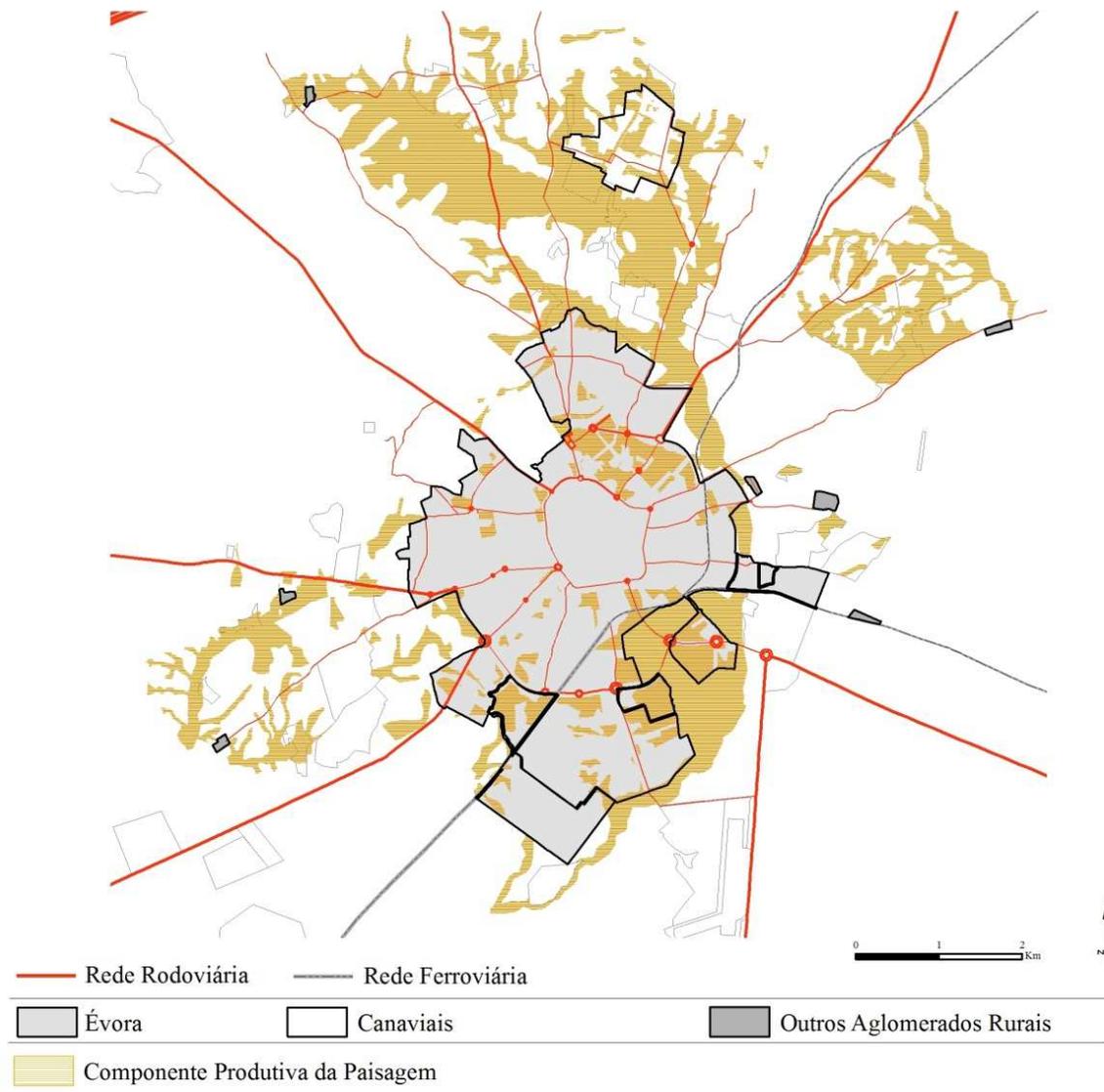


Figura 47: Componente Produtiva da Paisagem a afetar às CPULs

3.2.2. Determinação das áreas a afetar à componente contínua da paisagem

1º. ÁREAS SELECIONADAS COM BASE NA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A delimitação da “Componente Contínua da Paisagem”, integrante da CPUL, visa encontrar uma rede de espaços que estabeleçam a continuidade entre manchas de “Paisagem Produtiva” já delimitadas em espaço urbano e espaço rural (Figura 48).

Tendo mais uma vez como base os IGT`s em vigor para o concelho de Évora, considerou-se que a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), sendo uma organização espacial da paisagem que integra as áreas e sistemas que, pelas características intrínsecas, ou pelo facto de constituírem o suporte físico de processos ecológicos, são fundamentais à sustentabilidade do território e das populações que dele dependem, preenche os objetivos necessários à delimitação desta componente das CPULs.

A Estrutura Ecológica Municipal constitui um instrumento de planeamento orientado no sentido da compatibilização da salvaguarda dos recursos e sistemas naturais com o desenvolvimento socioeconómico do território, pondo em prática os princípios da sustentabilidade. A sua delimitação tem por base, as características ecológicas e culturais da Paisagem, algumas condicionantes legais que fazem parte do Plano Diretor Municipal nomeadamente Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e áreas classificadas para a conservação da natureza e da biodiversidade de importância nacional e internacional.

A Estrutura Ecológica Municipal para o concelho encontra-se definida no Anexo V “Estudos de caracterização do território” que acompanha o PDME corresponde, no território do concelho, aos seguintes sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos essenciais à sustentabilidade ambiental (Quadro 5):

ZONA COM INTERESSE NACIONAL E INTERNACIONAL, PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Rede Natura 2000
	Zonas com elevado valor natural
ZONAS COM INTERESSE REGIONAL OU LOCAL, PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	Principais Linhas de Água e Respetivas Galerias Ripícolas
	Manchas mais Importantes de Montados de Azinho, de Sobro e Mistos
	Matos, Bosques Termófilos e Ecossistemas Rupícolas
	Zonas com Especial Importância para a Conservação de Aves “Estepárias”
ZONAS DE ENQUADRAMENTO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO	
ESTRUTURA VERDE URBANA	
OUTRAS ZONAS INDISPENSÁVEIS À CONSERVAÇÃO DE RECURSOS E À REGULAÇÃO DOS PROCESSOS BIOFÍSICOS QUE PERMITEM O DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DAS ATIVIDADES HUMANAS	Zonas com Recursos Significativos <i>(restantes montados, RAN, Albufeiras e respetivas faixas de proteção bacias drenantes para as albufeiras de abastecimento publico)</i>
	Zonas Também Fundamentais para o Equilibrado Funcionamento dos Processos Biofísicos
	Zonas em que se Detetam Elevados Riscos de Instabilidade, de Degradação e/ou de Insegurança <i>(Linhas de água secundárias e respetivas galerias ripícolas, Cabeceiras de linhas de água, Zonas ameaçadas pelas cheias, Zonas correspondentes a aquíferos fortemente suscetíveis à poluição, Zonas com elevado ou muito elevado risco de erosão)</i>
	Outras zonas que Enquadram, Reduzem Impactes Negativos e Compensam Disfunções <i>(Zonas afetadas por exploração de inertes e pela sua transformação e Zonas de enquadramento e valorização das principais infraestruturas e de estruturas em espaços rurais.)</i>

Quadro 5: Componentes da Estrutura Ecológica Municipal
Fonte: PDME, 2008 (adaptado)

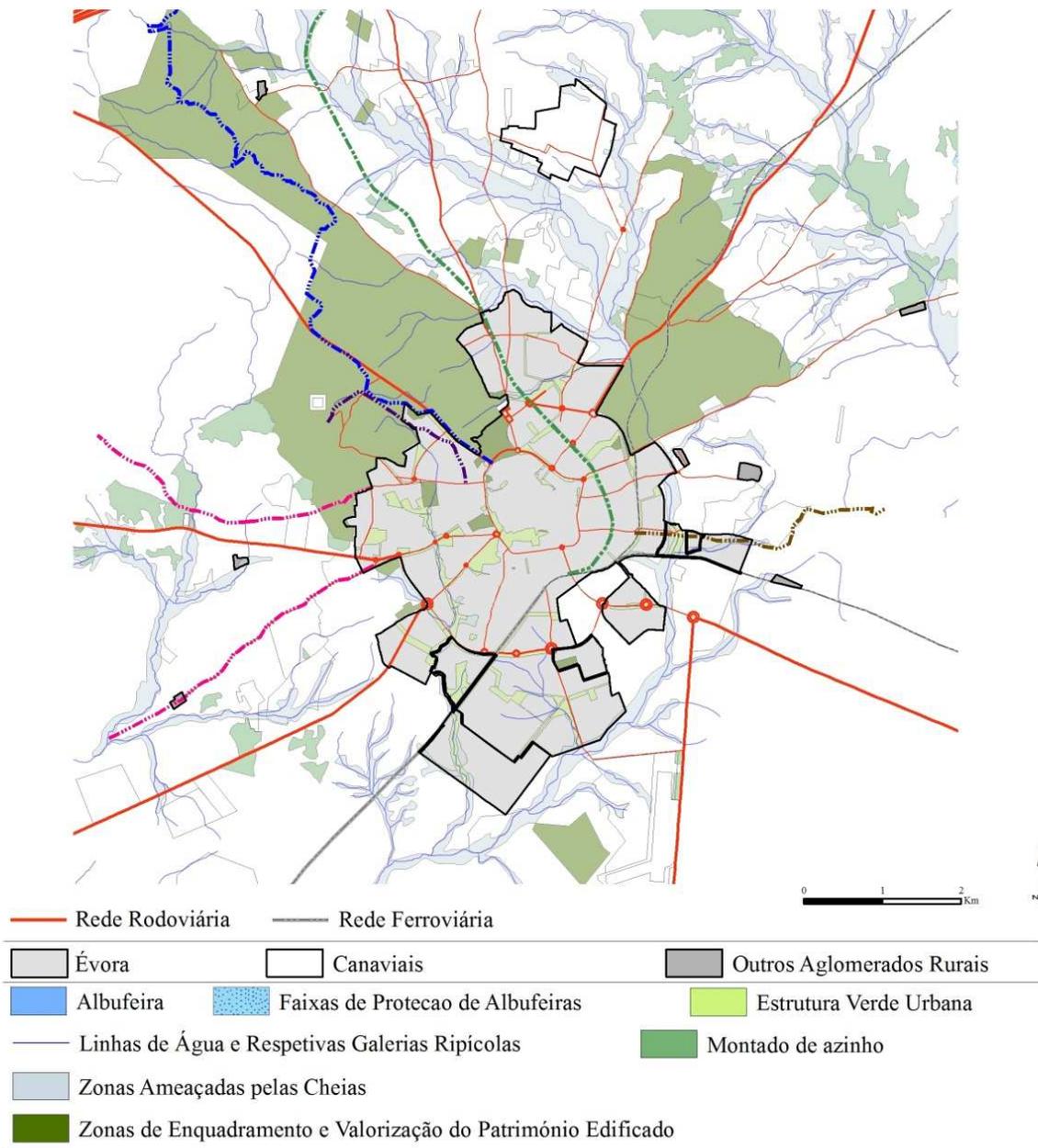


Figura 48: Sistemas Fundamentais da Estrutura Ecológica Municipal a afetar à Componente Contínua da Paisagem

Fonte: Cartografia do PDME, 2008

Com base nesta informação seleccionaram-se as manchas correspondentes aos sistemas fundamentais que estabelecem o contacto com a “Paisagem Produtiva” (Figura 49) e eliminaram-se as manchas correspondentes a áreas de RAN, uma vez que se sobrepõem em solo rural com as áreas potencialmente agrícolas já determinadas na fase anterior.

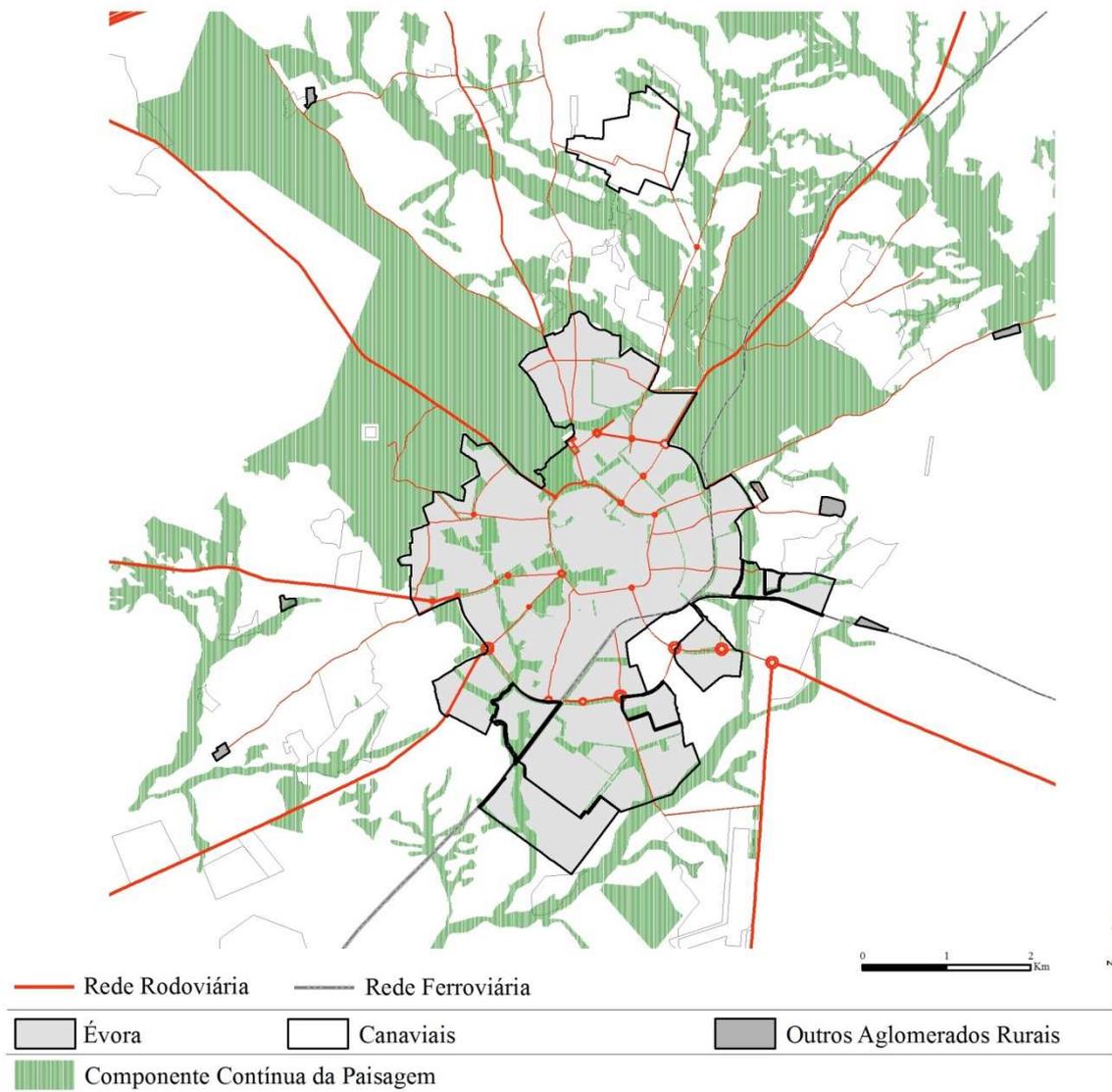


Figura 49: Componente Contínua da Paisagem a afetar às CPULs

2º. PERCURSOS AMBIENTAIS E ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL EXISTENTES:

A componente “Paisagem contínua” é ainda valorizada pela integração dos Percursos Ambientais de Évora (Figura 50), que constituem uma rede de itinerários com cerca de 100 Km que percorrem o concelho e permitem a interligação entre a cidade e a riqueza monumental, natural e cultural do espaço rural envolvente.

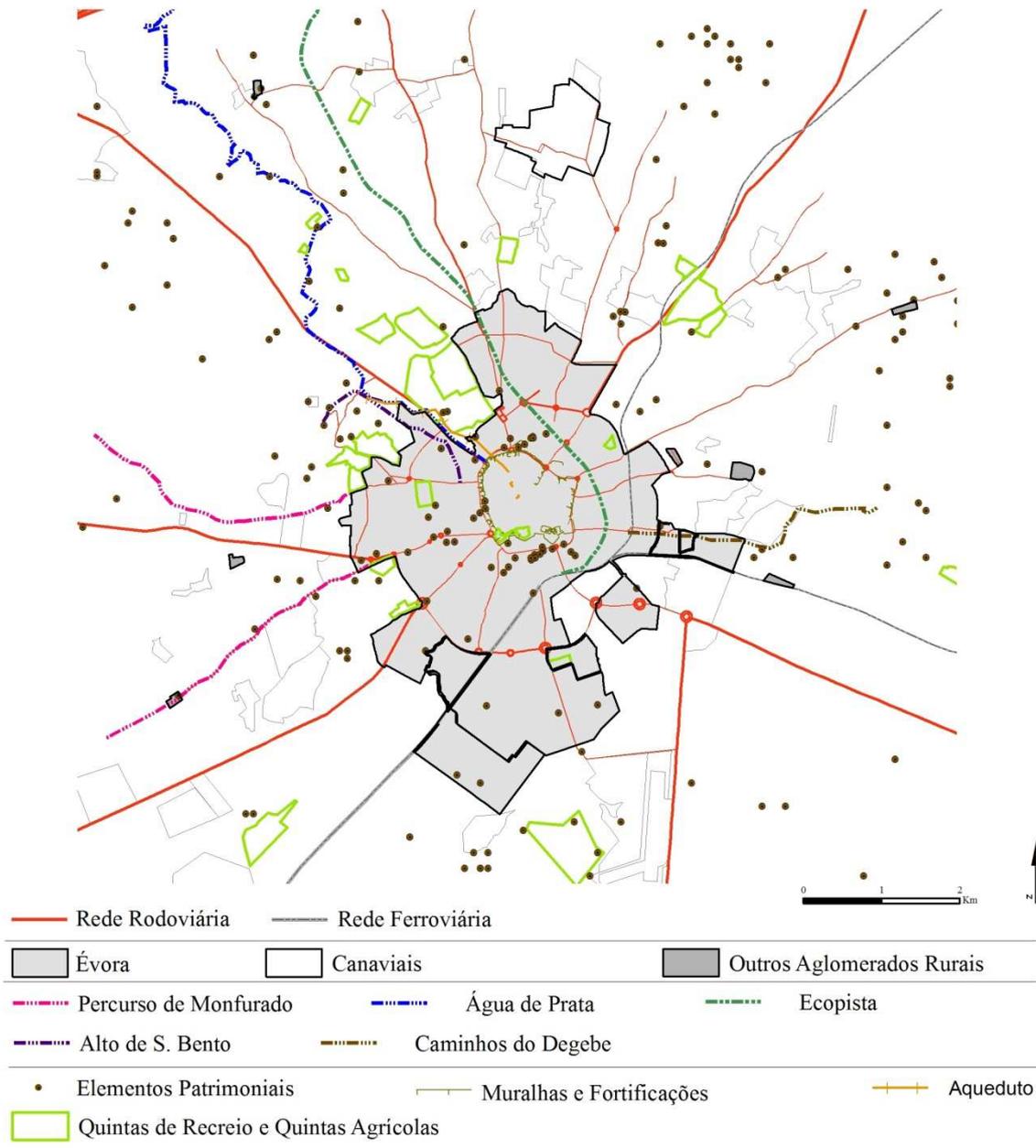


Figura 50: Percursos ambientais e valores patrimoniais que integram a Componente Contínua da Paisagem

Fonte: Cartografia do PDME, 2008

Estão implantados sobre ferrovias desativadas, antigos caminhos públicos ou ao longo do aqueduto e destinam-se a utilização não motorizada. A existência destes itinerários será determinante para gerar uma futura rede circuitos que, interliguem as CPULs, intensificando o seu nível de utilização e, estabelecendo a comunicação entre cidade e campo. Os valores patrimoniais existentes, apenas em parte associados aos percursos ambientais, deverão funcionar como elementos de referência na paisagem.

3.2.3. Áreas afetadas à componente produtiva e contínua da paisagem para a construção de CPULs

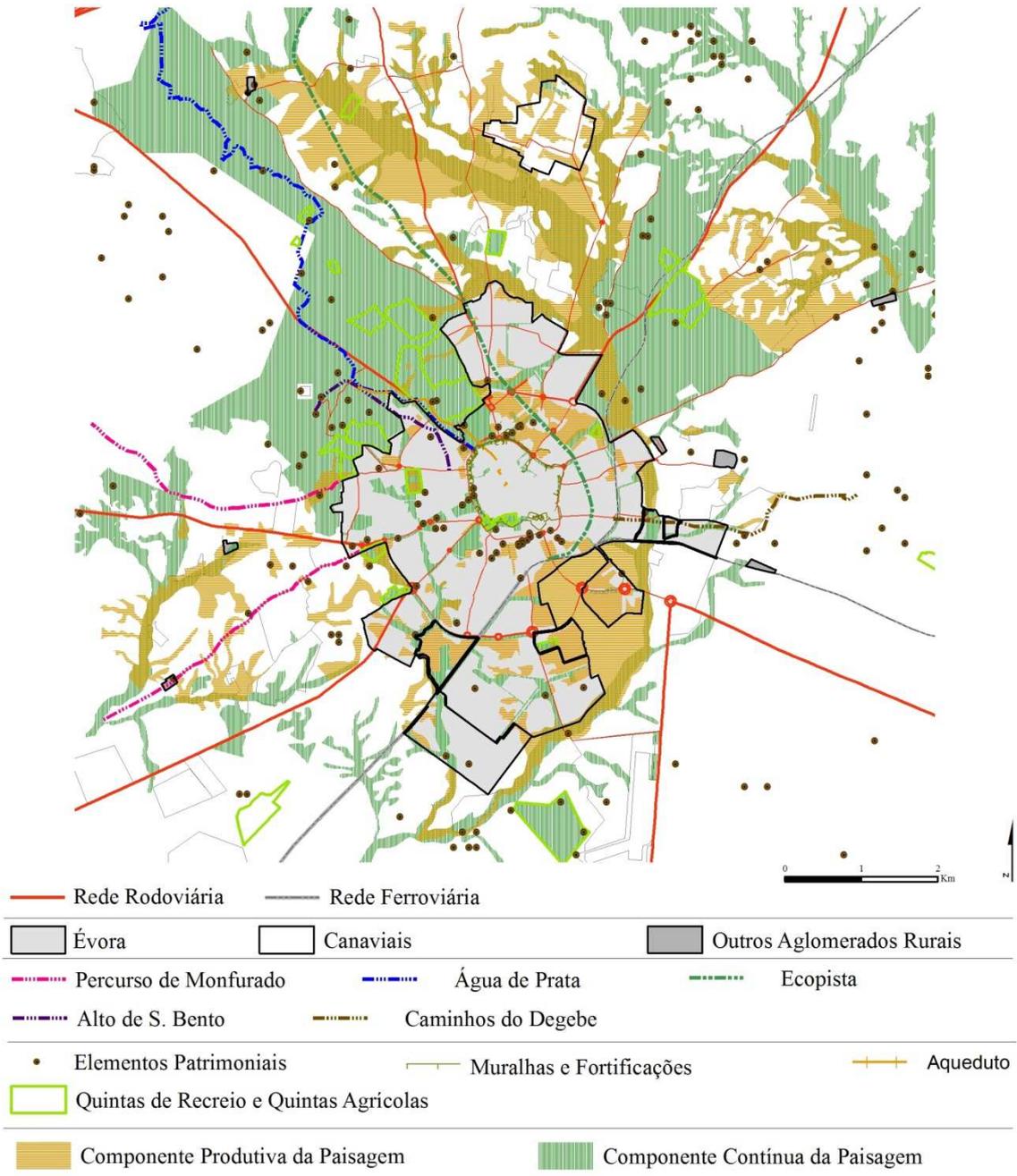


Figura 51: Áreas a afetar à construção de CPULs

Após a determinação das áreas afetadas à componente produtiva e à componente contínua da paisagem, podemos afirmar que, a conjugação das duas determina quais as áreas a afetar para a construção de CPULs na cidade de Évora (Figura 50).

Para o fazer, tomámos por opção, considerar a informação de base proveniente dos IGT's do concelho, a qual, entendemos ter sido essencial para assegurar que a valência biofísica e paisagística do território pudessem ser devidamente incorporadas na determinação das referidas áreas. Entendemos igualmente que, o nível de informação a considerar deverá ser flexível, e que, independentemente da metodologia e/ou critérios que a possam determinar, deverão sempre prevalecer os fatores de ordem ecológica da paisagem.

A delimitação que apresentamos, poderá funcionar como ferramenta orientadora para a fase consequente, determinada por uma atitude projetual que garanta a materialização da rede de espaços contínuos que farão a ligação entre o espaço urbano e o espaço rural. Haverá também áreas da cidade consolidada que, não tendo sido consideradas para a determinação das componentes acima referidas, poderão, se assim se vier a considerar, em fase de desenho de projeto, integrar as CPULs.

André Viljoen e Katrin Bohn consumaram a sua visão de CPUL com as Leisurescape, possibilitando não só, uma construção de base eco-sistémica para a paisagem, mas também uma resposta que enquadre os anseios e expectativas das diferentes comunidades que a elas recorrerão.



Figura 52: Paisagem Contínua e Paisagem Produtiva Combinadas.
Leisurescape - Munton Road, Southwark, London.
Fonte: Viljoen (2005)

Por isso, deverá responder não só às necessidades produtivas, mas construir espaços que permitam usufruir a vida no exterior, na rua, nos parques, nos campos de jogos, potenciando atividades como o passeio, a estadia, o desporto, a leitura, etc. Todas estas e muitas outras

atividades que se podem praticar ao ar livre, podem também ser acompanhadas por fruta ou vegetais acabados de colher.

3.2.4. Soluções ilustrativas de espaços contínuos produtivos e recreativos para a cidade de Évora:



Figura 54: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Urbanização do Monte dos Clérigos, Évora.



Figura 53: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Espaço aberto entre a av. Dinis Miranda e a rua Diana de Lis, Évora.



Figura 55: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Espaço aberto da ribeira de Alpedriche, Évora.



Figura 56: Paisagem Contínua Produtiva. Leisurescape – Urbanização da Tapada do Matias, Évora.

4. CONCLUSÃO

Até próximo do fim da Idade Moderna o processo de humanização da paisagem manteve uma harmoniosa relação de complementaridade entre cidade e campo. As diferentes comunidades que, em diferentes períodos da História Humana ocuparam a região do mediterrâneo e a Europa Ocidental, sempre conheceram e reconheceram a necessidade de reciprocidade entre funções urbanas e rurais. A distinção entre citadino e campesino, ilustrativa de diferenciação social e da dicotomia prevalecente, assentou sob o reconhecimento da elementar importância que a prática de atividades agrícolas tinha para a construção das sociedades urbanas.

Verificámos que os limites que determinavam a dicotomia entre urbano e rural, não eram só de ordem social e económica ou marcados pelo estilo de vida do citadino e do campesino, mas também por limites de ordem física, marcados pela presença de muralhas defensivas. Ainda assim, viver na cidade e trabalhar no campo fazia parte do quotidiano, fornecer alimentos à cidade provenientes dos campos que lhe eram envolventes era uma constante, gerar novas atividades provenientes da atividade agrícola, como é o caso do trabalho artesanal, era uma necessidade. A vivência cidade campo gerava uma obrigatória complementaridade⁶⁵ que encontrava na dicotomia o fortalecimento para a sua relação. Concluimos que a preocupação de gerar sistemas de exploração equilibrados, não colocando em causa a manutenção dos sistemas naturais, a racionalidade no dimensionamento das cidades e a proximidade dos campos de cultivo, foram fórmulas que, determinaram para este período da humanização da paisagem, o equilíbrio da relação cidade / campo.

Uma relação que inicia o seu processo de deterioração no final do século XVIII. Verificámos que o progresso industrial e tecnológico, que ocorreu no final da Idade Moderna, veio introduzir pesadas alterações na simbiose que até então se reconhece. Os campos começaram a ser abandonados e os velhos equilíbrios ficaram comprometidos. O impacto urbano/industrial que se intensificou no século XIX fez crescer e nascer cidades que atingiram índices populacionais que o crescimento urbano fez por acompanhar e

⁶⁵ Da história de complementaridade há, no entanto, que reconhecer a existência de períodos “negros” que correspondem, entre outros, à exploração da integridade humana. Essas marcas culturais não foram aqui referenciadas mas, em grande medida, servem para explicar muita da capacidade de resposta que certas civilizações, nomeadamente a romana, na sua fase mais avançada, tinham para fazer face às crescentes necessidades das populações das cidades.

explorar, prosseguindo a política do “laissez-faire” do capitalismo fabril. As cidades deixaram de ser pontos de um mapa rural e passaram a ser extensões no território que, cada vez mais empurravam o campo para longe.

Verificámos que, no decorrer dessa expansão, as cidades criaram deprimentes condições habitacionais infligidas por problemas de higiene e insalubridade e que, as respostas encontradas não se motivaram pela possibilidade de aportar para o espaço urbano/industrial a componente ecológica, determinante para gerar qualidade ambiental, mas para fazer face a problemas sociais e de salubridade pública do homem urbano necessitado de contactar com a natureza do mundo rural. Não deixaram, no entanto, de ser essas as fórmulas que influenciaram de forma determinante o urbanismo e a arquitetura moderna. As soluções de Howard, Wright ou Corbusier são, antes de mais, paradigmas da cidade região. Embora com premissas substancialmente diferentes e, por vezes, nem tanto assim, acabaram por entender qual o papel que a cidade representa na mediação da relação com o campo, cabendo-lhe a responsabilidade de assegurar compromissos geradores de equilíbrio urbano e rural. Concluímos que a aplicação das soluções modernistas resultaram em grande medida em adulterações ou utilizações fragmentadas dos modelos e que por isso, a relação de harmonia que se propuseram atingir com a sua aplicação, ficou invariavelmente comprometida.

Igualmente constatámos que a situação portuguesa é paradigmática da utilização e sobreposição de modelos e da ausência de preocupação com a relação entre os processos edificatórios e a atividade produtiva.

A realidade é que o “progresso urbano” conduziu 2/3 da população europeia até às zonas urbanas e, a leitura da paisagem a dois tempos, do citadino e do campesino, não é mais do que uma falsa questão. E, por isso, dizemos que insistir na dicotomia é fugir à questão. A paisagem em que nos revemos é global, portadora de uma visão holística do território, integradora dos diferentes usos e das diferentes formas de ocupar o território. As cidades dos nossos dias são as da dispersão, apresentando-se perante o homem contemporâneo como estruturas espaciais erráticas, com constantes mutações na ocupação do seu solo, sem aparente nexos e de difícil apreensão sensorial. Como referem Patrick Geddes (in Fadigas, 2010), Ribeiro Telles (1994: 2003) e Pierre Donadieu (2006), habitar a cidade é habitar a região. O progresso urbano chamou a si a responsabilidade do desenvolvimento das sociedades mas, facilmente se refugiou em fatores quantitativos para justificar crescimento urbano. Os ritmos acelerados das vias rápidas e das estradas tecnológicas são eixos

estruturantes desse crescimento e o individualismo tornou-se uma conquista social que determina a sociedade. Os processos socio-económicos, culturais, estéticos e ambientais do local enfrentam a pressão da escala global e, portanto, a agricultura e os processos inerentes à atividade produtiva são, no geral, respostas de uma economia globalizada que insiste em percorrer um caminho de impossível sustentabilidade.

Acreditamos, no entanto, que as tensões criadas não são mais do que espaços de reflexão para a procura de caminhos que defendam uma nova qualidade de vida. Concluimos que muitos indivíduos e grupos organizados já a procuram. Existem comunidades que, reconhecem em grande medida os problemas da era global e estão despertas tanto para os fatores ambientais e estéticos da sua paisagem, como para a qualidade dos produtos e bens de consumo a que acedem. Perseguem o paradigma da construção de uma cidade mais sustentável, de um campo mais ativo e, conseqüentemente, de uma paisagem mais equilibrada.

A cidade deverá ser decisiva na procura de soluções alimentares para os seus cidadãos. Deverá oferecer o que é urbano e o que é rural. A cidade deverá ser mesclada. Citadino e campestre, unidos numa nova identidade. Perspetivamos essa realidade para o homem pós-moderno, necessitado de reavaliar o percurso que o afastou da elementar tarefa de produzir os seus próprios alimentos e o colocou no caminho de uma crescente urbanidade. Assumimos a agricultura urbana como o elemento mediador dessa reavaliação. A “redescoberta” da agricultura urbana, essencialmente na forma da horta, está a despertar consciências e a fazer acontecer sucessivos episódios numa sociedade que parece mais preocupada com o que realmente é elementar e isso, gera uma fonte de esperança por um futuro mais promissor. Para isso constituímos uma fundamental esperança no papel da comunidade para assumir, em conjunto com a governância, o papel que dela se espera, da criação de um futuro próspero e respeitador do território que habita.

O campo será elemento determinante neste contexto. Acreditamos que se assumirá como espaço para novas experimentações, baseadas em novas demandas da sociedade urbanizada, mas que, ao invés de procurar apenas consumir um produto, procurará fazer parte dele.

CPULs, Food Urbanism ou Campo Urbano são as novas visões que, tal como os visionários do urbanismo modernista, apontam o caminho para esse futuro mais promissor. A utopia visionária, em momentos de crise, facilmente se pode confundir com a realidade e, na sua implementação, as diferentes formas que a vertente produtiva da terra assume, poderão e deverão estar associadas a processos de proteção e recreio da paisagem que, para além de

garantirem segurança alimentar, o podem fazer garantindo, igualmente, a proteção dos recursos naturais e o usufruto das virtudes da vida no exterior. Garantir às sociedades urbanizadas Paisagens Contínuas Produtivas é, não só repensar a sua urbanidade, mas também repensar a construção da paisagem.

O estudo de caso que apresentámos foi encarado como uma oportunidade para demonstrar como o espaço urbano, carregado de simbolismos que afastam o homem da sua “natureza”, pode ser ele o elemento catalisador para a reaproximação simbólica, física e ecológica ao campo. As áreas que delimitámos para a construção de Paisagens Contínuas Produtivas para a cidade de Évora e o exemplos que apresentámos para a construção de espaços abertos urbanos, são representativos da nossa visão de continuidade entre espaço urbano e espaço rural, numa atitude de procura da complementaridade entre as diferentes valências que os caracterizam. A almejada multifuncionalidade que se procura ver refletida na paisagem, passa, em nosso entender, por construir um conjunto de pequenos processos, sistemas ou nichos que, de forma isolada ou conjunta, interajam com o todo. Será na manutenção e intensificação desses processos que o Homem se reverá no conceito multifuncional da paisagem que não pode ser encarado como o fim, mas como um caminho que constantemente se terá de percorrer e ajustar. Concluímos dizendo que, recuperar a complementaridade na relação cidade / campo não é obrigatoriamente o único caminho a escolher mas será à partida, um caminho mais sustentável que o percorrido no último século.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, José; PACHECO, Pedro (1999) – **Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles, em Documentos de Arquitetura DA03**. Lisboa: Edição Associação de Estudos Documentos de Arquitetura (AEDA), (2000).

ARRABAÇA, Pedro (2003) – **Formas Urbanas na Cidade Construída: Agualva-Cacém, 1953 – 2001**. Universidade de Lisboa : Centro de Estudos Geográficos. (Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano). ISBN 972-636-140-0.

BARATA, F; MASCARENHAS, J.M. (2002) – **Preservando a memória do território: O Parque cultural de Tourega/Valverde**. Évora: Edição CEEM. ISBN 972-778-041-5

CABRAL, Francisco Caldeira (1993) – **Fundamentos da Arquitectura Paisagista**. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza. ISBN 972-8083-12-2.

CALDAS, Eugénio Castro (1994) – **Evolução da Paisagem Agrária**. In: **Paisagem**. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU)

CARAPINHA, AURORA (1995) – **Da Essência do Jardim Português**. Universidade de Évora: s. e, Vol. 1. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem.

CASCAIS, MARIANA (1993) – **A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços – O Caso Particular do Alentejo**. Universidade de Évora: s. e., Vol. 1. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia Rural e Urbana.

CARVALHO, Jorge (1990) – **Évora, Administração Urbanística**. Évora: Câmara Municipal. ISBN 972-95112-6-8.

CARVALHO, Jorge (2003) – **Ordenar a Cidade**. Coimbra: Editora Quarteto. ISBN 972-8717-60-1.

CORBUSIER, Le (1995) – **Maneira de Pensar o Urbanismo**. Mem Martins: Publicações Europa América. 3ª edição.

CANCELA d'ABREU, Alexandre et al. (2004) – **Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental**. Lisboa: Direcção Geral do

Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Vol. 1. ISBN 972-8569-28-9.

CAOP – Continente (WMS) (2012) - **Carta Administrativa Oficial de Portugal**. Instituto Geográfico português.

CUENCA TORÍBIO, José Manuel. (1992) - **História Universal – da Pré-história ao Império Bizantino**. Grupo editorial Oceano, Vol. 1.

DOMINGUES, Álvaro (2006) – **Cidade e Democracia**. Lisboa: Editora Argumentum. ISBN 978-972-8479-39-8.

DOMINGUES, Álvaro (2011) – **Vida no Campo**. Porto: Dafne Editora. ISBN 978-989-8217-19-6.

DONADIEU, Pierre (2006) – **Campagne Urbane: una nuova proposta di paesaggio della città**. Roma: Donzelli Editore, (obra original em francês publicada em 1998). ISBN 88-7989-004-8.

FERRÃO, João (2000) – **Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro**. In: Sociologia, Problemas e Práticas, nº. 33, pp. 45 – 54.

FERRÃO, João (2002) – **Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais**. In: Lusotopie, pp. 151-158.

FERREIA, António F. (2005) – **Gestão Estratégica de Cidades e Regiões**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1133-0

GOITIA, Fernando Chueca (1996) – **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 4º edição.

GONZALEZ BERNARDEZ, F. (1981) – **Ecologia y Paisaje**. Madrid: H. Blume Ediciones. ISBN 84-7214-227-2

GRIMM, Jason (2009) – **Food Urbanism: a sustainable design option for urban communities**. Iowa State University.

JELLICOE, Geoffrey & Susan (1996) – **The Landscape of Man**. London: Thames and Hudson. ISBN 0-500-27819-9. 3ª edição.

LAMAS, José (2000) – **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição. ISBN 972-31-0903-4.

- MAGALHÃES, Manuela Raposo (1992) – **Espaços Verdes Urbanos**. DGOT.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo (1996) – **Morfologia da Paisagem**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa; Instituto Superior de Agronomia.
- MATOS, Rute (2011) – **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**. Universidade de Évora: s. e. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem.
- MENDES, Maria Clara (1990) – **O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia: Evolução e Tendências**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-0772-6.
- MUMFORD, Lewis (1991) – **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Brasil: Livraria Martins Fontes Editora, 3ª edição.
- MONTEIRO, Maria Filomena (2011) – **Sistema Monástico-Conventual e Desenvolvimento Urbano de Évora na Baixa Idade Média**. Universidade de Évora: s. e. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Doutor).
- NP 405–1 (1994) - **Norma Portuguesa Para Referências Bibliográficas**. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- PELT, Jean-Marie (1991) – **A Natureza Reconciliada**. Lisboa: Editora Gradiva. ISBN 972-662-197-6.
- PINTO-CORREIA, Teresa (2007) – **Multifuncionalidade da Paisagem rural: novos desafios à sua análise**. In: *Inforgo*, p. 67 – 71.
- PINTO-CORREIA, Teresa (et.al.) (2008) – **Que Multifuncionalidade na Paisagem rural: sinergias e conflitos entre a agricultura e funções não produtivas - aplicação ao concelho de Castelo de Vide**. Universidade de Évora: EPM/ICAM: Grupo Ecossistemas e Paisagens Mediterrânicos/Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas.
- PDME (2008) – **Regulamento n.º. 47/2008: Revisão do Plano Diretor Municipal de Évora (PDME)** - DR. 2ª Série, n.º. 18 de 25 de Janeiro de 2008. Évora: Camara Municipal de Évora (CME).
- PUE (2011) – **Aviso n.º- 12113/2011: Alteração ao Plano de Urbanização de Évora (PUE)** - DR. 2.ª Série, n.º. 107 de 2 de Junho de 2011. Évora: Camara Municipal de Évora (CME).

PREGILL, Philip; VOLKMAN, Nancy (1993) – **Landscapes in History: designing and planning in the western tradition**. New York: Van Nostrand Reinhold. ISBN 0-442-31804-9.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (1985) – **Para Além da Revolução**. Lisboa: Edições Salamandra.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (1994) – **Paisagem Global; um conceito para o futuro**. Iniciativa. (número especial)

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (1997) – **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 972-8288-74-3.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (2003) – **A Utopia e os Pés na Terra**. Lisboa: Instituto Português de Museus.

REGIONE LIGURIA (2007) – **Extramet: l’Espace Rural dans le Contexte de la Nouvelle Metropolisation**.

RIBEIRO, Orlando (1987) – **Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 5ª edição.

RODRIGUEZ LÓPEZ, Rosalía (2002) – **La agricultura como officium en el mundo romano**. In: Revue Internationale dês Droits de l’Antiquité XLIX. España: Universidad de Almería, p. 185 – 202.

ROSENAU, Helen (1988) – **A Cidade Ideal: Evolução Arquitectónica na Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1ª edição. (Obra original em Inglês publicada em 1983).

SERVIÇOS DE RECONHECIMENTO E ORDENAMENTO AGRÁRIO (1970) – **Carta de solos de Portugal** (esc. 1/25000). Lisboa: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

SERVIÇOS DE RECONHECIMENTO E ORDENAMENTO AGRÁRIO (1970) – **Carta de capacidade de uso do solo** (esc. 1/25000). Lisboa: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

UREÑA PRIETO, Maria Helena (2000) – **Uma novela ecologista na Grécia antiga**. In: *Ágora*. Estudos Clássicos em Debate 2. Universidade de Lisboa, p. 33 – 44.

VILJOEN, Andre (2005) – **CPULs, continuous productive urban Landscapes: designing urban agriculture for sustainable cities**. Oxford: Architectural Press. Elsevier.

WRIGHT, Frank Lloyd (1958) – **The Living city**. U.S.A.: Meridian.

www.bhumanas.com

www.cm-evora.pt

www.domainpictures.net

www.flickr.com

www.igeo.pt

www.igespar.pt

www.ipvc.pt/projeto-geraz-com-querença

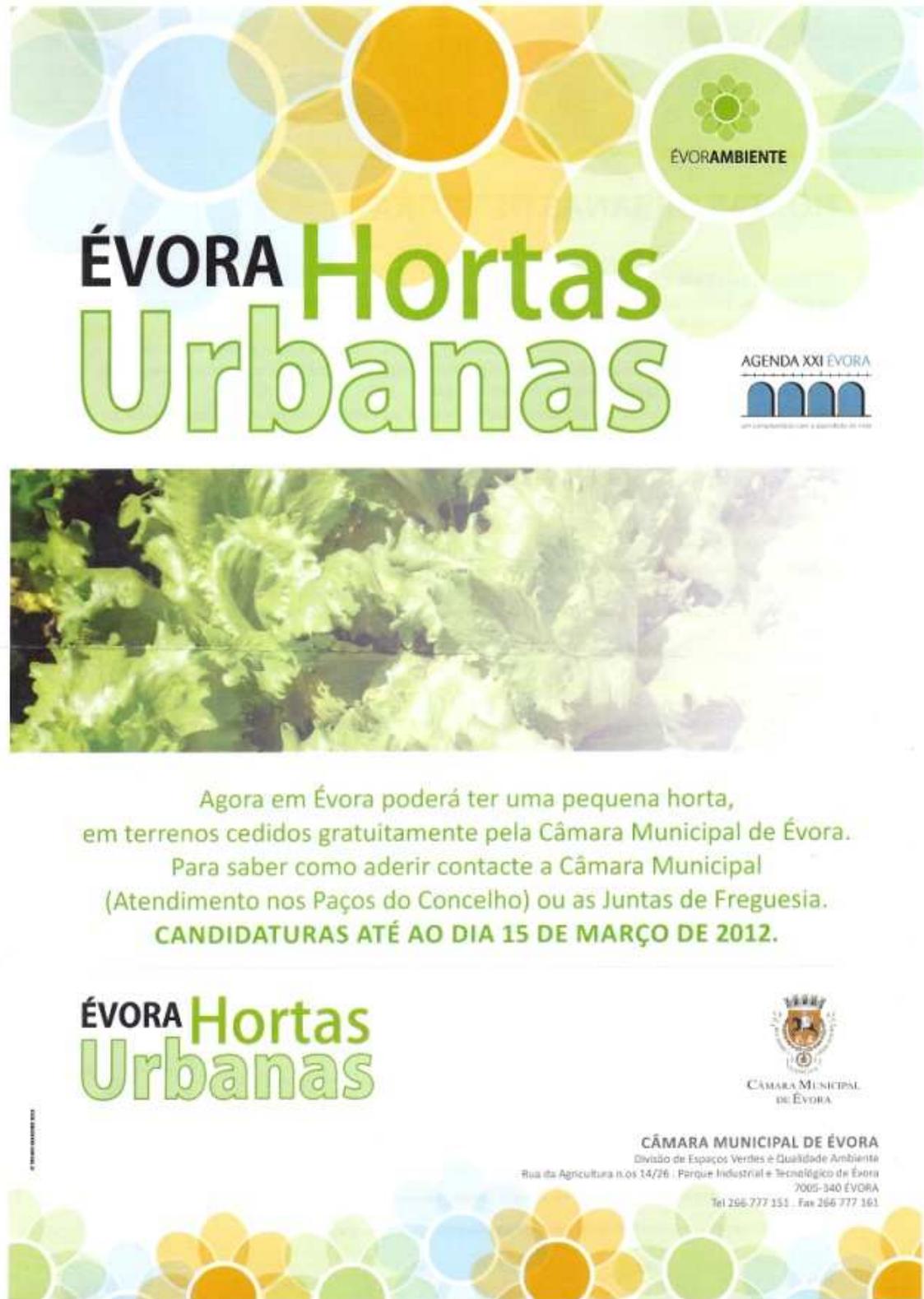
www.planetaeducacao.com

www.ricardocosta.com

www.umolharsobreomundodasartes.blogspot.pt

6. ANEXOS

ANEXO 1 – BROCHURA PROMOCIONAL DAS HORTAS URBANAS DE SANTO ANTÓNIO



ÉVORA Hortas Urbanas

ÉVORAMBIENTE

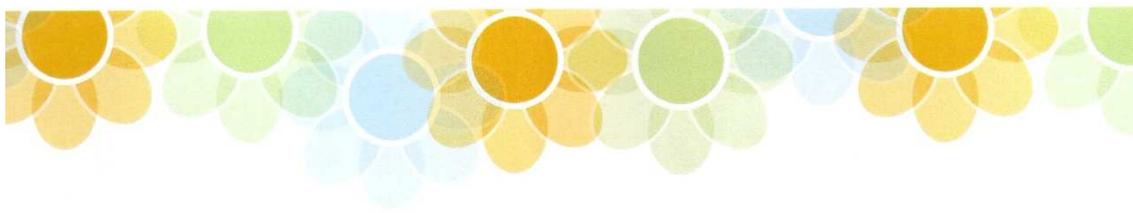
AGENDA XXI ÉVORA
um compromisso com a qualidade de vida

Agora em Évora poderá ter uma pequena horta,
em terrenos cedidos gratuitamente pela Câmara Municipal de Évora.
Para saber como aderir contacte a Câmara Municipal
(Atendimento nos Paços do Concelho) ou as Juntas de Freguesia.
CANDIDATURAS ATÉ AO DIA 15 DE MARÇO DE 2012.

ÉVORA Hortas Urbanas


CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental
Rua da Agricultura n.ºs 14/26 - Parque Industrial e Tecnológico de Évora
7005-340 ÉVORA
Tel 266 777 151 - Fax 266 777 161



HORTAS URBANAS DE ÉVORA

PRINCÍPIOS GERAIS

As quintas da periferia da cidade de Évora já representaram um importante meio de fornecimento de frutas e legumes frescos à cidade, de forma sustentável.

Com o crescimento urbano e a alteração dos padrões de vida, tal tem vindo a perder importância. O atual estágio de desenvolvimento social e as grandes questões ambientais que enfrentamos obrigam-nos a repensar comportamentos e modos de vida.

Esta nova forma de produção de alimentos contribui para aumentar a autonomia alimentar das famílias, fomenta práticas de consumo mais equilibradas, amplia a biodiversidade, alicerça a consciência da necessidade do desenvolvimento sustentável, potencia a convivência familiar e comunitária e contribui para uma maior consciência ambiental.

COMO ADERIR?

Existirão nas freguesias urbanas diversos locais que a Câmara Municipal disponibilizará para hortas e que serão criadas à medida que existam pessoas interessadas.

Para aderir ao projeto os munícipes devem dirigir-se à Câmara Municipal (Serviço de Atendimento, nos Paços do Concelho) ou às Juntas de Freguesia, onde podem consultar as regras de utilização e os locais disponibilizados para hortas.

Os interessados poderão então preencher um formulário de inscrição.

COMO FUNCIONAM?

Após seleção de candidaturas a Câmara Municipal reunirá com os interessados e assinará com cada pessoa, um acordo de utilização que terá a validade de 1 ano (renovável).

A cedência de talhões para criação de hortas é gratuita; contudo, cada munícipe a quem for atribuído um título de utilização deverá respeitar as regras fixadas para a utilização dos espaços, nomeadamente no que se refere a vedações, eventuais abrigos ou caixas para guardar ferramentas, etc., e que devem sempre ser executadas segundo os padrões que forem fixados.

O projeto terá o apoio da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia ou das associações que queiram ser parceiras, existindo em cada uma das hortas uma pessoa responsável que procurará auxiliar na resolução dos problemas que venham a surgir.

Ficha de inscrição:

Data de inscrição ____ / ____ / ____

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal ____ - ____ - ____ Tel. _____

Data de nascimento ____ / ____ / ____ Situação profissional _____

Se não existirem talhões disponíveis na sua freguesia, está interessado noutra local sim ____ não ____

Doc. a entregar: fotocópia do BI e NFC (ou cartão de cidadão) e comprovativo de residência (recibo de água ou eletricidade).

Hortas Urbanas - Recibo de inscrição

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura _____

ANEXO 2 – INQUÉRITO AOS HORTELÃOS – Hortas de Santo António

Breve caracterização do indivíduo:

Idade:

1. Reformado
2. Em situação de desemprego
3. Com ocupação profissional ativa
4. Estudante

QUAIS AS RAZÕES PORQUE SE TORNOU HORTELÃO?

Por razão (s) económica (s):

5. Gerar rendimento com a venda de produtos
6. Para consumo próprio, evitando gastos na sua aquisição
7. Outra

Por razão (s) ocupacional (s):

8. Gosto por trabalhar a terra
9. Escape ao normal quotidiano da vida urbana
10. Contato com a natureza
11. Contato com outros indivíduos
12. Atividade física
13. Curiosidade / desafio
14. Outra

Por razão (s) de qualidade dos produtos:

15. Poder atestar a qualidade dos produtos que consome
16. Produtos com melhor sabor
17. Outra

Por razão (s) de ordem cultural:

18. Alguma ligação direta ou indireta à horticultura

Outra (s) razão (s):

- 19.

Quais as razões porque se tornou hortelão?																				
Nº. INQUÉRITO	breve caracterização do Indivíduo				económicas			ocupacionais							qualidade Produtos			cultural	outras	
	idade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1	65	X					X		X	X	X		X	X		X	X			
2	40			X			X		X	X				X		X	X			
3	60		X				X		X	X	X	X	X	X		X	X			
4	47		X				X			X	X	X	X	X		X	X		X	
5	58	X							X	X	X	X				X	X			
6	55			X					X	X									X	
7	60		X				X		X	X	X	X				X	X		X	
8	66	X							X	X	X	X				X	X			
9	55			X					X	X	X	X								
10	29			X			X							X		X	X		X	
11	33			X										X						
12	62	X							X	X	X	X	X						X	
13	51			X					X							X	X		X	
14	54		X				X			X	X	X								
15	53			X			X									X	X			
16	31			X					X	X	X					X	X		X	
17	42			X												X	X			
18	52			X			X									X	X			
19	39		X				X									X	X			
20	50			X					X		X			X						
21	50			X			X		X	X	X					X	X			
22	46			X						X						X	X		X	
23	29			X			X									X	X			
24	53		X				X													
25	37			X			X		X	X	X					X	X		X	
26	37			X					X	X	X					X	X			para ensinar aos filhos de onde provêm os alimentos
27	47		X				X		X	X	X					X	X		X	
28	31			X					X	X						X	X			
29	65	X							X	X		X	X			X	X		X	
30	48			X					X	X		X	X	X		X	X		X	
31	30			X			X		X					X		X	X			
32	49			X					X	X	X	X	X	X		X	X			
33	60	X								X	X	X				X	X		X	
34	52			X					X	X	X	X	X							
35	30			X					X	X	X			X						
36	53	X														X	X		X	
37	52			X					X	X	X					X	X		X	
38	50			X												X	X		X	
Total	Média	Quantidades apuradas por questão																		
38	48	7	7	24	0	0	16	0	24	25	20	13	7	11	0	29	29	0	16	1
% relativa	18,42	18,42	63,15	0	0	42,1	18,42	63,15	65,78	52,63	34,21	18,42	28,94	0	76,31	76,31	0	42,1	2,63	
% absoluta	18,39						28,73							33,33			18	1,14		

universo de 76 utilizadores

38 inquéritos realizados, correspondendo a 50% do universo em estudo